

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

RESULTADO DE 2023

Produção bibliográfica de destaque (Artigos em periódico Qualis A) (Anais do Evento CONPEDI Qualis A)	27 produções bibliográficas
Outros produtos bibliográficos (Artigos em demais periódicos, capítulos de livros e livros)	22 produções bibliográficas
Produção técnica de destaque Atividades de impacto cultural, social ou econômico	4 projetos permanentes
Outros produtos técnicos	20 produtos técnicos
Atividades de internacionalização de destaque (natureza permanente ou fruto de ação permanente)	18 produtos internacionais
Outros produtos internacionais	6 produções internacionais
TOTAL:	97 produtos docentes em DPP 49 produtos docentes de destaque em DPP

ATENÇÃO! No relatório abaixo é indicada apenas a parte da produção docente que atende os critérios mínimos de produção bibliográfica/técnica qualificada e exigida no edital de credenciamento e credenciamento.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

ANEXO:

**RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	ANDRÉ RICARDO CRUZ FONTES
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 04/23 3.1. "a" e 4.3. "a")	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 04/23 3.1. "b" e 4.3. "b")	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 04/23 3.1. "c" e 4.3. "c")	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 04/23 3.1. "d" e "e" e 4.3. "d" e "e")	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) ou em anais (QUALIS A) (Edital 04/23 4.5. "a" e "b")	LIBERDADE DE EXPRESSÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULAMENTAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UM EXAME NO CONTEXTO DO REGIME POLÍTICO MILITAR E PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 REDAP, v. 1, n. 3 Dossiê Estado e Políticas Públicas A ATUAÇÃO CAUTELAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) INTERFERE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS? REDAP, v. 1, n. 3 Dossiê Estado e Políticas Públicas
Atividade de extensão (Edital 04/23 4.5. "c")	NÚCLEO DE AÇÕES DE DIREITO DO ESTADO (NADE)
Atividade de internacionalização (Edital 04/23 4.5. "d")	ORGANIZAÇÃO DO IV CONGRESSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO NA AMÉRICA LATINA (PPGD/UNIRIO COM UNIVERSIDAD DE LAS AMERICAS) I SIMPÓSIO DIREITO, INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS, REALIZADO NOS DIAS 07 E 08 DE DEZEMBRO DE 2023 (FORMATO ON-LINE), COM O TEMA CENTRAL "PODER JUDICIÁRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS: ESPAÇOS, LIMITES E TENSÕES" (COM CONFERÊNCIA DE DOCENTE ESTRANGEIRO)
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 04/23 4.5. "e")	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 04/23 4.6. "a" e "d")	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 04/23 4.6. "b" e "c")	ATENDIMENTO
Apresentação do relatório docente (Edital 04/23 4.6. "e")	ATENDIMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	BENEDITO FONSECA SOUZA E ADEODATO
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 04/23 3.1. "a" e 4.3. "a")	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 04/23 3.1. "b" e 4.3. "b")	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 04/23 3.1. "c" e 4.3. "c")	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 04/23 3.1. "d" e "e" e 4.3. "d" e "e")	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) ou em anais (QUALIS A) (Edital 04/23 4.5. "a" e "b")	Aplicativos de compartilhamento de viagens e o ponto cego da regulação na política pública urbanística, Revista Gestão Ambiental e Sustentabilidade - Dossiê "Cidades Sustentáveis e Políticas Públicas", v. 12, n. 1, 2023. PRIMEIRAS LINHAS DE UMA APROXIMAÇÃO ENTRE OS "PROCESSOS ADMINISTRATIVOS" E A ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS Revista de Direito da Administração Pública, REDAP, v. 1, n. 3, 2023.
Atividade de extensão (Edital 04/23 4.5. "c")	ÉTICA, MEDIAÇÃO E GOVERNANÇA NAS INSTITUIÇÕES
Atividade de internacionalização (Edital 04/23 4.5. "d")	I INTERNATIONAL MEETING HUMAN RIGHTS, CONSTITUTIONALISM AND PUBLIC POLICY: TRANSNATIONAL PERSPECTIVES
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 04/23 4.5. "e")	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 04/23 4.6. "a" e "d")	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 04/23 4.6. "b" e "c")	ATENDIMENTO
Apresentação do relatório docente (Edital 04/23 4.6. "e")	ATENDIMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	EMERSON AFFONSO DA COSTA MOURA
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 04/23 3.1. "a" e 4.3. "a")	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 04/23 3.1. "b" e 4.3. "b")	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 04/23 3.1. "c" e 4.3. "c")	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 04/23 3.1. "d" e "e" e 4.3. "d" e "e")	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) ou em anais (QUALIS A) (Edital 04/23 4.5. "a" e "b")	Regulação estatal, cidade e políticas públicas: elementos para uma teoria jurídica da regulação urbana. Revista de Direito da Administração Pública, v. 1, p. 1, 2023. Direito humano-fundamental a moradia à luz da dignidade da pessoa humana: tutela normativa e políticas públicas urbanas, Revista de Direito da Cidade, v. 15, n.4, 2023. CATADORAS(ES) DE MATERIAL RECICLÁVEL E POLITICAS PUBLICAS DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19 Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 12, n. 1, 2023. "POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EMPREENDIMIENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES) DE RECICLAGEM EM MINAS GERAIS NO PERÍODO PANDÊMICO (2020-2023)", completo, XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA – CE: Acesso à Justiça, Solução de Litígios e Desenvolvimento, Fortaleza/Brasil, XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA – CE: Acesso à Justiça, Solução de Litígios e Desenvolvimento, p. 335-356,
Atividade de extensão (Edital 04/23 4.5. "c")	NÚCLEO DE AÇÕES DE DIREITO DO ESTADO (NADE)
Atividade de internacionalização (Edital 04/23 4.5. "d")	How is a Community Urban Garden Program Related to the Law? Analysis of Hortas Cariocas (Rio de Janeiro, Brazil). Journal of Law & Public Policy, v. 16, p. 198, 2023. ORGANIZAÇÃO DO IV CONGRESSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO NA AMÉRICA LATINA (PPGD/UNIRIO COM UNIVERSIDAD DE LAS AMERICAS) ORGANIZAÇÃO DO IV CONGRESSO NACIONAL

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

	DE DIREITO DA CIDADE (COM PALESTRANTE ESTRANGEIRO) ORGANIZAÇÃO DO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PPGD/UNIRIO (COM PALESTRANTE ESTRANGEIRO)
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 04/23 4.5. "e")	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 04/23 4.6. "a" e "d")	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 04/23 4.6. "b" e "c")	ATENDIMENTO
Apresentação do relatório docente (Edital 04/23 4.6. "e")	ATENDIMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	EDNA RAQUEL RODRIGUES SANTOS HOGEMANN
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 04/23 3.1. "a" e 4.3. "a")	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 04/23 3.1. "b" e 4.3. "b")	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 04/23 3.1. "c" e 4.3. "c")	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 04/23 3.1. "d" e "e" e 4.3. "d" e "e")	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) ou em anais (QUALIS A) (Edital 04/23 4.5. "a" e "b")	On public policies to fight food insecurity: a current and necessary reflection from the ubuntu perspective Ubuntu REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO. v.16, p.01 - 18, 2023. DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A MULHER: EM QUESTÃO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABORTO LEGAL NO BRASIL In: XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI BUENOS AIRES – ARGENTINA, 2023, BUENOS AIRES.
Atividade de extensão (Edital 04/23 4.5. "c")	PÍLULAS DE DIREITOS HUMANOS
Atividade de internacionalização (Edital 04/23 4.5. "d")	REFLEXÕES A RESPEITO DO CONSÓRCIO CHANGER: TENSÕES E DESAFIOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS FOCADAS NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À BIOÉTICA In: XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI BUENOS AIRES – ARGENTINA, 2023, BUENOS AIRES. TECENDO POLÍTICAS PÚBLICAS: A IMPORTÂNCIA DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL In Direitos Sociais, Políticas públicas e Seguridade I [. FLORIANOPOLIS: CONPEDI, 2023. v.1. p.350 – 371
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 04/23 4.5. "e")	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 04/23 4.6. "a" e "d")	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 04/23 4.6. "b" e "c")	ATENDIMENTO
Apresentação do relatório docente (Edital 04/23 4.6. "e")	ATENDIMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	FERNANDA HENRIQUE CUPERTINO ALCÂNTARA
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 04/23 3.1. "a" e 4.3. "a")	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 04/23 3.1. "b" e 4.3. "b")	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 04/23 3.1. "c" e 4.3. "c")	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 04/23 3.1. "d" e "e" e 4.3. "d" e "e")	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) ou em anais (QUALIS A) (Edital 04/23 4.5. "a" e "b")	CATADORAS(ES) DE MATERIAL RECICLÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19 Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 12, n. 1, 2023. "AQUILOMBAMENTO POLÍTICO: POLÍTICA PÚBLICA DE CERTIFICAÇÃO E TITULAÇÃO DE TERRITÓRIOS COM DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS", completo, XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA – CE: Acesso à Justiça, Solução de Litígios e Desenvolvimento, Fortaleza/Brasil, "POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES) DE RECICLAGEM EM MINAS GERAIS NO PERÍODO PANDÊMICO (2020-2023)", completo, XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA – CE: XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA – CE
Atividade de extensão (Edital 04/23 4.5. "c")	AMBIENTE-SE
Atividade de internacionalização (Edital 04/23 4.5. "d")	ORGANIZAÇÃO DO VI CONGRESSO NACIONAL DE DIREITO DA CIDADE (COM PALESTRANTE ESTRANGEIRO)
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 04/23 4.5. "e")	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 04/23 4.6. "a" e "d")	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 04/23 4.6. "b" e "c")	ATENDIMENTO
Apresentação do relatório docente (Edital 04/23 4.6. "e")	ATENDIMENTO
Apresentação do relatório docente (Edital 04/23 4.6. "e")	ATENDIMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	FLAVIO GARCIA CABRAL
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 04/23 3.1. "a" e 4.3. "a")	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 04/23 3.1. "b" e 4.3. "b")	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 04/23 3.1. "c" e 4.3. "c")	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 04/23 3.1. "d" e "e" e 4.3. "d" e "e")	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) ou em anais (QUALIS A) (Edital 04/23 4.5. "a" e "b")	A ATUAÇÃO CAUTELAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) INTERFERE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS? REDAP, v. 1, n. 3 Dossiê Estado e Políticas Públicas O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) COMO ATOR NO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE, 2023.
Atividade de extensão (Edital 04/23 4.5. "c")	NÚCLEO DE AÇÕES DE DIREITO DO ESTADO (NADE)
Atividade de internacionalização (Edital 04/23 4.5. "d")	SARAI, LEANDRO; ZOCKUN, CAROLINA ZANCANER; CABRAL, FLÁVIO GARCIA Public Administration and Innovation: E-Government in the International Perspective. BEIJING LAW REVIEW. , v.14, p.1352 - 1371, 2023. ORGANIZAÇÃO DO IV CONGRESSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO NA AMÉRICA LATINA (PPGD/UNIRIO COM UNIVERSIDAD DE LAS AMERICAS)
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 04/23 4.5. "e")	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 04/23 4.6. "a" e "d")	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 04/23 4.6. "b" e "c")	ATENDIMENTO
Apresentação do relatório docente (Edital 04/23 4.6. "e")	ATENDIMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	IVAN CÉSAR RIBEIRO
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 04/23 3.1. "a" e 4.3. "a")	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 04/23 3.1. "b" e 4.3. "b")	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 04/23 3.1. "c" e 4.3. "c")	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 04/23 3.1. "d" e "e" e 4.3. "d" e "e")	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) ou em anais (QUALIS A) (Edital 04/23 4.5. "a" e "b")	Aplicativos de compartilhamento de viagens e o ponto cego da regulação na política pública urbanística, Revista Gestão Ambiental e Sustentabilidade - Dossiê "Cidades Sustentáveis e Políticas Públicas", 2023. PRIMEIRAS LINHAS DE UMA APROXIMAÇÃO ENTRE OS "PROCESSOS ADMINISTRATIVOS" E A ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS Revista de Direito da Administração Pública, REDAP, v. 1, n. 3, 2023. RIBEIRO, I. C.. A interação entre teoria e prática no ensino de direito e políticas públicas: experiência da graduação em direito da Universidade Federal de São Paulo. Revista do Direito (Santa Cruz do Sul. Online ISSN 1982-9957), v. 69: Dossiê Direito e Políticas Públicas, p. 145-167, 2023. RIBEIRO, Ivan C.; MARUYAMA, Jessica M.; Políticas públicas baseadas em evidências e o uso de revisões sistemáticas e meta-análises (Evidence-based public policies and the use of systematic reviews and meta-analysis), XXX Congresso Nacional do CONPEDI, Fortaleza, Novembro de 2023. (Artigo em anais).
Atividade de extensão (Edital 04/23 4.5. "c")	AMBIENTE-SE
Atividade de internacionalização (Edital 04/23 4.5. "d")	RIBEIRO, I. C.. Accountability, Democracy and Public Policy. In: 27th IPSA World Congress of Political Science, 2023, Buenos Aires. Politics in the Age of Transboundary Crises, 2023.
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 04/23 4.5. "e")	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 04/23 4.6. "a" e "d")	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 04/23 4.6. "b" e "c")	ATENDIMENTO
Apresentação do relatório docente	ATENDIMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

(Edital 04/23 4.6. "e")	
DOCENTE:	JOSÉ CARLOS BUZANELLO
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 04/23 3.1. "a" e 4.3. "a")	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 04/23 3.1. "b" e 4.3. "b")	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 04/23 3.1. "c" e 4.3. "c")	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 04/23 3.1. "d" e "e" e 4.3. "d" e "e")	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) ou em anais (QUALIS A) (Edital 04/23 4.5. "a" e "b")	REGULAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA URBANA: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS FAVELA-BAIRRO E MORAR CARIOCA NO RIO DE JANEIRO, Revista REDAP, v. 1, n. 3, 2023. Dossiê Estado e Políticas Públicas POLÍTICAS PÚBLICAS NA ERA DIGITAL: CIDADANIA, DIREITOS E JUSTIÇA SOCIAL NO MARCO CIVIL DA INTERNET E A BUSCA PELA LIBERDADE REGULADA Revista de Direito da Administração Pública, v. 1, n. 3., 2023. Dossiê Direito e Políticas Públicas
Atividade de extensão (Edital 04/23 4.5. "c")	
Atividade de internacionalização (Edital 04/23 4.5. "d")	ORGANIZAÇÃO DO IV CONGRESSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO NA AMÉRICA LATINA (PPGD/UNIRIO COM UNIVERSIDAD DE LAS AMERICAS)
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 04/23 4.5. "e")	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 04/23 4.6. "a" e "d")	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 04/23 4.6. "b" e "c")	NÃO SE APLICA (NÃO FOI ATRIBUÍDO)
Apresentação do relatório docente (Edital 04/23 4.6. "e")	ATENDIMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	LAILA MARIA DOMITH VICENTE
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 04/23 3.1. "a" e 4.3. "a")	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 04/23 3.1. "b" e 4.3. "b")	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 04/23 3.1. "c" e 4.3. "c")	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 04/23 3.1. "d" e "e" e 4.3. "d" e "e")	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) ou em anais (QUALIS A) (Edital 04/23 4.5. "a" e "b")	Gênero, Migração e Políticas Públicas no Brasil: uma análise do incremento da entrada de mulheres migrantes no Brasil na década de 2010-2020. REDAP, v.1, n. 3, 2023. Dossiê Estado e Políticas Públicas As vicissitudes da política criminológica no brasil e a tecnologia do exame em Michel Foucault: uma análise da formalização do exame criminológico na lei de execuções penais até as discussões legislativas atuais. Arquivos Brasileiros de Psicologia (Rio de Janeiro. 1979). Fator de Impacto(2022 JCR): 0,1000, v.75, p.106 - 127, 2023.
Atividade de extensão (Edital 04/23 4.5. "c")	ÉTICA, MEDIAÇÃO E GOVERNANÇA NAS INSTITUIÇÕES
Atividade de internacionalização (Edital 04/23 4.5. "d")	THE USE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN THE CONTEXT OF THE PUBLIC SECURITY IN BRAZIL: A CRITICAL ANALYSIS
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 04/23 4.5. "e")	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 04/23 4.6. "a" e "d")	NÃO SE APLICA (CREDENCIAMENTO)
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 04/23 4.6. "b" e "c")	NÃO SE APLICA (CREDENCIAMENTO)
Apresentação do relatório docente (Edital 04/23 4.6. "e")	NÃO SE APLICA (CREDENCIAMENTO)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	LEONARDO DE ANDRADE MATTIETTO
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 04/23 3.1. "a" e 4.3. "a")	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 04/23 3.1. "b" e 4.3. "b")	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 04/23 3.1. "c" e 4.3. "c")	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 04/23 3.1. "d" e "e" e 4.3. "d" e "e")	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) ou em anais (QUALIS A) (Edital 04/23 4.5. "a" e "b")	POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO A PROTEÇÃO DE DADOS: UMA ANÁLISE DA ADI Nº 6561/TO REDAP, v. 1, n. 3, 2023. Dossiê Estado e Políticas Públicas. Igualdade substancial, políticas públicas e democracia: para além do direito à igualdade formal. Revista de teorias da democracia e direitos políticos, v. 9, n. 1, 2023. Igualdade substancial, políticas públicas e democracia: para além do direito à igualdade formal. VI Encontro Virtual do CONPEDI, 2023.
Atividade de extensão (Edital 04/23 4.5. "c")	PÍLULAS DE DIREITOS HUMANOS
Atividade de internacionalização (Edital 04/23 4.5. "d")	Apresentação Perspectives on the right to equality and public policies I - International Meeting "Humans Rights, Constitutionalism and Public Policy: Transnational Perspectives Organização I INTERNATIONAL MEETING HUMAN RIGHTS, CONSTITUTIONALISM AND PUBLIC POLICY: TRANSNATIONAL PERSPECTIVES
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 04/23 4.5. "e")	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 04/23 4.6. "a" e "d")	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 04/23 4.6. "b" e "c")	ATENDIMENTO
Apresentação do relatório docente (Edital 04/23 4.6. "e")	ATENDIMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	MARIA LUCIA DE PAULA OLIVEIRA
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 04/23 3.1. "a" e 4.3. "a")	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 04/23 3.1. "b" e 4.3. "b")	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 04/23 3.1. "c" e 4.3. "c")	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 04/23 3.1. "d" e "e" e 4.3. "d" e "e")	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) ou em anais (QUALIS A) (Edital 04/23 4.5. "a" e "b")	A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. Revista de Direito da Administração Pública, v. 1, n. 3, 2023, Dossiê Direito e Políticas Públicas. INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: BASES EPISTEMOLÓGICAS PARA UM MODELO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE DIREITO À IDENTIDADE CULTURAL PARA MULHERES INDÍGENAS EM ALDEIAS, v. 1, n. 3, 2023, Dossiê Direito e Políticas Públicas.
Atividade de extensão (Edital 04/23 4.5. "c")	PÍLULAS DE DIREITOS HUMANOS
Atividade de internacionalização (Edital 04/23 4.5. "d")	Palestra Public Policies on Human Rights and Global Constitutionalism no I - International Meeting "Humans Rights, Constitutionalism and Public Policy: Transnational Perspectives" Organização I INTERNATIONAL MEETING HUMAN RIGHTS, CONSTITUTIONALISM AND PUBLIC POLICY: TRANSNATIONAL PERSPECTIVES
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 04/23 4.5. "e")	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 04/23 4.6. "a" e "d")	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 04/23 4.6. "b" e "c")	ATENDIMENTO
Apresentação do relatório docente (Edital 04/23 4.6. "e")	ATENDIMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	OSWALDO PEREIRA DE LIMA JUNIOR
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 04/23 3.1. "a" e 4.3. "a")	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 04/23 3.1. "b" e 4.3. "b")	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 04/23 3.1. "c" e 4.3. "c")	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 04/23 3.1. "d" e "e" e 4.3. "d" e "e")	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) ou em anais (QUALIS A) (Edital 04/23 4.5. "a" e "b")	POLÍTICAS PÚBLICAS NA ERA DIGITAL: CIDADANIA, DIREITOS E JUSTIÇA SOCIAL NO MARCO CIVIL DA INTERNET E A BUSCA PELA LIBERDADE REGULADA Revista de Direito da Administração Pública, v. 1, n. 3., 2023. Dossiê Direito e Políticas Públicas "O lugar da mulher também é no poder judiciário": um olhar sobre a política pública judiciária de incentivo a participação feminina criada pelo conselho nacional de justiça" XXX Congresso Nacional do CONPEDI Fortaleza CE
Atividade de extensão (Edital 04/23 4.5. "c")	PÍLULAS DE DIREITOS HUMANOS
Atividade de internacionalização (Edital 04/23 4.5. "d")	"Reflexões a respeito do consórcio changer: tensões e desafios em políticas públicas focadas na inteligência artificial aplicada à bioética XII Encontro Internacional do CONPEDI Buenos Aires Argentina Apresentação do trabalho "Ethical Issues And Public Policy Measures In The Field Of Regulation Of Artificial Intelligence In Brazil", em inglês, no VI International Legal Forum Modern Problems of Law and Economic General Forum theme: "Problems of trust in law in the context of internationalization and international cooperation" – organizado pela Moscow State Law University (MSAL)/Kutafin (2023). Apresentação do trabalho "Consideraciones éticas en el desarrollo de políticas públicas para la regulación de la inteligencia artificial en el Sur Global: avanzando hacia una ciudadanía inclusiva más allá del capitalismo tecnológico", na Conferencia científica y práctica internacional "Rusia y América Latina: apoyo jurídico y económico a la cooperación científica y técnica en las nuevas condiciones", em español – organizado pela Moscow State Law University (MSAL)/Kutafin (2023).
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 04/23 4.5. "e")	ATENDIMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

ANEXO:

**RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 04/23 4.6. "a" e "d")	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 04/23 4.6. "b" e "c")	ATENDIMENTO
Apresentação do relatório docente (Edital 04/23 4.6. "e")	ATENDIMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	TAISSA SALES ROMEIRO
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 04/23 3.1. "a" e 4.3. "a")	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 04/23 3.1. "b" e 4.3. "b")	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 04/23 3.1. "c" e 4.3. "c")	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 04/23 3.1. "d" e "e" e 4.3. "d" e "e")	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) ou em anais (QUALIS A) (Edital 04/23 4.5. "a" e "b")	Pagamentos por serviços ambientais a partir da redução de emissões pelo desmatamento, degradação e melhoras nas boas práticas de gestão: Políticas Públicas de REDD+ e o uso sustentável da terra por povos indígenas e comunidades tradicionais. Dossiê "Cidades Sustentáveis e Políticas Públicas", v. 12, n. 1, 2023. OS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E JURÍDICOS DA COVID/19 EM RELAÇÃO AO DESEMPREGO E A POLÍTICA DE TRANSPORTE PÚBLICO QUE IMPACTOU COMUNIDADES CARENTES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, VI Encontro Virtual do CONPEDI, 2023. A APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REGULAMENTAÇÃO DOS CRIPTOATIVOS NO MERCADO FINANCEIRO, VI Encontro Virtual do CONPEDI, 2023.
Atividade de extensão (Edital 04/23 4.5. "c")	ÉTICA, MEDIAÇÃO E GOVERNANÇA NAS INSTITUIÇÕES
Atividade de internacionalização (Edital 04/23 4.5. "d")	ORGANIZAÇÃO DO VI CONGRESSO NACIONAL DE DIREITO DA CIDADE (COM PALESTRANTE ESTRANGEIRO)
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 04/23 4.5. "e")	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 04/23 4.6. "a" e "d")	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 04/23 4.6. "b" e "c")	ATENDIMENTO
Apresentação do relatório docente (Edital 04/23 4.6. "e")	ATENDIMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	WILLIS SANTIAGO GUERRA FILHO
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 04/23 3.1. "a" e 4.3. "a")	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 04/23 3.1. "b" e 4.3. "b")	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 04/23 3.1. "c" e 4.3. "c")	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 04/23 3.1. "d" e "e" e 4.3. "d" e "e")	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) ou em anais (QUALIS A) (Edital 04/23 4.5. "a" e "b")	A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. Revista de Direito da Administração Pública, v. 1, n. 3, 2023, Dossiê Direito e Políticas Públicas. INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: BASES EPISTEMOLÓGICAS PARA UM MODELO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE DIREITO À IDENTIDADE CULTURAL PARA MULHERES INDÍGENAS EM ALDEIAS, v. 1, n. 3, 2023, Dossiê Direito e Políticas Públicas.
Atividade de extensão (Edital 04/23 4.5. "c")	PÍLULAS DE DIREITOS HUMANOS
Atividade de internacionalização (Edital 04/23 4.5. "d")	Organização I INTERNATIONAL MEETING HUMAN RIGHTS, CONSTITUTIONALISM AND PUBLIC POLICY: TRANSNATIONAL PERSPECTIVES
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 04/23 4.5. "e")	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 04/23 4.6. "a" e "d")	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 04/23 4.6. "b" e "c")	ATENDIMENTO
Apresentação do relatório docente (Edital 04/23 4.6. "e")	ATENDIMENTO



REDAP

 REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

 LAW JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION

Editor-Chefe: Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura

ISSN 2595-5667

expediente@redap.com.br

[CAPA](#)
[SOBRE](#)
[PÁGINA DO USUÁRIO](#)
[PESQUISA](#)
[ATUAL](#)
[ANTERIORES](#)

[NOTÍCIAS](#)
[DIRETRIZES PARA AUTORES/GUIDELINES FOR AUTHORS](#)
[DECLARAÇÃO DE](#)

[DIREITOS AUTORAIS/STATEMENT OF COPYRIGHT](#)
[POLÍTICA EDITORIAL/EDITORIAL](#)

[POLICY/POLÍTICA EDITORIAL](#)
[POLÍTICA DE PRIVACIDADE/PRIVACY POLICY](#)
[PROCESSO](#)

[DE AVALIAÇÃO PELOS PARES/PARENT EVALUATION PROCESS](#)
[POLÍTICA DE ÉTICA/ETHIC](#)

[POLICE](#)
[EQUIPE EDITORIAL/EDITORIAL TEAM](#)
[CONTATO/CONTACT](#)

Capa > v. 1, n. 3 (2023) > Fontes

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULAMENTAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UM EXAME NO CONTEXTO DO REGIME POLÍTICO MILITAR E PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

André Ricardo Cruz Fontes

RESUMO

A partir da análise dos parâmetros jurídicos atribuídos à liberdade de expressão no contexto brasileiro durante o regime político militar implantado a partir de 1964 e na Constituição Federal de 1988, bem como do exame das repercussões advindas dessas conformações normativas à formulação e implementação de políticas públicas de comunicação, objetiva o presente estudo discutir a pertinência ou não da regulamentação dos meios de comunicação em nosso país. Inicialmente, busca-se a compreensão da liberdade de expressão a partir de uma perspectiva histórica e, pelo prisma do direito internacional, mediante análise de diversos instrumentos jurídicos voltados ao reconhecimento e à salvaguarda de direitos humanos. Examina-se, ainda, a liberdade de expressão enquanto fundamento das políticas públicas de comunicação, identificando o Estado como ator responsável pela concretização plena da liberdade de expressão e pela democratização da comunicação. Prossegue com o estudo da liberdade de expressão e suas influências na elaboração de políticas públicas de comunicação no Brasil durante o período do regime político militar, iniciado em 1964, e a partir da redemocratização consolidada com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A metodologia empregada nesse estudo adota o método jurídico-descritivo, fundamentado em uma revisão de literatura especializada em direitos humanos, direitos fundamentais e políticas públicas, bem como na análise da legislação internacional e nacional pertinente, imprimindo confiabilidade e amplitude à pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE

liberdade de expressão; políticas públicas; comunicação; regime militar; Constituição Federal de 1988.

TEXTO COMPLETO:

PDF

DOI: <http://dx.doi.org/10.47096/redap.v1i3.434>

APONTAMENTOS

- Não há apontamentos.

Direitos autorais 2024 Revista de Direito da Administração Pública



A revista está licenciada quanto aos direitos autorais com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

IDIOMA

Selecione o idioma

Português (Brasil) ▼

Submiter

TAMANHO DE FONTE

USUÁRIO

Logado como:

emersonacmoura

Perfil

Sair do sistema

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos ▼

Pesquisar

Procurar

Por Edição

Por Autor

Por título

INFORMAÇÕES

Para leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

SOBRE O AUTOR

André Ricardo Cruz Fontes
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
Brasil

Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e em Ciências Ambientais e Florestais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor Associado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF). Membro da Comissão de Estudos da Agenda 2030 do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1412851482888505>.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPEs



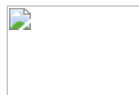
DOAJ - Directory of Open Access Journals



Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras



Latindex



ResearchBib - Academic Resource Index



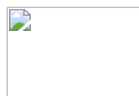
Sumários de Revistas Brasileiras



Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso



ISSN - International Standard Serial Number





REDAP

 REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

 LAW JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION

Editor-Chefe: Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura

ISSN 2595-5667

expediente@redap.com.br

[CAPA](#)
[SOBRE](#)
[PÁGINA DO USUÁRIO](#)
[PESQUISA](#)
[ATUAL](#)
[ANTERIORES](#)

[NOTÍCIAS](#)
[DIRETRIZES PARA AUTORES/GUIDELINES FOR AUTHORS](#)
[DECLARAÇÃO DE](#)

[DIREITOS AUTORAIS/STATEMENT OF COPYRIGHT](#)
[POLÍTICA EDITORIAL/EDITORIAL](#)

[POLICY/POLÍTICA EDITORIAL](#)
[POLÍTICA DE PRIVACIDADE/PRIVACY POLICY](#)
[PROCESSO](#)

[DE AVALIAÇÃO PELOS PARES/PARENT EVALUATION PROCESS](#)
[POLÍTICA DE ÉTICA/ETHIC](#)

[POLICE](#)
[EQUIPE EDITORIAL/EDITORIAL TEAM](#)
[CONTATO/CONTACT](#)

Capa > v. 1, n. 3 (2023) > Cabral

A ATUAÇÃO CAUTELAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) INTERFERE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?

Flávio Garcia Cabral, André Ricardo Cruz Fontes

RESUMO

O artigo aborda a relação da atuação administrativa cautelar do Tribunal de Contas da União (TCU) com as políticas públicas. A problemática repousa em verificar se o poder cautelar do TCU pode ou não interferir no ciclo de políticas públicas. A pesquisa justifica-se tendo em vista a ampliação do controle preventivo pela Corte de Contas e a fundamentalidade das políticas públicas para a sociedade. Para a realização do artigo, utiliza-se o método de abordagem indutivo, possuindo natureza descritiva e exploratória quanto aos fins e bibliográfica em relação aos meios. Conclui-se que a atuação cautelar do TCU afeta, direta e indiretamente, as políticas públicas e, portanto, devem ser adotadas levando-se em consideração todas as consequências práticas advindas desses provimentos acautelatórios, em atenção ao que determinada a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

PALAVRAS-CHAVE

Políticas Públicas; TCU; Controle preventivo; Medidas Cautelares Administrativas; LIDNB

TEXTO COMPLETO:

PDF

DOI: <http://dx.doi.org/10.47096/redap.v1i3.446>

APONTAMENTOS

- Não há apontamentos.

Direitos autorais 2024 Revista de Direito da Administração Pública



A revista está licenciada quanto aos direitos autorais com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico



IDIOMA

Selecione o idioma

Português (Brasil) ▼

Submeter

TAMANHO DE FONTE

USUÁRIO

Logado como:

emersonacmoura

Perfil

Sair do sistema

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos ▼

Pesquisar

Procurar

Por Edição

Por Autor

Por título

INFORMAÇÕES

Para leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

SOBRE OS AUTORES

Flávio Garcia Cabral

ORCID iD UNIRIO
Brasil

Pós-doutorado em Direito pela PUC-PR; Doutor em Direito Administrativo pela PUC-SP; Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela PUC-RJ; Mestre em Direito pela Universidade de Girona-Espanha. Professor do Mestrado da UNIRIO; Procurador da Fazenda Nacional.

André Ricardo Cruz Fontes

Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e em Ciências Ambientais e Florestais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor Associado da Universidade Federal do Estado do Rio

Periódicos/CAPEs



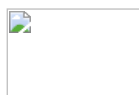
DOAJ - Directory of Open Access Journals



Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras



Latindex



ResearchBib - Academic Resource Index



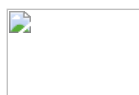
Sumários de Revistas Brasileiras



Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso



ISSN - International Standard Serial Number



de Janeiro (UNIRIO).
Desembargador do
Tribunal Regional Federal
da 2ª Região (TRF).
Membro da Comissão de
Estudos da Agenda 2030
do Instituto dos Advogados
Brasileiros (IAB).
Currículo Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/1412851482888505>



CAPA SOBRE PÁGINA DO USUÁRIO PESQUISA ATUAL ANTERIORES
 NOTÍCIAS DIRETRIZES PARA AUTORES/GUIDELINES FOR AUTHORS DECLARAÇÃO DE
 DIREITOS AUTORAIS/STATEMENT OF COPYRIGHT POLÍTICA EDITORIAL/EDITORIAL
 POLICY/POLÍTICA EDITORIAL POLÍTICA DE PRIVACIDADE/PRIVACY POLICY PROCESSO
 DE AVALIAÇÃO PELOS PARES/PARENT EVALUATION PROCESS POLÍTICA DE ÉTICA/ETHIC
 POLICE EQUIPE EDITORIAL/EDITORIAL TEAM CONTATO/CONTACT

Capa > v. 1, n. 3 (2023) > **Ribeiro**

PRIMEIRAS LINHAS DE UMA APROXIMAÇÃO ENTRE OS “PROCESSOS ADMINISTRATIVOS” E A ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Ivan Ribeiro, Benedito Adeodato

RESUMO

O artigo analisa a relação entre o processo administrativo e as políticas públicas, destacando a evolução do Direito Administrativo e sua importância na definição e implementação das ações governamentais. A ênfase na participação, transparência e devido processo legal é vital para o sucesso dessas políticas. A abordagem do Direito e Políticas Públicas é essencial para compreender a interação entre o processo administrativo e a formação de políticas públicas. A promoção da cooperação, transparência e negociação se mostram fundamentais para alcançar políticas públicas consensuais e eficientes, alinhadas aos princípios democráticos e de boa governança. Neste contexto, a teoria do processo é fundamental, pois ressalta a importância do contraditório, da ampla defesa e da participação como elementos essenciais na formação da vontade pública. A necessidade de contemplar diversos interesses e garantir a efetiva transparência e responsividade nas tomadas de decisão, em consonância com os princípios do Estado Democrático de Direito, é essencial para a legitimidade e eficácia das políticas públicas. A inclusão de consultas públicas, audiências e a ampliação da accountability são destacadas como ferramentas importantes para a participação informada e consciente dos interessados. A busca pela harmonização dos interesses públicos e pela melhor decisão administrativa em prol do bem-estar coletivo, sob a ótica da teoria do processo, é o cerne da abordagem do Direito e Políticas Públicas no contexto do processo administrativo.

PALAVRAS-CHAVE

Processo Administrativo; Abordagem Direito e Políticas Públicas; Rulemaking; Interesse Público

TEXTO COMPLETO:

PDF

DOI: <http://dx.doi.org/10.47096/redap.v1i3.447>

APONTAMENTOS

- Não há apontamentos.

Direitos autorais 2024 Revista de Direito da Administração Pública



A revista está licenciada quanto aos direitos autorais com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

IDIOMA

Selecione o idioma

Português (Brasil) ▼

Submeter

TAMANHO DE FONTE

USUÁRIO

Logado como:

emersonacmoura

Perfil

Sair do sistema

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos ▼

Pesquisar

Procurar

Por Edição

Por Autor

Por título

INFORMAÇÕES

Para leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

SOBRE OS AUTORES

Ivan Ribeiro

Coordenador e pesquisador principal do Centro de Estudos da Ordem Econômica (CEOE/Unifesp), Professor de Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal de São Paulo e Senior Research Scholar da Universidade de Yale.

Benedito Adeodato

Professor Associado da UNIRIO nos cursos de Graduação em Administração Pública, Direito e Ciência Política. Professor de quadro permanente do programa de Pós-Graduação do Mestrado em Direito (PPGD). Ex-Vice-Reitor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Google Acadêmico

Periódicos/CAPEs



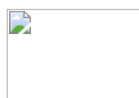
DOAJ - Directory of Open Access Journals



Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras



Latindex



ResearchBib - Academic Resource Index



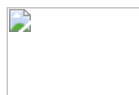
Sumários de Revistas Brasileiras



Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso



ISSN - International Standard Serial Number





v. 12 n. 1 (2023): Fluxo contínuo DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o manuscrito intitulado: **"APLICATIVOS DE COMPATILHAMENTO DE VIAGENS E O PONTO CEGO DE SUA REGULAÇÃO URBANÍSTICA"** do(s) autor(es) Frederico Haddad; Ivan Cesar Ribeiro e Benedito Fonseca de Souza Adeodato foi submetido e aprovado para a publicação na Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade. Neste momento, o artigo está em edição, com "previsão" de publicação no v. 12 n. 1 (2023).

Atenciosamente

Andreza Portella Ribeiro

Editora Chefe

Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade



REDAP

 REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

 LAW JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION

Editor-Chefe: Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura

ISSN 2595-5667

expediente@redap.com.br

[CAPA](#)
[SOBRE](#)
[PÁGINA DO USUÁRIO](#)
[PESQUISA](#)
[ATUAL](#)
[ANTERIORES](#)

[NOTÍCIAS](#)
[DIRETRIZES PARA AUTORES/GUIDELINES FOR AUTHORS](#)
[DECLARAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS/STATEMENT OF COPYRIGHT](#)
[POLÍTICA EDITORIAL/EDITORIAL POLICY/POLÍTICA EDITORIAL](#)

[POLÍTICA DE PRIVACIDADE/PRIVACY POLICY](#)
[PROCESSO DE AVALIAÇÃO PELOS PARES/PARENT EVALUATION PROCESS](#)
[POLÍTICA DE ÉTICA/ETHIC POLICE](#)

[EQUIPE EDITORIAL/EDITORIAL TEAM](#)
[CONTATO/CONTACT](#)

Capa > v. 1, n. 3 (2023) > Affonso da Costa Moura

REGULAÇÃO ESTATAL, CIDADE E POLÍTICAS URBANAS: ELEMENTOS PARA UMA TEORIA JURÍDICA DA REGULAÇÃO URBANA

Emerson Affonso da Costa Moura, Mauricio Jorge Pereira da Mota, Marcos Alcino de Azevedo Torres

RESUMO

A identificação de elementos fundamentais para a formação de uma teoria jurídica da regulação urbana é o tema posto em debate. Analisa-se em que medida, a ascensão de um modelo de Estado regulador, que conforma as atividades econômicas e sociais para os fins previstos na ordem constitucional impõe a releitura da política urbana como forma de intervenção do Estado na economia e, portanto, sujeita a atividade regulatória estatal o que demanda a formação de uma teoria jurídica sobre o tema. Para tanto, analisa-se inicialmente o Estado e a mudança do seu papel de interventor para regulador, após como a cidade é ordenada tradicionalmente através de políticas públicas urbanas pelos poderes públicos e, por fim, como elas se inserem em uma atividade regulatória econômica estatal, porém, com princípios e objetivos próprios, que justifica a formação de uma teoria regulatória específica.

PALAVRAS-CHAVE

Regulação; cidade; política urbana; intervenção; economia.

TEXTO COMPLETO:

PDF

DOI: <http://dx.doi.org/10.47096/redap.v1i3.437>

APONTAMENTOS

- Não há apontamentos.

Direitos autorais 2024 Revista de Direito da Administração Pública



A revista está licenciada quanto aos direitos autorais com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPES

IDIOMA

Selecione o idioma

Português (Brasil) ▼

Submeter

TAMANHO DE FONTE

USUÁRIO

Logado como:

emersonacmoura

Perfil

Sair do sistema

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos ▼

Pesquisar

Procurar

Por Edição

Por Autor

Por título

INFORMAÇÕES

Para leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

SOBRE OS AUTORES

Emerson Affonso da Costa Moura

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, RJ, Brasil e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRJ, RJ, Brasil.

Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pesquisador certificado pela CNPQ da Universidade Federal Fluminense

Mauricio Jorge Pereira da Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002). Professor Permanente do Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Professor do Doutorado em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Professor



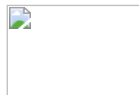
DOAJ - Directory of Open Access Journals



Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras



Latindex



ResearchBib - Academic Resource Index



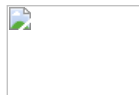
Sumários de Revistas Brasileiras



Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso



ISSN - International Standard Serial Number



Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e Procurador do Estado - Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros

Marcos Alcino de Azevedo Torres
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2004). Professor do Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professor Adjunto de Direito Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Presidente do Fórum Permanente de Direito da Cidade da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ.



Início / Arquivos / v. 15 n. 4 (2023): Revista de Direito da Cidade - Vol. 15, N°4 /
Artigos/Articles/Artículos

Direito humano-fundamental a moradia à luz da dignidade da pessoa humana: tutela normativa e políticas públicas urbanas

Emerson Affonso da Costa Moura

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, Brasil. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro. Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-9824-0832>

Mauricio Jorge Pereira da Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

Marcos Alcino de Azevedo Torres

UERJ

<https://orcid.org/0000-0002-2890-6010>

Resumo

O redimensionamento do direito humano-fundamental a moradia à luz da cláusula geral da dignidade da pessoa humana é o tema em debate. Analisa-se em que medida, a partir de uma constitucionalização-releitura daquele direito humano amplia-se a proteção da habitação adequada para a garantia de uma moradia digna capaz de permitir a promoção da personalidade e o exercício das autonomias privadas e públicas do cidadão na cidade. Para tanto, verifica-se como o sistema internacional e nacional tutela a pessoa humana na proteção dos seus direitos, em que medida a consagração da cláusula geral da dignidade da pessoa irradia na propriedade produzindo a sua releitura, como se aprofunda a transformação com a tutela da moradia como direito humano-fundamental com a definição de suas políticas públicas e, por fim, quais são os aportes que a dignidade da pessoa humana produz na interpretação do direito humano-fundamental à moradia.

Biografia do Autor

Emerson Affonso da Costa Moura, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, Brasil. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro. Brasil.

Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador certificado pelo CNPQ pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=H8405515>

Mauricio Jorge Pereira da Mota, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1994), mestrado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997) e doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é Professor do Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e Procurador do Estado - Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB. Editor Chefe da Revista Quaestio Iuris e da Revista de Direito da Cidade. Coordenador do Curso de Especialização em Direito Imobiliário, Notarial e Registral da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Membro do Fórum Permanente de Direito da Cidade da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ

Marcos Alcino de Azevedo Torres, UERJ

Doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2004). Professor do Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professor Adjunto de Direito Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Presidente do Fórum Permanente de Direito da Cidade da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ.



pdf

Publicado

2024-01-29

Como Citar

Moura, E. A. da C., Jorge Pereira da Mota, M., & de Azevedo Torres, M. A. (2024). Direito humano-fundamental a moradia à luz da dignidade da pessoa humana: tutela normativa e políticas públicas urbanas. *Revista De Direito Da Cidade*, 15(4), 2104-2133. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/81480>

Fomatos de Citação

Edição

[v. 15 n. 4 \(2023\): Revista de Direito da Cidade - Vol. 15, N°4](#)

Seção

Artigos/Articles/Artículos



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o manuscrito intitulado: "***Catadoras(es) de Material Reciclável e Políticas Públicas de Enfrentamento à Pandemia de COVID-19***" do(s) autor(es) Fernanda Henrique Cupertino Alcântara; Rosana Ribeiro Felisberto e Emerson Affonso da Costa Moura foi submetido e aprovado para a publicação na Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade. Neste momento, o artigo está em edição, com "previsão" de publicação no v. 12 n. 1 (2023).

Atenciosamente

Andreza Portella Ribeiro

Editora Chefe

Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade

XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

DIREITO E SUSTENTABILIDADE I

NORMA SUELI PADILHA

RENATA ALBUQUERQUE LIMA

JERÔNIMO SIQUEIRA TYBUSCH

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direito e Sustentabilidade I [Recurso eletrônico on-line] Organização CONPEDI

Coordenadores: Jerônimo Siqueira Tybusch; Norma Sueli Padilha; Renata Albuquerque Lima. – Florianópolis: CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-854-7

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Saúde: Acesso à justiça, Solução de litígios e Desenvolvimento

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito. 3. Sustentabilidade. XXX Congresso Nacional do CONPEDI Fortaleza - Ceará (3; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

DIREITO E SUSTENTABILIDADE I

Apresentação

TEXTO DE APRESENTAÇÃO - GT DIREITO E SUSTENTABILIDADE I

Apresentam-se os trabalhos exibidos, no dia 16 de novembro de 2023, no Grupo de Trabalho (GT) de Direito e Sustentabilidade I do XXX Congresso Nacional do CONPED "Acesso à justiça, soluções de litígios e desenvolvimento", do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI.

O GT, de coordenação dos trabalhos dos Professores Doutores Renata Albuquerque Lima, Norma Sueli Padilha e Jerônimo Siqueira Tybusch, que envolveu vinte e um artigos que, entre perspectivas teóricas e práticas, demonstraram a importância da sustentabilidade nos mais variados organismos da contemporaneidade. Os trabalhos apresentados abriram caminho para uma importante discussão, em que os operadores do Direito puderam interagir, levando-se em consideração o momento político, social e econômico vivido pela atual sociedade brasileira.

O primeiro trabalho, de autoria de Ana Cacilda Rezende Reis, apresentado pela mesma, tem como tema "A EXIGIBILIDADE DO PLANO DE EMERGÊNCIA COMO POTENCIALIZADORA DA SUSTENTABILIDADE NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL", objetivou compreender e apresentar formas de fortalecer a capacidade de resposta do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) em emergências ambientais, com a exigibilidade legal do Plano de Emergência apto a limitar e mitigar os danos ambientais decorrentes destes eventos, contribuindo assim para a sustentabilidade e maior equilíbrio entre meio ambiente, transformação econômica e impactos sociais.

"A SUSTENTABILIDADE DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS: UMA ANÁLISE PRINCIPIOLÓGICA À LUZ DA DOUTRINA DE RONALD DWORKIN" é o trabalho de Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira, Luciana Diniz Durães Pereira e Gabriela Oliveira Freitas, apresentado pela terceira autora. As pesquisadoras partem da hipótese de que é possível implementar a sustentabilidade, observando o princípio do equilíbrio financeiro e atuarial e da vedação do retrocesso social, ao lado dos avanços sociais indispensáveis à dignidade da pessoa humana, sob a perspectiva da Teoria dos Princípios de Ronald Dworkin.

Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa, Cesar Augusto Carvalho De Figueiredo e Jose Luis Luvizetto Terra apresentaram o trabalho “ACESSO RESPONSÁVEL À JUSTIÇA SUSTENTÁVEL: CONTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PARA UM POSSÍVEL PROGRAMA DE INCENTIVO À LITIGÂNCIA RESPONSÁVEL” que teve como foco estabelecer uma analogia entre a prestação jurisdicional e o fornecimento de energia elétrica, analisando o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) e sua potencial aplicação para comunicar a eficiência de litigância dos usuários frequentes do sistema judiciário.

Talisson de Sousa Lopes, Adriana Silva Lucio e José Claudio Junqueira Ribeiro apresentaram o trabalho intitulado “ANÁLISE COMPARATIVA DA QUALIDADE DA ÁGUA NA BACIA DO RIO PARAOPEBA APÓS ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO – MINAS GERAIS” em que foi feito uma análise comparativa dos resultados das análises da qualidade da água na Bacia do Rio Paraopeba, antes e após o rompimento da barragem de rejeitos, em Brumadinho, MG, que foi um dos maiores acidentes de mineração do Brasil e teve um impacto ambiental e social significativo.

Emerson Vasconcelos Mendes, Marcelo Machado de Figueiredo e Renata Albuquerque Lima apresentaram a pesquisa denominada de “COMO A ABORDAGEM ESG PODE AJUDAR A PREVENIR ACIDENTES AMBIENTAIS NA MINERAÇÃO: O CASO BRUMADINHO-MG”, tendo como objetivo principal evidenciar as falhas na Gestão e Análise de Risco da Vale do Rio Doce e sua relação com o acidente ambiental na cidade de Brumadinho no Estado de Minas Gerais e elencar práticas de prevenção com a implementação do ESG.

Marcos Leite apresentou o artigo " COMO A SOCIEDADE CONSUMISTA ATUAL PODE SER UM FATOR DA CRISE DEMOCRÁTICA E QUAIS OS POSSÍVEIS IMPACTOS NA CRISE AMBIENTAL", escrito em co-autoria com Dalmir Franklin de Oliveira Júnior e Maria Eduarda Fragomeni Olivaes, oriundo de pesquisa que tem como objetivo analisar a mudança dos padrões de consumo nas sociedades capitalistas, onde as pessoas passam a ser mercadorias, implicando na reconfiguração das relações entre os sujeitos e os bens, com impactos na democracia e no meio ambiente.

Abner da Silva Jaques apresentou o artigo “DO UTILITARISMO À RESPONSABILIDADE: ACEPÇÕES DECORRENTES DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”, escrito em co-autoria

com Welington Oliveira de Souza dos Anjos Costa, oriundo de pesquisa que se baseia no nascedouro e ascensão das diretivas de sustentabilidade que culminaram na Agenda 2030, a partir da declaração do direito ao desenvolvimento como um Direito Humano.

Vitória Colognesi Abjar apresentou o trabalho “GOVERNANÇA E GOVERNABILIDADE AMBIENTAL: INFLUÊNCIAS NA LEI N. 13.123/2015”, em co-autoria com Loyana Christian de Lima Tomaz e Osania Emerenciano Ferreira, tendo como fulcro analisar a influência da governança e governabilidade ambiental frente ao patrimônio genético, no âmbito da Lei n. 13.123/2015.

Natália Ribeiro Linhares e Bruna Paula da Costa Ribeiro apresentaram a pesquisa intitulada “GOVERNANÇA GLOBAL E ESG (ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE) NO BRASIL: NOVOS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” realizando um resgate histórico da insurgência da ESG, bem como analisando as entidades internacionais envolvidas nas metas do milênio e mercado vinculado ao desenvolvimento sustentável brasileiro.

Márcia Assumpção Lima Momm apresentou o artigo “INCLUSÃO E EQUIDADE PARA MULHERES: UMA ABORDAGEM DO COMPLIANCE INTEGRADO AO ASG PARA PROMOVER A DIVERSIDADE E A SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL” em co-autoria com Eduardo Milleo Baracat, visando explorar a viabilidade do compliance alinhado aos princípios Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) como uma estratégia eficaz para fomentar a equidade e inclusão de mulheres em empresas brasileiras.

Paulo Campanha Santana apresentou o artigo “LITIGÂNCIA CLIMÁTICA E O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO COMBATE AO DESMATAMENTO ILEGAL NA AMAZÔNIA” em co-autoria com Leonardo Sampaio de Almeida e Marcia Dieguez Leuzinger, visando investigar quais as perspectivas de atuação do Ministério Público Federal na litigância climática, notadamente relacionada ao combate ao desmatamento ilegal na Amazônia.

Já o trabalho “O PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE E A NATUREZA COMO TITULAR DE DIREITOS: UMA PROPOSTA RAZOÁVEL PARA A MITIGAÇÃO DO DEFICIT DE EFETIVIDADE DO PARADIGMA SUSTENTÁVEL, ENTRE ANTROPOCENTRISMO E ECOLOGISMO ABSOLUTIZANTES”, Paulo Campanha Santana apresentou, em co-autoria com Paulo Márcio de Nápolis e Marcia Dieguez Leuzinger, visando revisitar o paradigma da sustentabilidade, convergindo para a sua dimensão de norma-princípio instalada no vértice dos sistemas jurídicos.

Valéria Giumelli Canestrini apresentou a pesquisa “MP ITINERANTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA NA COMUNIDADE EM DEFESA DA SOCIEDADE, UM MODELO DE ATUAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA” em parceria com Denise S. S. Garcia e Ivanildo De Oliveira, apresentando o Projeto “MP Itinerante”, tendo este projeto objetivo em chegar nas diversas localidades no Estado de Rondônia, inseridas na Amazônia, desprovidas de Comarcas instaladas e identificar as demandas dessas localidades para a atuação do Ministério Público de Rondônia.

Já no trabalho “O MEIO AMBIENTE ENQUANTO SUJEITO DE DIREITOS: ANÁLISE DO CASO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DA LAGOA DA CONCEIÇÃO, DE FLORIANÓPOLIS”, Valéria Giumelli Canestrini, em parceria com Jaime Leônidas Miranda Alves e Denise S. S. Garcia, analisou se é possível considerar o meio ambiente enquanto sujeito de direitos a partir do estudo de caso da Ação Civil Pública da Lagoa da Conceição, de Florianópolis.

Carla Cristina Alves Torquato Cavalcanti apresentou o trabalho “O CUSTO AMBIENTAL DA GERAÇÃO DE ENERGIA LIMPA E O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” em parceria com Carlos Eduardo Mancuso, em que os mesmos estudam a transição para uma matriz energética limpa, que deverá ser feita de forma responsável, considerando todos os custos ambientais envolvidos.

“O DIREITO À SUSTENTABILIDADE: UMA (RE)LEITURA DOS DIREITOS HUMANOS” foi apresentado por Ana Claudia Da Silva Alexandre Storch que defendeu o direito à sustentabilidade como uma releitura dos direitos humanos, diante da invalidade destes últimos na garantia de uma efetiva justiça ambiental.

“O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (1988-2019)” foi o trabalho apresentado por Júlia Massadas tendo como foco apresentar os resultados obtidos a partir de pesquisa qualitativa acerca da percepção do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do conceito e aplicação do princípio da precaução (PP) no direito ambiental brasileiro desde a promulgação da Constituição da República Federativa de 1988 até o ano de 2019.

Fernanda Henrique Cupertino Alcântara e Rosana Ribeiro Felisberto apresentaram o trabalho “POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES) DE RECICLAGEM EM MINAS GERAIS NO PERÍODO PANDÊMICO (2020-2023)”, em parceria com Emerson Affonso da Costa Moura, visando discutir a regulamentação e a implementação de políticas públicas de

resíduos sólidos no Brasil, ao mesmo tempo em que problematizam a atuação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) durante o período pandêmico, entre 2020 e 2023, no Estado de Minas Gerais.

Brychtn Ribeiro de Vasconcelos e Luziane De Figueiredo Simão Leal apresentaram “REFLEXÕES SOBRE A ÁGUA NO SÉCULO XXI: IMPLICAÇÕES DA GOVERNANÇA HÍDRICA, SUSTENTABILIDADE E SOCIOJURÍDICAS”, escrito em co-autoria com Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, tendo o objetivo de ressaltar a importância de uma governança hídrica eficaz para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

“RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ: ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES AMBIENTAIS DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO EM MANAUS” foi o trabalho apresentado por Antonio Jorge Barbosa da Silva e Maria Claudia da Silva Antunes De Souza que objetivaram analisar percepções ambientais dos moradores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé na comunidade de Nossa Senhora do Livramento em Manaus.

Finalmente, “UMA ANÁLISE DA GESTÃO HÍDRICA DA CIDADE DE MANAUS”, este foi o trabalho apresentado por Carla Cristina Alves Torquato Cavalcanti e Cristiniana Cavalcanti Freire, em co-autoria com Sandro Nahmias Melo. Com a referida pesquisa, observou-se que existe o fenômeno da segregação socioespacial na distribuição de água em Manaus. As zonas mais pobres e vulneráveis da cidade têm acesso mais precário à água, enquanto as zonas mais ricas têm acesso mais garantido. Tal dificuldade não se dá somente por dificuldades operacionais, mas também devido as ações incipientes que são tomadas na gestão hídrica municipal.

Agradecemos a todos os pesquisadores da presente obra pela sua inestimável colaboração, desejamos uma ótima e proveitosa leitura!

Coordenadores:

Profa. Dra. Renata Albuquerque Lima – UNICHRISTUS

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch – Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha – Universidade Federal de Santa Catarina

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES) DE RECICLAGEM EM MINAS GERAIS NO
PERÍODO PANDÊMICO (2020-2023)**

**PUBLIC POLICY ON SOLID WASTE AND SOLIDARITY ECONOMIC
ENTERPRISES (EES) OF RECYCLING IN MINAS GERAIS IN THE PANDEMIC
PERIOD (2020-2023)**

Fernanda Henrique Cupertino Alcântara ¹
Rosana Ribeiro Felisberto
Emerson Affonso da Costa Moura

Resumo

Este trabalho discute a regulamentação e a implementação de políticas públicas de resíduos sólidos no Brasil, ao mesmo tempo em que problematiza a atuação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) durante o período pandêmico, entre 2020 e 2023, no Estado de Minas Gerais. Os dados apresentados remetem aos territórios municipais nos quais atuam EES(s) de reciclagem, atendidos pelo Programa de Extensão Ambiente-se, da UFJF-GV. O objetivo deste trabalho foi realizar uma descrição acerca do histórico da regulamentação do setor de resíduos sólidos pós-consumo, principalmente no que tange ao setor da reciclagem, contrapondo seus resultados aos dados disponíveis com relação ao desenvolvimento do processo de implementação da política pública de resíduos sólidos. A metodologia utilizada se baseou na pesquisa documental e bibliográfica, além da análise de dados secundários produzidos por instituições governamentais ou privadas que atuam no setor da reciclagem e logística reversa. O trabalho discute o desenvolvimento das políticas públicas de resíduos sólidos no Brasil ao longo do tempo e como os EES(s) já constituídos têm contribuído para a implementação destas, considerando-se, para efeito de análise, o período excepcional na série histórica em decorrência da pandemia. Os dados observados indicam a importância das(os) catadoras(es) na cadeia produtiva da reciclagem, bem como a necessidade de diminuir as fragilidades e desigualdades entre os elos desta.

Palavras-chave: Política pública, Pandemia, Empreendimentos econômicos solidários, Cadeia produtiva, Associativismo

Abstract/Resumen/Résumé

This work discusses the regulation and implementation of public policy on solid waste in Brazil, while at the same time problematizing the performance of Solidarity Economic Enterprises (EES) during the pandemic period, between 2020 and 2023, in the State of Minas Gerais. The data presented refer to the municipal territories in which they operate EES(s) of recycling assisted by the Extension Program Ambiente-se, of the UFJF-GV. The objective of

¹ Professora Associada IV, da UFJF, Campus de Governador Valadares Graduação em Ciências Sociais e Direito, Mestrado e Doutorado em Sociologia pelo IUPERJ/RJ

[Início](#) / [Arquivos](#) / [ANO IX – NÚMERO XVI - 1º SEM. 2023 - Estudos Contemporâneos](#) /
Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos

Sobre as políticas públicas de combate à insegurança alimentar: uma reflexão atual e necessária na perspectiva Ubuntu

Edna Raquel Hogemann

Doctor in Law (UFG), Post-Doctor in Human Rights (UNESA), Dean and Permanent Associate Professor of the Postgraduate Program in Law at the Center for Political and Legal Sciences (CCJP) of the Federal University of the State of Rio de Janeiro, Brazil. Coordinator of the Human Rights and Social Transformation Research Group (CNPq).

<https://orcid.org/0000-0003-3276-4526>

Benedito Fonseca e Souza Adeodato

Doctor in Sociology (IUPERJ), Vice-Rector and Permanent Professor of the Postgraduate Program in Law at the Center for Political and Legal Sciences (CCJP) of the Federal University of the State of Rio de Janeiro, Brazil.

<https://orcid.org/0000-0002-7648-3382>

Oswaldo Pereira de Lima Junior

Doctor in Law from Universidade Estácio de Sá (UNESA). Coordinator of the Bioethics, Human Rights and Citizenship Research Group. Adjunct Professor at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN).

<https://orcid.org/0000-0002-0019-1391>

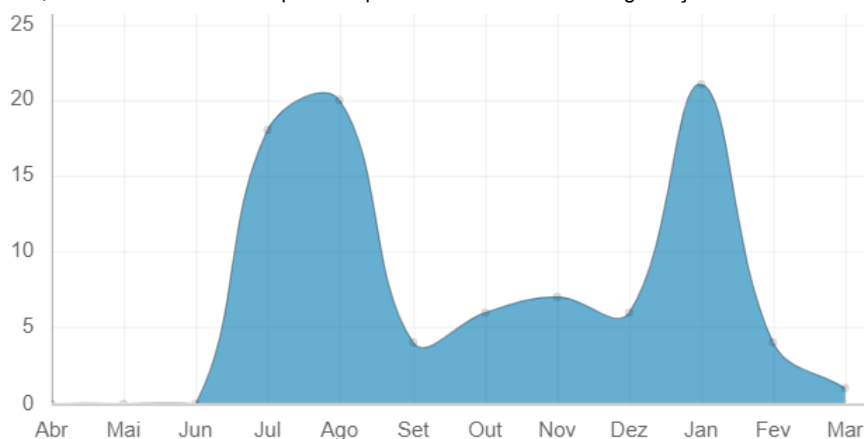
DOI: <https://doi.org/10.19135/revista.consinter.00016.07>

Palavras-chave: Ética, Mapa da Fome, Interculturalidade Crítica, Fome

Resumo

Propõe-se um estudo reflexivo acerca do atual panorama referente aos conceitos e normativas ligadas à insegurança alimentar no Brasil, bem como à relevância do amparo em políticas públicas adotadas pelo país no combate à fome. Analisa-se o fenômeno da insegurança alimentar, pretendendo, sobretudo, compreender a evidente ocorrência na atualidade, mormente, no cenário pandêmico ainda em curso. Pela utilização do método dialético qualitativo, apresenta-se o direito à alimentação à luz da legislação brasileira, as políticas públicas, os desafios, perspectivas e o estratégico apoio axiológico configurado pela perspectiva Ubuntu na construção de um novo olhar de proteção aos indivíduos afetados pela insegurança alimentar.

Downloads



Referências

ALENCAR, Thiago Gomes, SILVA, Adriana Ferreira, "Analysis of Food and Nutrition Security in the municipalities of North Goiás", Series of Texts for Discussion of the Economic Sciences Course, 092, Goiania, 2022, available at https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/118/o/TD_092.pdf, access on 26 Sep. 2022.

BRAZILIAN NUTRITION ASSOCIATION, National Survey on the pandemic points to epidemic peak of hunger, Sep. 2021, available at <https://www.asbran.org.br/noticias/inquerito-nacional-na-pandemia-aponta-pico-epidemico-da-fome>, accessed on 22 Sept. 2022.

BRAZIL, Law 11,346, of September 15, 2006, "Creates the National Food and Nutrition Security System – SISAN with a view to ensuring the human right to adequate food and other measures", available at https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm, accessed on 21 Sep. 2022.

BRAZILIAN INSTITUTE OF GEOGRAPHY AND STATISTICS, Household Budget Survey 2017-2018: Analysis Of Food Security In Brazil, Rio de Janeiro, IBGE, 2020.

BRAZILIAN RESEARCH NETWORK ON FOOD SOVEREIGNTY AND SECURITY – PENSSAN, II National Survey on Food Insecurity in the Context of the COVID-19 Pandemic in Brazil, São Paulo, Friedrich Ebert Foundation, 2022.

BRIGATTI, Fernanda, "'It's false, it's a lie', says Guedes about 33 million Brazilians going hungry: minister opposes research that shows severe food insecurity in the country", Folha de São Paulo, São Paulo, 21 Sep. 2022, available at <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/09/e-falso-e-mentira-diz-guedes-sobre-33-milhoes-de-brasileiros-passando-fome.shtml>, accessed on 21 Sep. 2022.

BURCHI, Francesco, DE MURO, Pasquale, "From Food Availability To Nutritional Capabilities: Advancing Food Security Analysis", Food Policy, v. 60, p. 10-19, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2015.03.008>

CANDAU, Vera Maria Ferrão, "'Ideas-Strength' Of The Thought Of Boaventura De Sousa Santos And Intercultural Education", Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 32, n. 1, p. 15-34, Jan./Mar., 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698140011>

CASTORIADIS, Cornelius, Janela Sobre o Chaos, São Paulo, Ideias e Letras, 2009.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, "The State of Food Security and Nutrition in the World 2017", Building Resilience For Peace And Food Security, Rome, FAO, 2017.

HOFFMANN, Rodolfo, "Determinants Of Food Insecurity In Brazil: Analysis Of 2004 PNAD Data", Food and Nutritional Security, v. 15, n. 1, p. 49-61, 2008, available at https://www.researchgate.net/publication/304921906_Determinantes_da_inseguranca_alimentar_no_Brasil_analise_dos_dados_da_PNAD_de_2004, accessed on 20 sep. 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v15i1.1824>

HOFFMANN, Rodolfo, "Determinants Of Food Insecurity In Brazil In 2004 And 2009", Food and Nutrition Security, v. 20, n. 2, p. 219-235, 2013, available at <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634599>, accessed on 20 Sep. 2022.

HOFFMANN, Rodolfo, KAGEYAMA, Angela, "Poverty, Food Insecurity And Pluriactivity In Brazil", Economic Theory and Evidence, v. 14, n. 29, p. 9-35, 2007, available at https://www.researchgate.net/publication/268357971_POBREZA_INSEGURANCA_ALIMENTAR_E_PLURIATIVIDADE_NO_BRASIL, accessed on 20 sep. 2022.

KEYNES, The Economists: The General Theory of Employment, Interest and Money, São Paulo, Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl, Capital: Book I, São Paulo, Boitempo, 2013.

MYRDAL, Gunnar, Beyond the Welfare State, Rio de Janeiro, Zahar, 1962.

NATIONAL JOURNAL, "More than 33 Million Brazilians Go Hungry Every Day, Reveals Research", available at <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/06/08/mais-de-33-milhoes-de-brasileiros-passam-fome-todo-dia-revela-pesquisa.ghtml>, accessed on 09/17/2022.

PIKETTY, Thomas, The Economy of Inequality, Rio de Janeiro, Intrínseca, 2015.

RAMOSE, Mogobe Bernard, "The Ethics Of Ubuntu", In PH COETZEE & APJ ROUX, eds., Philosophy from Africa, p. 324-330, Oxford, England, Oxford University Press, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa, "Beyond The Abyssal Thought: From Global Lines To An Ecology Of Knowledge", New Studies, n. 79, Nov. 2007, available at <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnj7THFDBrgc/>, accessed on 28 Sep. 2022.

SWANSON, Dalene, Doing Democracy, available at <https://doingdemocracy.ning.com/profile/DaleneSwanson>, accessed on 29 Aug. 2022.

SEN, Amartya, Poverty And Famines: An Essay On Entitlement And Deprivation, Oxford, Oxford University Press, 1981.

SEN, Amartya, "The Split of Multiculturalism", Folha de São Paulo, São Paulo, 17 sep. 2006, available at <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1709200604.htm>, accessed on 28 Sep. 2022.

SEN, Amartya, Inequality Reexamined, 2. ed. Rio de Janeiro, Record, 2008.

SEN, Amartya, DRÈZE, Jacques, Hunger and Public Action, Oxford, Clarendon Press, 1989.

TUBINO, Fidel, "La Interculturalidad Criticism As Project Ethical-Political", Encuentro Continental de Educadores Agostinos, Lima, Peru, Jan. 2005, available at <https://oala.villanova.edu/congresos/educacion/lima-ponen-02.html>, access on 28 Sept. 2022.

WORLD FORUM ON FOOD SOVEREIGNTY, Final Declaration of the World Forum on Food Sovereignty, Havana, Sep. 2001, available at <http://redes.org.uy/wp-content/uploads/2008/09/declaracion-final-del-foro-mundial-sobre-soverania-alimentaria.pdf>, accessed on 22 sep. 2022.

[PDF \(English\)](#)[HTML \(English\)](#)

Publicado

2023-07-14

Como Citar

Hogemann, E. R., Adeodato, B. F. e S., & Lima Junior, O. P. de. (2023). Sobre as políticas públicas de combate à insegurança alimentar: uma reflexão atual e necessária na perspectiva Ubuntu. *Revista Internacional Consinter De Direito*, 9(16), 201. <https://doi.org/10.19135/revista.consinter.00016.07>

Fomatos de Citação

Edição

[ANO IX – NÚMERO XVI - 1º SEM. 2023 - Estudos Contemporâneos](#)

Seção

Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos

Licença



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](#).

Para fins da universalização e compartilhamento livre dos saberes a Revista do [CONSINTER](#) está indexada sob a Licença **Creative Commons 4.0**

Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Brasil.

É permitido:

- Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- Criar obras derivadas

Sob as seguintes condições:

ATRIBUIÇÃO

Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.

USO NÃO COMERCIAL

Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.

COMPARTILHAMENTO PELA MESMA LICENÇA

Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.

Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outro, os termos da licença desta obra.

Licença Jurídica (licença integral): https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt_BR



Artigos mais lidos pelo mesmo(s) autor(es)

- Edna Raquel Hogemann, [O Prometeu Revelado em Epimeteu ou Quando o Caminhar da Tecnociência Desconhece Direitos Humanos](#), [Revista Internacional Consinter de Direito: ANO VIII – NÚMERO XV - 2º SEM. 2022 - El Impacto de la Revolución Tecnológica en el Derecho](#)
- Edna Raquel Hogemann, Livia Pagani de Paula, [Objecção De Consciência Médica E Liberdade De Escolha Do Paciente Terminal No Direito Brasileiro: Como Solucionar O Conflito De Dois Lados Da Mesma Moeda?](#), [Revista Internacional Consinter de Direito: ANO VI – NÚMERO X - 1º SEM. 2020 - Estudos Contemporâneos](#)
- Edna Raquel Hogemann, Thiago S. P. de Souza, Tiago Martinez, [Direitos Humanos para Quem? A Saga dos Refugiados LGBTI](#), [Revista Internacional Consinter de Direito: ANO IV – NÚMERO VII - 2º SEM. 2018 - Estudos Contemporâneos](#)
- Edna Raquel Hogemann, [Sobre a curricularização da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de Direito](#), [Revista Internacional Consinter de Direito: ANO IX – NÚMERO XVII - 2º SEM. 2023 - Estudos Contemporâneos](#)
- Edna Raquel Hogemann, Thiago Serrano Pinheiro de Souza, [O Direito À Liberdade De Amor Homossexual: Da Interdição Moral Do Desejo À Proclamação De Um Efetivo Direito Fundamental](#), [Revista Internacional Consinter de Direito: ANO V – NÚMERO IX - 2º SEM. 2019 - Estudos Contemporâneos](#)
- Edna Raquel Hogemann, Maria Cristina de Brito Lima, Natália de Souza e Mello Araújo, [O Projeto de Lei 6.268/2016 à Luz do Princípio da Vedação do Retrocesso Ambiental e do Princípio da Igualdade na Consideração de Interesses](#), [Revista Internacional Consinter de Direito: ANO III – NÚMERO IV - 1º SEM. 2017 - Derecho Ante los Desafíos de la Globalización](#)

ISSN 2183-9522 (online)

ISSN 2183-6396 (impresso)

Idioma

English

Español (España)

Português (Brasil)

Português (Portugal)





**XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO
CONPEDI BUENOS AIRES –
ARGENTINA**

**DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E
MOVIMENTOS SOCIAIS I**

ADRIANA FASOLO PILATI

EDNA RAQUEL RODRIGUES SANTOS HOGEMANN

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direitos Humanos, Democracia e Movimentos Sociais I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Adriana Fasolo Pilati; Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann. – Florianópolis: CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-838-7

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Derecho, Democracia, Desarrollo y Integración

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos Humanos. 3. Democracia e Movimentos Sociais. XII Encontro Internacional do CONPEDI Buenos Aires – Argentina (2: 2023 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI BUENOS AIRES – ARGENTINA

DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E MOVIMENTOS SOCIAIS I

Apresentação

Apresentação

O XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI BUENOS AIRES – ARGENTINA, foi realizado em parceria com a Universidade de Buenos Aires (UBA), tendo como temática central “Derecho, democracia, desarrollo e integration”. Esse tema suscitou intensos debates desde a abertura do evento e os desdobramentos ao decorrer da apresentação dos trabalhos e da realização das plenárias, sempre utilizando o espaço presencial.

Sob a coordenação das professoras Pós-Dra. Edna Raquel Hogemann (UNIRIO /UNIGRANRIO), e Adriana Fasolo Pilati (Universidade de Passo Fundo) o GT DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E MOVIMENTOS SOCIAIS I proporcionou sua contribuição ao evento, com exposições orais e debates caracterizados pela atualidade e originalidade quanto pela profundidade dos assuntos abordados pelos expositores.

A demarcar-se que a multiplicidade de olhares em torno das temáticas abordadas tornou o encontro dinâmico, produtivo, agradável e de especial riqueza como contributo para a produção do conhecimento.

Eis os trabalhos apresentados:

(I)LEGITIMIDADE ATIVA DO CIDADÃO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA: UM MODELO PROCESSUAL COLETIVO PARA O ACESSO À EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NÔMADES - Barbara Campolina Paulino , Ana Júlia Alcântara de Souza Pinheiro , Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa Moraes

A (IN)EFETIVIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA PENAL NO BRASIL - Márcia Haydée Porto de Carvalho , Aline Acássia da Silva Sales

A ESFERA PÚBLICA DE HABERMAS NA ERA DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS: DESAFIOS PARA A DEMOCRACIA - Gabriela Oliveira Freitas , Caroline Leal Ribas , Maria Cláudia Viana Hissa Dias do Vale

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO E SEUS ASPECTOS NORMATIVOS E SOCIAIS - Andrine Oliveira Nunes

A IMPORTÂNCIA DO DIREITO À CIDADE PARA CONCRETIZAÇÃO DA CIDADANIA E DEMOCRACIA PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA - Suelen Maiara dos Santos Alécio , Ivan Dias da Motta

A INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DE UMA ANÁLISE DA TEORIA DA LUTA POR RENCONHECIMENTO - Gabriela Oliveira Freitas , Ana Paula Cardoso E Silva

A POSSIBILIDADE DA UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA DE COMPLIANCE COMO FORMA DE COMBATE ÀS ATIVIDADES CRIMINOSAS NO DIREITO PENAL ECONÔMICO - Barbara Campolina Paulino , Pablo Augusto Gomes Mello , Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa Moraes

ANÁLISE SOBRE O ASSÉDIO SEXUAL DENTRO DAS UNIVERSIDADES NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA NO ÂMBITO DO DIREITO - Karyta Muniz de Paiva Lessa , Ivan Dias da Motta

ARQUITETURA HOSTIL E APOROFOBIA: CONSTRUÇÃO DA EXCLUSÃO - Juliana Mayer Goulart , Juliana Tozzi Tietböhl , Rosane Teresinha Porto

CANDIDATURAS COLETIVAS: ENTRE OS DIREITOS INDIVIDUAIS E A MÁXIMA EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS - Dorival Assi Junior , Clodomiro José Bannwart Júnior

CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL: REFLEXÕES A RESPEITO DA TENDÊNCIA NEONACIONALISTA E SEU DIÁLOGO COM O FASCISMO - Guilherme Marques Laurini , Joao Victor Magalhaes Mousquer

DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E REDES SOCIAIS: INDETERMINAÇÃO E CONFLITO COMO PANO DE FUNDO ÀS RECENTES PROPOSTAS REGULATÓRIAS - Ariel Augusto Lira de Moura , Gabriel Dil

DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A MULHER: EM QUESTÃO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABORTO LEGAL NO

BRASIL - Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann , Oswaldo Pereira De Lima Junior , Luana Cristina da Silva Lima Dantas

ESTADO DE EXCEÇÃO? A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA COMO SIMULACRO DA OLIGARQUIA DO CAPITAL - Guilherme Marques Laurini , Joao Victor Magalhaes Mousquer

EXISTE JUSTIÇA AMBIENTAL PARA OS VULNERÁVEIS? CASOS DE DESASTRES AMBIENTAIS NO BRASIL QUE QUESTIONAM A DEMOCRACIA - Cristiane Feldmann Dutra , Gil Scherer , Bruna Guerreiro De Nardin

JUSTIÇA GRATUITA NO BRASIL E NA ARGENTINA: DIFERENÇAS E SIMILITUDES - Maria José Carvalho de Sousa Milhomem , Márcia Haydée Porto de Carvalho , Fernanda Milhomem Barros

NEOCONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA - Adriana Fasolo Pilati , Francineli Ferri Salvini

O CONSTITUCIONALISMO COMPENSATÓRIO ELABORADO PELA CORTE IDH COMO DISCURSO EM MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS: CONSEQUÊNCIAS PARA OS SISTEMAS JURÍDICOS NACIONAIS - Rodrigo Espiúca dos Anjos Siqueira , Andre Pires Gontijo

PINÓQUIO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E TEMPOS DE PÓS-VERDADE: REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO DE DESINFORMAÇÃO - Clodomiro José Bannwart Júnior , André Pedroso Kasemirski

PREMÊNCIA DO DIREITO HUMANO AO ACESSO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: COMO FORMA DE DIGNIDADE E AUTONOMIA AOS IMIGRANTES NO BRASIL. - Cristiane Feldmann Dutra

DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A MULHER: EM QUESTÃO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABORTO LEGAL NO BRASIL

HUMAN RIGHTS AND PUBLIC POLICIES FOR WOMEN: REGARDING THE PROVISION OF LEGAL ABORTION SERVICES IN BRAZIL

**Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann
Oswaldo Pereira De Lima Junior
Luana Cristina da Silva Lima Dantas**

Resumo

Aborda os direitos humanos das mulheres no contexto das políticas públicas voltadas para a interrupção legal da gestação no Brasil. A questão da interrupção da gravidez é um tema complexo e controverso, que envolve considerações éticas, morais e legais. Nesse sentido, é fundamental analisar a garantia dos direitos das mulheres no acesso aos serviços públicos de interrupção legal de gestação, levando em consideração os princípios de autonomia, dignidade e igualdade. Esse estudo, que é continuidade das pesquisas que vem sendo realizadas pelo Grupo de Pesquisas Direitos Humanos e Transformação Social (GPDHTS), coordenada pela primeira autora, como Amicus Curiae junto a ADPF- 989, em curso no Supremo Tribunal Federal (STF), analisa as políticas públicas de saúde voltadas para as mulheres no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com ênfase nas políticas, serviços, programas e projetos relacionados à interrupção legal da gestação, também conhecida como Aborto Legal, no Brasil. A pesquisa se baseia em revisão bibliográfica e análise documental, abordando tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos, com objetivos exploratórios. Utiliza-se o método hipotético-dedutivo, considerando a necessidade de reinterpretar os dados obtidos por meio de um debate teórico que relaciona violência contra as mulheres, direitos reprodutivos e responsabilidade estatal. Os resultados apontam para a ineficácia do Estado na garantia constitucional desse direito, o que contribui para a ampliação das desigualdades de gênero no país.

Palavras-chave: Mulher, Aborto legal, Direitos humanos, Políticas públicas, Brasil

Abstract/Resumen/Résumé

It discusses women's human rights in the context of public policies related to legal abortion in Brazil. The issue of pregnancy termination is a complex and controversial topic that involves ethical, moral, and legal considerations. Therefore, it is crucial to analyze the guarantee of women's rights in accessing public services for legal abortion, taking into account the principles of autonomy, dignity, and equality. This study, which is a continuation of research conducted by the Human Rights and Social Transformation Research Group (GPDHTS), coordinated by the first author, as Amicus Curiae in ADPF-989, currently being analyzed by the Brazilian Federal Supreme Court (STF), examines public health policies for

XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

DIREITO INTERNACIONAL

JERÔNIMO SIQUEIRA TYBUSCH

SIMONE ALVAREZ LIMA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direito Internacional [Recurso eletrônico on-line] Organização CONPEDI

Coordenadores: Jerônimo Siqueira Tybusch; Simone Alvarez Lima. – Florianópolis: CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-855-4

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Saúde: Acesso à justiça, Solução de litígios e Desenvolvimento

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito. 3. Internacional. XXX Congresso Nacional do CONPEDI Fortaleza - Ceará (3; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

DIREITO INTERNACIONAL

Apresentação

APRESENTAÇÃO

O XXX Congresso Nacional do Conpedi ocorreu em Fortaleza (CE/Brasil), nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 2023, reunindo pesquisadores de todo o país, inclusive autores estrangeiros com o objetivo de difundir, amplamente, o conhecimento.

Ocorrido na Universidade Unichristus, a qual comportou todo o evento no qual ocorreu, além da apresentação dos pôsteres e artigos em GT, o evento marcou a celebração da nova gestão do Conpedi.

Dentre os Grupos de Trabalho, está o de Direito Internacional I, o qual contou com artigos científicos de suma importância por trazerem reflexões atuais sobre um ramo do Direito que demanda pesquisas a fim de deixar clara a sua importância e eficácia no ordenamento jurídico.

Todos os artigos foram previamente aprovados por meio de avaliação feita por pares (double blind review), pela qual o texto é avaliado por dois pareceristas especialistas na área com elevada titulação acadêmica, e, posteriormente, foram apresentados oralmente por seus autores.

Iniciando as apresentações, o artigo científico **A ATUAÇÃO DO TRIBUNAL PERMANENTE DOS POVOS: UMA ANÁLISE ACERCA DA “CONDENAÇÃO” DE JAIR BOLSONARO COMO APROFUNDAMENTO DEMOCRÁTICO**, de autoria de Karízia Gabriela Leite Cavalcante, Valter Moura do Carmo, Marília de Lima Pinheiro Gadelha Melo trouxe uma abordagem acerca do Tribunal Permanente dos Povos (TPP) como um mecanismo de aprofundamento democrático ao atuar verificando certas demandas “esquecidas” pelo Estado e discutiram a importância da conformação do TPP, que, apesar de não possuir jurisdição, estimula os grupos comunitários a se articularem e levarem suas demandas à sua verificação, fato que contribui para o cultivo da democracia participativa, considerando, para tal propósito, as premissas postas por Boaventura de Sousa Santos.

Em seguida, em **A ATUAL EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: UMA ANÁLISE COMPARADA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E PORTUGUESA PARA O**

ENFRENTAMENTO DA CRISE AMBIENTAL, Sabrina Lehnen Stoll , Aline Michele Pedron Leves , Elenise Felzke Schonardie investigaram os conflitos decorrentes da emergência climática, em países como o Brasil e Portugal, os quais estão arrostando essa questão a partir das suas legislações e demonstraram que, apesar da legislação existente para o enfrentamento da emergência climática, tanto Portugal como o Brasil demonstram grandes dificuldades no que concerne a atuação concreta no combate ou tratamento das questões decorrentes da emergência climática. Isto significa que ambos os Estados possuem uma gestão omissa, a qual torna ineficaz a concretude de uma política climática eficiente.

Posteriormente, por meio do artigo científico A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL COMO INSTRUMENTO DE COMBATE AO CRIME CIBERNÉTICO TRANSNACIONAL Paulo Henrique Carvalho Almeida e Sebastião Patrício Mendes da Costa explicaram como a cooperação jurídica internacional em matéria penal contribui para o combate dos crimes cibernéticos transnacionais, trazendo os aspectos que envolvem o crime cibernético e demonstrando em que consiste este tipo de delito, qual o seu conceito e quais os problemas que gravitam em torno desta modalidade de crime. Os autores trouxeram considerações a respeito da cooperação internacional em matéria penal, a fim de que seja possível compreender, de forma teórica e prática, como este instituto jurídico funciona e analisaram a Convenção sobre o Crime Cibernético, com o propósito de verificar quais as soluções jurídicas possíveis presentes no mencionado tratado internacional para o enfrentamento dessa modalidade de crime.

No A EVOLUÇÃO DA TEORIA INDIGENISTA DOS DIREITOS HUMANOS, André Angelo Rodrigues , Ana Larissa da Silva Brasil e Norma Sueli Padilha analisaram a evolução da teoria indigenista sobre os direitos humanos no plano do direito internacional dos direitos humanos, a fim de compreender a evolução da teoria integracionista até uma teoria multiculturalista, constante na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. Além disso, buscaram analisar o multiculturalismo e a política do reconhecimento constante na mesma Convenção nº 169 e explicar a evolução da teoria multicultural à teoria plurijurídica constante na declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas, de 2007, e na declaração americana sobre os direitos dos povos indígenas, de 2016.

A SUPERAÇÃO DA FIGURA DO INIMIGO NO DIREITO INTERNACIONAL: A CONSTITUIÇÃO DA TERRA, A SOLIDARIEDADE E O DIREITO FRATERNAL, William Paiva Marques Júnior verifica uma genuína humanização do Direito Internacional, o que leva à necessidade de superação da figura do inimigo e o consequente reconhecimento do Direito Fraternal e da Constituição da Terra. O autor considerou as mutações analisadas, por meio do teórico Luigi Ferrajoli, o qual propõe um projeto de constitucionalismo expandido para o

plano internacional, elaborado para suplantar as Constituições dos estados nacionais. Além disso, utilizou doutrinadores como Stefano Rodotà, o qual aborda a solidariedade e Eligio Resta, que defende os aportes do Direito Fraterno.

No artigo científico ACORDO DE PARIS, MERCADO DE CRÉDITO DE CARBONO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BRASIL Marcos Délli Ribeiro Rodrigues , Bruna Paula da Costa Ribeiro e Maria Marconiete Fernandes Pereira explicam que o Acordo de Paris surgiu como marco histórico internacional com a finalidade de pressionar e fomentar metas compromissadas com a mudança para uma terra ecologicamente equilibrada e redução da temperatura global. Impulsionada por este cenário, questiona-se: frente às mudanças climáticas, a venda de crédito de carbono é ferramenta eficiente no alinhamento do Brasil com o Acordo de Paris? Os autores buscam responder a essa indagação investigando os acordos internacionais em que o Brasil é país signatário, notadamente no presente momento de protagonismo do país junto ao Mercosul, G20 e Conselho da ONU.

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NO CASO DE CURADO-PE Rodrigo Ribeiro De Vasconcelos e Filipe Brayan Lima Correia levantaram uma análise do Estado brasileiro perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos devido as reiteradas violações cometidas no sistema carcerário de Curado-PE. Analisando as reuniões da CIDH, buscaram demonstrar o procedimento de processamento de medidas provisórias, o comportamento do Estado denunciado perante o processo, a evolução do assunto após interferência da Corte e a efetividade de suas decisões. Os autores concluíram que, inobstante o Estado representado tenha tentado se eximir de suas obrigações, a atuação da Corte iniciou-se com debates e consultas sem efeitos concretos que evoluíram para medidas diretas e impositivas.

No artigo científico AQUILOMBAMENTO POLÍTICO: POLÍTICA PÚBLICA DE CERTIFICAÇÃO E TITULAÇÃO DE TERRITÓRIOS COM DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS Adriana Dos Santos silva, Fernanda Henrique Cupertino Alcântara e Rosana Ribeiro Felisberto destacaram a importância dos Direitos Humanos Internacionais para a proteção social e reconhecimento de direitos humanos numa perspectiva transnacional para estas comunidades, apresentando como metodologia, uma pesquisa teórica e normativa com embasamento teórico em: Habermas (2000), Honneth (2003), Marshall (2002), Santos (2015), Souto (2020) e Dias (2022). Por fim, os autores apontaram que o Direito Internacional dos Direitos Humanos desempenha papel fundamental na salvaguarda e no fomento dos direitos das comunidades quilombolas, especialmente quando considerado numa perspectiva transnacional.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DIREITOS HUMANOS: UMA ABORDAGEM BASEADA EM DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS COMO CONTRIBUIÇÃO À JUSTIÇA CLIMÁTICA Gabriela Soldano Garcez e Karla Aparecida Vasconcelos Alves da Cruz explicam que o Acordo de Paris de 2015 é relevante para a legislação em matéria de direitos humanos, pelo que diz sobre a necessidade de enfrentar o risco das mudanças climáticas em nível global, destacando que a ONU argumenta que, em princípio, é a legislação em matéria de direitos humanos que exige que os Estados cumpram as expectativas estabelecidas nos artigos Acordo de Paris, impondo responsabilidades para agir em conformidade com o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Nesse sentido, as autoras analisaram o direito humano e fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, para, em seguida, abordar as mudanças climáticas como mecanismo, inclusive, de desigualdade social.

No artigo científico FUNÇÃO SOCIAL/SOLIDÁRIA DAS TRANSNACIONAIS, Claudiany Maria Ramos Cavalcante e Walkiria Martinez Heinrich Ferrer abordaram o entendimento sobre a função social/solidária das empresas transnacionais sob a ótica econômica e social, considerando o impacto econômico e as características do subdesenvolvimento dos países em que se instalam com suas tributações e benefícios. Os autores trouxeram uma conclusão sobre como as transnacionais apresentam formas de cumprir sua a função social e solidária, enquanto compromisso de conduzir o fenômeno de cunho transnacional na superação das graves desigualdades e problemas sociais.

No artigo científico JUSTIÇA RESTAURATIVA: ESTUDO COMPARADO NO SISTEMA NORMATIVO BRASILEIRO E NO SISTEMA NORMATIVO FRANCÊS Catharina Orbage De Britto Taquary Berino , Eneida Orbage De Britto Taquary , Einstein Lincoln Borges Taquary analisaram o instituto da Justiça restaurativa, decorrente da Justiça Penal, como forma de mitigar as consequências do crime para a vítima, no sistema jurídico nacional e no francês, a partir da necessidade de aperfeiçoamento do sistema de política criminal que objetiva apenas as penas privativas de liberdade para punição de crimes graves, sem que haja outros mecanismos que possam mitigar as consequências do crime na vida da vítima e a probabilidade de reinserir os criminosos na vida social.

Em LAND GRABBING E VASSALISMO CONTEMPORÂNEO: A (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR DA CHINA E A POLÍTICA DE USURPAÇÃO DE TERRAS AFRICANAS, Carla Liguori , Denise Vital e Silva , Luiza Vilela Lopes analisaram as relações comerciais existentes entre China e continente africano a fim de se verificar se os acordos comerciais firmados face à insegurança alimentar do país oriental enseja vassalismo contemporâneo de Estado e land grabbing. Levando em conta os incentivos chineses na África, especialmente

em terras moçambicanas, as autoras avaliaram novas práticas de atuação para verificar a existência de um novo vassalismo, sob a ótica e os limites das normas jus cogens e a consequente proibição do Direito Internacional Público.

Em O DIREITO PARA ALÉM DO ESTADO: O ENFRENTAMENTO DE CRISES ECONÔMICAS ATRAVÉS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DE DECISÕES, Nicole Rinaldi de Barcellos visou investigar o enfrentamento de crises econômicas mundiais por meio do direito, à luz da internacionalização das decisões econômicas, demonstrando a importância do enfrentamento global de uma crise econômica e financeira, por meio da internacionalização e coordenação de decisões e regulamentações.

Por meio da apresentação do artigo científico O RETORNO DA UNASUL COMO PROJETO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL E A NECESSIDADE DE SUPERAÇÃO DAS DIFERENÇAS IDEOLÓGICAS, William Paiva Marques Júnior explicou de que modo pode-se superar a ideologia política na efetiva integração regional sul-americana, em especial por meio do retorno brasileiro à UNASUL ocorrido em abril de 2023, em decisão diplomática que reverteu uma pauta do governo anterior, o qual, em 2019, retirou o Brasil, oficialmente, do Bloco. Por fim, o autor concluiu que a efetividade de projetos integracionistas regionais deposita suas esperanças na ampliação da democracia, do diálogo constitucional e da inclusão cidadã, pautando-se por políticas de Estado e não de governos, conforme tem-se verificado.

Prosseguindo para a apresentação do artigo científico O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL, ESTADOS AFRICANOS E A JUSTIÇA UNIVERSAL: ENTRE ASSIMETRIA, SELETIVIDADE E ESPERANÇA PARA AS GERAÇÕES FUTURAS Sébastien Kiwonghi Bizawu apontou que guerra entre Ucrânia e Rússia reacendeu as discussões sobre a finalidade do Tribunal Penal Internacional, sobretudo, no que tange à prisão de chefes de Estados em exercício como é o caso do Presidente russo, Vladimir Putin, visado por um mandado de prisão internacional emitido pelo Tribunal Penal Internacional (TPI). O autor analisou a assimetria e a seletividade do Tribunal Penal Internacional na aplicabilidade do Estatuto de Roma contra os indivíduos oriundos de países africanos e pobres da Europa, poupando-se os líderes das grandes potências reconhecidas responsáveis de crimes de genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e agressão.

No texto do artigo científico PROTEÇÃO CLIMÁTICA: FUNDAMENTOS DA LITIGÂNCIA NOS CASOS ALEMÃO E BRASILEIRO, Sabrina Lehnen Stoll e Jéssica Cindy Kempfer procuraram responder a seguinte indagação: “como o Direito pode criar uma teoria da decisão assimilativa para incorporar o direito fundamental a um clima equilibrado

nas decisões judiciais e reinterpretar a proteção climática no âmbito jurídico?” Para trazer uma resposta, as autoras partiram da análise das possibilidades de assimilação do direito fundamental ao clima equilibrado nas decisões judiciais, tendo por parâmetros os fundamentos lançados na recente decisão do Tribunal Federal Alemão no caso Neubauer e nos fundamentos construídos na petição inicial da primeira Ação Civil Pública climática proposta no Brasil.

Em REFLEXÕES SOBRE O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO DIANTE DAS MUDANÇAS AMBIENTAIS GLOBAIS: UM DEBATE SOBRE A EFICÁCIA DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, Gabriela Soldano Garcez explicou que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (realizada pela Organização das Nações Unidas – ONU) e o Acordo de Paris (adotado em 2015) associam as melhorias no desenvolvimento aos direitos humanos e à mitigação das alterações globais no clima e no ambiente e propõe duas maneiras de situar a Declaração mencionada dentro dos desafios do século XXI, principalmente diante da Agenda 2030, quais sejam, incluir as gerações futuras de forma explícita como uma categoria de titulares de direitos (através do conceito de humanidade), colocando as relações entre gerações como partes interdependentes do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como transcender as fronteiras conceituais dos direitos humanos, para desenvolver princípios interdependentes entre humanidade e meio ambiente.

Por fim, no artigo científico TRIBUTAÇÃO DO CARBONO NO BRASIL NO SEGMENTO DE IMPORTAÇÕES: UMA PROPOSTA À LUZ DO MECANISMO DE AJUSTE DE CARBONO NA FRONTEIRA DA UNIÃO EUROPEIA, Monalisa Rocha Alencar examinou a possibilidade da tributação do carbono no Brasil, com recorte temático ínsito ao segmento das importações, trazendo uma ênfase à extrafiscalidade, a qual expressa uma alternativa interessante em face da atual emergência climática global. Por fim, a autora vislumbra, assim, fomento profícuo à almejada neutralidade de carbono em um futuro próximo, direcionado à sustentabilidade e ao equilíbrio ambientais.

Desejamos a todos uma excelente leitura e que os artigos científicos apresentado sejam inspiradores para futuras pesquisas.

Organizadores:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - Universidade Federal de Santa Maria.

Prof^a. Dra. Simone Alvarez Lima- Universidade Estácio de Sá.

AQUILOMBAMENTO POLÍTICO: POLÍTICA PÚBLICA DE CERTIFICAÇÃO E TITULAÇÃO DE TERRITÓRIOS COM DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS

POLITICAL AQUILOMBAMENTO: PUBLIC POLICY FOR THE CERTIFICATION AND TITLING OF TERRITORIES WITH INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS FOR QUILOMBOLA COMMUNITIES

Adriana Dos Santos silva ¹
Fernanda Henrique Cupertino Alcântara
Rosana Ribeiro Felisberto

Resumo

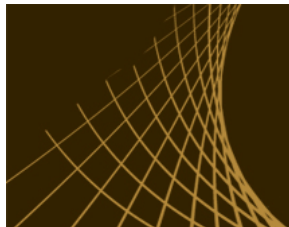
O presente trabalho apresenta notícias preliminares da dissertação de mestrado em Direito realizada na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), a qual aborda o acesso aos direitos das comunidades quilombolas por meio da política pública de certificação e titulação de territórios. Para tanto, destaca a importância dos Direitos Humanos Internacionais para a proteção social e reconhecimento de direitos humanos numa perspectiva transnacional para estas comunidades. Sendo assim, apresenta como metodologia, uma pesquisa teórica e normativa com embasamento teórico em: Habermas (2000), Honneth (2003), Marshall (2002), Santos (2015), Souto (2020) e Dias (2022). Conclui-se que, o direito internacional dos direitos humanos desempenha um papel fundamental na salvaguarda e no fomento dos direitos das comunidades quilombolas, especialmente quando considerado numa perspectiva transnacional. Essa dimensão é de suma importância para garantir o acesso à justiça e a implementação e formulação de políticas públicas, como a política de certificação e titulação de territórios quilombolas. Além disso, é imperativo destacar o papel essencial desempenhado pelos movimentos sociais e pelas lideranças quilombolas na concretização e proteção dos direitos humanos dessas comunidades.

Palavras-chave: Aquilombamento político, Políticas públicas, Direitos humanos internacionais, Comunidades quilombolas

Abstract/Resumen/Résumé

This paper presents preliminary news of the master's thesis in Law carried out at the Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO), which deals with access to the rights of quilombola communities through the public policy of certification and titling of territories. To this end, it highlights the importance of International Human Rights for social protection and the recognition of human rights from a transnational perspective for these communities. The methodology of this study is theoretical and normative research based on: Habermas (2000), Honneth (2003), Marshall (2002), Santos (2015), Souto (2020) and Dias (2022). The

¹ Advogada, Mestranda em Direito (UNIRIO), Mestranda em Letras (USP), Pesquisadora (GPDHTS), Bolsista (CAPES); Consultora jurídica em Direito internacional e Direitos humanos; Membro da CEVNB e Comissão de Direitos Humanos (OAB-SP)



REDAP

REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
LAW JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION

Editor-Chefe: Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura

ISSN 2595-5667

expediente@redap.com.br

CAPA SOBRE PÁGINA DO USUÁRIO PESQUISA ATUAL ANTERIORES
NOTÍCIAS DIRETRIZES PARA AUTORES/GUIDELINES FOR AUTHORS DECLARAÇÃO DE
DIREITOS AUTORAIS/STATEMENT OF COPYRIGHT POLÍTICA EDITORIAL/EDITORIAL
POLICY/POLÍTICA EDITORIAL POLÍTICA DE PRIVACIDADE/PRIVACY POLICY PROCESSO
DE AVALIAÇÃO PELOS PARES/PARENT EVALUATION PROCESS POLÍTICA DE ÉTICA/ETHIC
POLICE EQUIPE EDITORIAL/EDITORIAL TEAM CONTATO/CONTACT

Capa > v. 1, n. 3 (2023) > Cabral

A ATUAÇÃO CAUTELAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) INTERFERE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?

Flávio Garcia Cabral, André Ricardo Cruz Fontes

RESUMO

O artigo aborda a relação da atuação administrativa cautelar do Tribunal de Contas da União (TCU) com as políticas públicas. A problemática repousa em verificar se o poder cautelar do TCU pode ou não interferir no ciclo de políticas públicas. A pesquisa justifica-se tendo em vista a ampliação do controle preventivo pela Corte de Contas e a fundamentalidade das políticas públicas para a sociedade. Para a realização do artigo, utiliza-se o método de abordagem indutivo, possuindo natureza descritiva e exploratória quanto aos fins e bibliográfica em relação aos meios. Conclui-se que a atuação cautelar do TCU afeta, direta e indiretamente, as políticas públicas e, portanto, devem ser adotadas levando-se em consideração todas as consequências práticas advindas desses provimentos acautelatórios, em atenção ao que determinada a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

PALAVRAS-CHAVE

Políticas Públicas; TCU; Controle preventivo; Medidas Cautelares Administrativas; LINDB

TEXTO COMPLETO:

PDF

DOI: <http://dx.doi.org/10.47096/redap.v1i3.446>

APONTAMENTOS

- Não há apontamentos.

Direitos autorais 2024 Revista de Direito da Administração Pública



A revista está licenciada quanto aos direitos autorais com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico



IDIOMA

Selecione o idioma

Português (Brasil) ▼

Submeter

TAMANHO DE
FONTE

USUÁRIO

Logado como:

emersonacmoura

Perfil

Sair do sistema

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos ▼

Pesquisar

Procurar

Por Edição

Por Autor

Por título

INFORMAÇÕES

Para leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

SOBRE OS AUTORES

Flávio Garcia Cabral

ORCID iD UNIRIO
Brasil

Pós-doutorado em Direito pela PUC-PR; Doutor em Direito Administrativo pela PUC-SP; Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela PUC-RJ; Mestre em Direito pela Universidade de Girona-Espanha. Professor do Mestrado da UNIRIO; Procurador da Fazenda Nacional.

André Ricardo Cruz Fontes

Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e em Ciências Ambientais e Florestais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor Associado da Universidade Federal do Estado do Rio

Periódicos/CAPEs



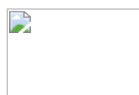
DOAJ - Directory of Open Access Journals



Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras



Latindex



ResearchBib - Academic Resource Index



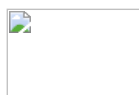
Sumários de Revistas Brasileiras



Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso



ISSN - International Standard Serial Number



de Janeiro (UNIRIO).
Desembargador do
Tribunal Regional Federal
da 2ª Região (TRF).
Membro da Comissão de
Estudos da Agenda 2030
do Instituto dos Advogados
Brasileiros (IAB).
Currículo Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/1412851482888505>

XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS III

DIRCEU PEREIRA SIQUEIRA

EDITH MARIA BARBOSA RAMOS

GERARDO CLÉSIO MAIA ARRUDA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direitos sociais e políticas públicas III [Recurso eletrônico on-line] Organização CONPEDI

Coordenadores: Dirceu Pereira Siqueira; Edith Maria Barbosa Ramos; Gerardo Clésio Maia Arruda. – Florianópolis: CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-885-1

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Saúde: Acesso à justiça, Solução de litígios e Desenvolvimento

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos sociais. 3. Políticas públicas. XXX Congresso Nacional do CONPEDI Fortaleza - Ceará (3; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS III

Apresentação

Os artigos publicados foram apresentados no Grupo de Trabalho Direitos Sociais e Políticas Públicas III, durante o XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, realizado em Fortaleza - Brasil, entre os dias 15 e 17 de novembro de 2023, em parceria com o Centro Universitário Christus – Unichristus – Programa de Pós-Graduação em Direito – área de concentração – Direito, acesso à justiça e ao desenvolvimento.

Os trabalhos apresentados abriram caminho para importantes discussões relacionadas aos campos temáticos do GT, em que os participantes (professores, pós-graduandos, agentes públicos e profissionais da área jurídica) puderam interagir em torno de questões teóricas e práticas, levando-se em consideração o momento político, social e econômico vivido pela sociedade brasileira, em torno da temática central do evento – Acesso à Justiça, Solução de Litígios e Desenvolvimento. Referida temática apresenta os desafios que as diversas linhas de pesquisa jurídica terão que enfrentar, bem como as abordagens tratadas em importante congresso, possibilitando o aprendizado consistente dos setores sociais e das políticas públicas.

Na presente coletânea encontram-se os resultados de pesquisas desenvolvidas em diversos Programas de Mestrado e Doutorado do Brasil, tendo sido apresentados, no GT – Direitos Sociais e Políticas Públicas III, 11 (onze) artigos de boa qualidade, selecionados por meio de avaliação cega por pares.

Os trabalhos ora publicados foram divididos em quatro eixos temáticos: Direitos sociais, desigualdade e vulnerabilidades; Direitos fundamentais e acesso à água potável; Direito à educação e cotas raciais e Políticas públicas e serviços públicos.

O primeiro eixo – Direitos sociais, desigualdade e vulnerabilidade aglutinou 3 (três) artigos, quais sejam: “A feminilização da pobreza e a precarização do trabalho da mulher” de autoria de Daniela Miranda Duarte e Regina Pereira Silva da Cunha; “O acesso à justiça e a possibilidade estratégica no âmbito do Supremo Tribunal Federal como ferramenta de transformação social para os grupos em condição de vulnerabilidade” de Vanessa Cristina Gavião Bastos e Daniela Miranda Duarte e o artigo intitulado – “ODS 10 da Agenda 2030: o Estado de Sergipe sob perspectiva da redução das desigualdades” de autoria de Carlos Alberto Ferreira dos Santos, Riclei Aragão Neto e Carlos Augusto Alcântara Machado.

O segundo eixo conjugou 2 (dois) artigos em torno da temática central dos Direitos fundamentais e o acesso à água potável, são eles: “A multifuncionalidade do direito fundamental de acesso à água quando exercido por meio dos serviços públicos de abastecimento” de João Hélio Ferreira Pes e Jaci Rene Costa Garcia e o artigo “Democratização e sustentabilidade do acesso à água potável como direito humano fundamental social” de João Hélio Ferreira Pes, Micheli Capuano Irigaray e Elany Almeida de Souza

O terceiro eixo girou em torno da temática do Direito à educação e cotas raciais que agregou 3 (três) artigos – “Cotas raciais em concursos públicos – mirando o revés na aplicabilidade da política pública em estudo de caso” de autoria Daiana Maria Santos de Sousa Silva e Miquelly Barbosa da Silva; “Educação e direitos humanos nas prisões” desenvolvido por Janaina de Araújo Andrade o artigo intitulado “O Direito à educação e as políticas públicas” de autoria de Ivan Dias da Mota e Giovanna Christina Moreli Alcantara da Silva

Políticas públicas e serviços públicos é o quarto eixo, que agregou 3 (três) artigos, quais sejam: “O Tribunal de Contas da União (TCU) como ator no ciclo de políticas públicas” desenvolvido por Flávio Garcia Cabral, Paulo Roberto Soares Mendonça e Ligia Maria Silva Melo de Casimiro; “Programa minha casa minha vida e a sua base mercadológica de uma política econômica habitacional” de autoria de Sabrina Durães Veloso Neto, Flávio Couto Bernardes e Giovani Clark e o artigo “Transporte coletivo como meio de efetivação à acessibilidade das pessoas com deficiência ao ambiente urbano” de autoria de Sonia Vilhena Teixeira e Clara Sacramento Alvarenga.

O próprio volume de trabalhos apresentados demonstra a importância dos Direitos Sociais e de sua articulação com as Políticas Públicas, bem como da relevância da pesquisa e do estudo sobre estratégias de enfrentamento das desigualdades e das vulnerabilidades sociais e econômicas. As temáticas apresentadas são fundamentais para consolidação do paradigma do Estado democrático de direito, no sentido de conciliar as tensões entre os direitos sociais, as vulnerabilidades econômicas e as aceleradas modificações da sociedade contemporânea.

Agradecemos a todos os pesquisadores da presente obra pela sua inestimável colaboração e desejamos a todos ótima e proveitosa leitura!

Prof. Dr. Dirceu Pereira Siqueira

Profa. Dra. Edith Maria Barbosa Ramos

Prof. Dr. Gerardo Clesio Maia Arruda

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) COMO ATOR NO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

THE FEDERAL COURT OF ACCOUNTS (TCU) AS AN ACTOR IN THE PUBLIC POLICY CYCLE

Flávio Garcia Cabral ¹
Paulo Roberto Soares Mendonça ²
Ligia Maria Silva Melo de Casimiro ³

Resumo

O artigo investiga a atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) no ciclo de políticas públicas. Objetiva-se apurar se o TCU participa da conformação das políticas públicas e de que forma isso ocorre. Trata-se de questão atual e que demanda investigação, em especial quando se constata uma participação cada mais mais ativa do TCU no exercício da atividade administrativa. Utiliza-se o método de abordagem indutivo, possuindo natureza descritiva e exploratória quanto aos fins e bibliográfica em relação aos meios. Conclui-se que a Corte de Contas da União tem se mostrado importante ator em todas as fases do ciclo de políticas públicas (agenda, formulação, implantação e avaliação), atuando por meio de múltiplas abordagens e instrumentos, como por intermédio da emissão dos pareceres prévios de contas de governo, realização de auditorias operacionais, atuação pedagógica por meio da elaboração de guias, tomada de decisões reiteradas e participação direta junto ao Poder Executivo na construção de agendas e formulação de atos normativos.

Palavras-chave: Controle da administração, Políticas públicas, Tribunal de contas da união, Ciclo de políticas, Auditorias operacionais

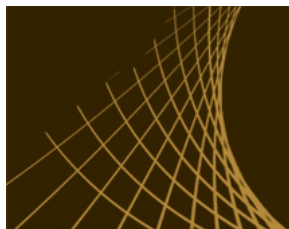
Abstract/Resumen/Résumé

The article investigates the performance of the Federal Court of Accounts (TCU) in the cycle of public policies. The objective is to determine whether the TCU participates in shaping public policies and how this occurs. This is a current issue that demands investigation, especially when one sees an increasingly active participation of the TCU in the exercise of administrative activity. The inductive method of approach is used, having a descriptive and exploratory nature in terms of purposes and bibliographic in relation to means. It is concluded that the Federal Court of Accounts has proved to be an important actor in all

¹ PÓS-DOUTOR PELA PUCPR; DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIRIO

² PROFESSOR TITULAR DA UNIRIO; DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIRIO.

³ DOUTORA PELA PUCPR; PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC



REDAP

REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
LAW JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION

Editor-Chefe: Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura

ISSN 2595-5667

expediente@redap.com.br

[CAPA](#)
[SOBRE](#)
[PÁGINA DO USUÁRIO](#)
[PESQUISA](#)
[ATUAL](#)
[ANTERIORES](#)
[NOTÍCIAS](#)
[DIRETRIZES PARA AUTORES/GUIDELINES FOR AUTHORS](#)
[DECLARAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS/STATEMENT OF COPYRIGHT](#)
[POLÍTICA EDITORIAL/EDITORIAL POLICY/POLÍTICA EDITORIAL](#)
[POLÍTICA DE PRIVACIDADE/PRIVACY POLICY](#)
[PROCESSO DE AVALIAÇÃO PELOS PARES/PARENT EVALUATION PROCESS](#)
[POLÍTICA DE ÉTICA/ETHIC POLICE](#)
[EQUIPE EDITORIAL/EDITORIAL TEAM](#)
[CONTATO/CONTACT](#)

Capa > v. 1, n. 3 (2023) > **Ribeiro**

PRIMEIRAS LINHAS DE UMA APROXIMAÇÃO ENTRE OS “PROCESSOS ADMINISTRATIVOS” E A ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Ivan Ribeiro, Benedito Adeodato

RESUMO

O artigo analisa a relação entre o processo administrativo e as políticas públicas, destacando a evolução do Direito Administrativo e sua importância na definição e implementação das ações governamentais. A ênfase na participação, transparência e devido processo legal é vital para o sucesso dessas políticas. A abordagem do Direito e Políticas Públicas é essencial para compreender a interação entre o processo administrativo e a formação de políticas públicas. A promoção da cooperação, transparência e negociação se mostram fundamentais para alcançar políticas públicas consensuais e eficientes, alinhadas aos princípios democráticos e de boa governança. Neste contexto, a teoria do processo é fundamental, pois ressalta a importância do contraditório, da ampla defesa e da participação como elementos essenciais na formação da vontade pública. A necessidade de contemplar diversos interesses e garantir a efetiva transparência e responsividade nas tomadas de decisão, em consonância com os princípios do Estado Democrático de Direito, é essencial para a legitimidade e eficácia das políticas públicas. A inclusão de consultas públicas, audiências e a ampliação da accountability são destacadas como ferramentas importantes para a participação informada e consciente dos interessados. A busca pela harmonização dos interesses públicos e pela melhor decisão administrativa em prol do bem-estar coletivo, sob a ótica da teoria do processo, é o cerne da abordagem do Direito e Políticas Públicas no contexto do processo administrativo.

PALAVRAS-CHAVE

Processo Administrativo; Abordagem Direito e Políticas Públicas; Rulemaking; Interesse Público

TEXTO COMPLETO:

PDF

DOI: <http://dx.doi.org/10.47096/redap.v1i3.447>

APONTAMENTOS

- Não há apontamentos.

Direitos autorais 2024 Revista de Direito da Administração Pública



A revista está licenciada quanto aos direitos autorais com uma Licença Creative Commons - Atribuição- NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

IDIOMA

Selecione o idioma

Português (Brasil) ▼

Submeter

TAMANHO DE FONTE

USUÁRIO

Logado como:

emersonacmoura

Perfil

Sair do sistema

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos ▼

Pesquisar

Procurar

Por Edição

Por Autor

Por título

INFORMAÇÕES

Para leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

SOBRE OS AUTORES

Ivan Ribeiro

Coordenador e pesquisador principal do Centro de Estudos da Ordem Econômica (CEOE/Unifesp), Professor de Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal de São Paulo e Senior Research Scholar da Universidade de Yale.

Benedito Adeodato

Professor Associado da UNIRIO nos cursos de Graduação em Administração Pública, Direito e Ciência Política. Professor de quadro permanente do programa de Pós-Graduação do Mestrado em Direito (PPGD). Ex-Vice-Reitor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Google Acadêmico

Periódicos/CAPEs



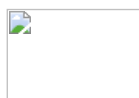
DOAJ - Directory of Open Access Journals



Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras



Latindex



ResearchBib - Academic Resource Index



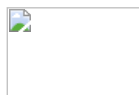
Sumários de Revistas Brasileiras



Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso



ISSN - International Standard Serial Number



XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS II

JOSÉ ALCEBIADES DE OLIVEIRA JUNIOR

NIVALDO DOS SANTOS

ALEXANDRE ANTONIO BRUNO DA SILVA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direitos sociais e políticas públicas II [Recurso eletrônico on-line] Organização CONPEDI

Coordenadores: Alexandre Antonio Bruno Da Silva; José Alcebiades De Oliveira Junior; Nivaldo Dos Santos. – Florianópolis: CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-886-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Saúde: Acesso à justiça, Solução de litígios e Desenvolvimento

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos sociais. 3. Políticas públicas. XXX Congresso Nacional do CONPEDI Fortaleza - Ceará (3; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS II

Apresentação

Prezados Senhores do Conpedi,

Nós, coordenadores do presente GT- Direitos Sociais e Políticas Públicas II, Dr. Nivaldo dos Santos, Alexandre Bueno Silva e José Alcebíades de Oliveira Junior, apresentamos neste momento um breve relato das apresentações ocorridas nesse GT para os registros do Conpedi.

Iniciou-se as apresentações com o número 1, a eficiência do saneamento básico no Brasil: entre tutela coletiva e tutelas individuais, como possibilidades de tutela processual para promover a eficácia e operatividade do marco legal do saneamento básico, articulando um diálogo entre institutos do Direito Privado, do Direito Processual Civil e do Direito Público.

Na apresentação 2 discutiu-se a gestão democrática na lei de diretrizes e bases da educação após a lei nº 14.644, de 2 de agosto de 2023 e a necessidade de ressignificação do papel e das atribuições da figura da direção escolar, e para (2) o protagonismo dos Conselhos Escolares em matéria de gestão democrática das instituições escolares de educação básica no contexto da autonomia que a lei lhes confere.

A apresentação 3 relatou a experiência da Rede Lilás Marau: prioridade pública e conectividade social para sensibilização e construção da igualdade e identificando como prioridade a cultura de paz, eis que elabora e desenvolve uma gama de políticas públicas que contribuem para a sensibilização da população acerca da igualdade de gênero e assume postura proativa e de coordenação na preponderante missão de redução dos números da violência doméstica contra a mulher.

Na apresentação 4 tratou-se da sociedade empresarial e a contribuição social do salário-educação: o fardamento escolar como política pública de assistência estudantil a promoção de acesso à educação pública que passa pelo fornecimento de fardamento ao discente. O artigo também colabora na interpretação de dispositivo legal que não permitiria a utilização de recursos da Quota Estadual do Salário-Educação, já que não seria uma despesa com manutenção de ensino.

A apresentação 5 analisa o princípio da dignidade da pessoa humana, desenvolvimento e o fundo de combate e erradicação da pobreza e o papel dos contribuintes (sociedades

empresariais) na perspectiva de cidadania empresarial na efetivação do propósito constitucional de erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Isto é, não trata tão somente de olhar a sociedade empresarial pelo aspecto da obrigação tributária, mas de sua função social.

E na apresentação 6 a formulação de políticas públicas para mães solo: uma análise da lei nº 9.192/23 de Sergipe sob a perspectiva da fraternidade e procedeu-se à análise da Lei, cuja finalidade consiste em oferecer apoio e assegurar direitos às mulheres-mães solo em situação de vulnerabilidade. Conclui-se pela relevância e a urgência de desenvolver políticas governamentais de natureza interseccional e intersetorial, a fim de promover a eficácia das políticas públicas.

A apresentação 7 tratou de Aspectos Jurídicos da Cidadania Energética. Nesse passo, representando os demais integrantes Francisco Bertino Bezerra de Carvalho, presente, ressaltou importantes aspectos desse assunto, tendo acrescentado à discussão do mesmo a necessidade de uma democratização do acesso à energia como um tema fundamental para todos os atuais aspectos da vida humana.

Já na 8 apresentação Allison Carvalho Vitalino que estava presente, salientou um outro tema urgente de nossa atualidade, qual seja o relativo ao Direito Municipal, saneamento básico e meio ambiente: aspectos constitucionais e a repaginação do sistema referido. Enfim, num país desigual como o nosso, creio não ser necessário insistir sobre o quanto nos falta ainda em termos de saneamento básico.

Na apresentação de número 9, relativa ao tema Instituto da tomada de decisão apoiada: inovação ou retrocesso? Uma análise das pessoas com deficiência, responsável pela apresentação Nicole Ferreira Viana, os proponentes não se fizeram presente.

A apresentação seguinte, sobre Letramento Digital e Políticas Públicas: elementos para uma análise do Direito ao Acesso à Justiça para pessoas em situação de vulnerabilidade, os dois professores responsáveis, Paulo Sérgio Gomes Soares e Rheilla Larissa Nunes Rodrigues, realizaram a apresentação, dando margem a interessantes debates sobre os Direitos Fundamentais.

Quanto a apresentação de número 11, sobre o tema Meio Ambiente e Políticas Públicas para a Amazônia: O caso da Usina Hidrelétrica de Balbina e suas implicações socioambientais para a população local, se fizeram presentes dois dos proponentes, Nelcy Renata Silva de Souza e Rua Patrick Teixeira da Costa, estando ausente Bianor Saraiva Nogueira Júnior.

Desnecessário dizer que o tema por si só se apresentou polêmico, pois se, por um lado, busca-se o incremento das Usinas Hidrelétricas como algo tão necessárias ao desenvolvimento econômico e social, por outro se apresenta, de uma maneira sempre grave as intervenções na natureza, haja vista o perigoso aquecimento global com o qual hoje deparamos.

Enfim, das apresentações que me couberam relatar neste texto, temos o tema do Direito Social à alimentação e as políticas públicas para promoção Humana das pessoas em Situação de rua, que foi apresentado por Dirceu Pereira Siqueira, mas com a ausência de Suelen Maiara dos Santos. Comentaríamos que essa discussão é extremamente necessária em nosso país. E eu mesmo tive a honra de participar de uma obra sobre o assunto e que recebeu o prêmio Jabuti.

Na apresentação do artigo 13 o autor enfatizou a importância do direito como fenômeno profundamente interligado com a ação do Estado. Nesse sentido, apontou a necessidade da Revisão Sistemática, como método de análise, por fim, discutiu acerca da utilidade e das limitações do método, apontando vertentes para futuras pesquisas.

Na apresentação do artigo seguinte, abordou-se os impactos do crescente aumento do trabalho informal e os seus reflexos no direito à aposentadoria. Na exposição, examinou-se as possíveis razões para o aumento do trabalho informal, ao mesmo tempo que analisou os desafios enfrentados pelos trabalhadores informais em relação à previdência social. Ciente das dificuldades encontradas, sugeriu-se a necessidade de adaptação do sistema ao mesmo que defendeu que fossem criados incentivos para a formalização do emprego.

No artigo 15, analisou-se o Programa Mais Médicos, do Governo Federal brasileiro, como ferramenta biopolítica para contenção da sociedade diante do desmonte da saúde pública. Segundo o autor, o estudo surgiu da problemática existente entre o dever de promover meios para atender as necessidades da população e da promoção e sujeição dos corpos à disciplina, como variante dos discursos que lhe dão força e legitimidade.

O último artigo apresentado no GT tratou o erro como parte natural do processo de desenvolvimento das políticas públicas, defendendo a importância de espaços de tolerância para o cometimento de falhas na seara pública. Nesse sentido, buscou demonstrar que os gestores públicos não dispõem de todas as condições materiais e informacionais necessárias para a tomada de decisão. Por fim, defendeu que a regulação do erro na atividade administrativa é necessária para a experimentação no setor público, o que favoreceria a criação de um ambiente adequado à inovação e ao enfrentamento dos desafios contemporâneos.

José Alcebiades De Oliveira Junior Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (51) 9994-92477 ou (51) 3264-4732 alcebiadesjunior@terra.com.br

Nivaldo Dos Santos Universidade Federal de Goiás e Pontifícia Universidade Católica de Goiás nsantos@ufg.br (62) 9976-6355 ou (62) 3541-8099

Alexandre Antonio Bruno Da Silva Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS) e Universidade Estadual do Ceará (UECE). alexandre.bruno@uece.br (85) 98695-5051

POLÍTICAS PÚBLICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS E O USO DE REVISÕES SISTEMÁTICAS E META-ANÁLISES

EVIDENCE-BASED PUBLIC POLICIES AND THE USE OF SYSTEMATIC REVIEWS AND META-ANALYSES

Ivan César Ribeiro ¹
Jessica Mayumi Maruyama ²

Resumo

Mais do que um mero tijolo na construção das políticas públicas, o direito é um fenômeno profundamente interligado com a ação do Estado, seu alicerce. Há mais de uma década que se aponta (Bucci, 2008, 2013) a necessidade de um método de análise para a chamada Abordagem Direito e Políticas Públicas. Espelhando o que se observa na visão da ciência política sobre as políticas, o empreendimento parece ser o da sistematização de estudos, com inspiração no movimento de políticas baseadas em evidências. Para a produção dos chamados estudos de segundo nível, o interesse é no isolamento de variáveis e o estabelecimento de relações causais, a partir do acervo de estudos de escopo mais limitado. Esses estudos se concentram em políticas específicas, examinando aspectos específicos e muitas vezes com recortes temporais e geográficos. Sua sistematização permite não apenas o teste de hipóteses, mas a delimitação de problemas comuns e a criação de um léxico para a comunidade epistêmica que se forma em torno da disciplina (HAAS, 2015). Este artigo tem como objetivo apresentar a abordagem mais difundida para síntese de evidências, emprestada dos estudos em saúde, a Revisão Sistemática. A metodologia exige que os estudos resumidos sejam homogêneos e que a questão da pesquisa seja suficientemente específica. Ao final, a utilidade e as limitações do método são brevemente discutidas, apontando algumas vertentes para futuras pesquisas.

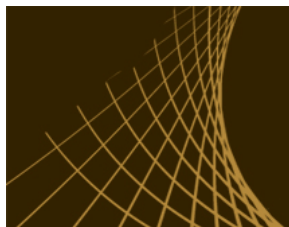
Palavras-chave: Abordagem direito e políticas públicas, Revisão sistemática, Políticas baseadas em evidências

Abstract/Resumen/Résumé

More than a mere brick for public policies construction, law is a phenomenon deeply

¹ Professor de Direito e Políticas Públicas (Direito/Unifesp), coordenador e pesquisador-chefe do Centro de Estudos da Ordem Econômica (CEOE), Senior Research Scholar da Universidade de Yale. Pesquisa financiada com recursos do Fundo de Direitos Difusos (FDD/MJSP), através de Termo de Execução Descentralizada para criação do Centro de Estudos da Ordem Econômica - CEOE/Unifesp (TED 02/2020, Processo SEI n.º 08012.003253/2018-45).

² Pesquisadora de pós-doutorado e bolsista do Centro de Estudos da Ordem Econômica (CEOE/Unifesp). Pesquisa financiada com recursos do Fundo de Direitos Difusos (FDD/MJSP), através de Termo de Execução Descentralizada para criação do Centro de Estudos da Ordem Econômica - CEOE/Unifesp (TED 02/2020, Processo SEI n.º 08012.003253/2018-45).



REDAP

REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
LAW JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION

Editor-Chefe: Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura

ISSN 2595-5667

expediente@redap.com.br

CAPA SOBRE PÁGINA DO USUÁRIO PESQUISA ATUAL ANTERIORES
NOTÍCIAS DIRETRIZES PARA AUTORES/GUIDELINES FOR AUTHORS DECLARAÇÃO DE
DIREITOS AUTORAIS/STATEMENT OF COPYRIGHT POLÍTICA EDITORIAL/EDITORIAL
POLICY/POLÍTICA EDITORIAL POLÍTICA DE PRIVACIDADE/PRIVACY POLICY PROCESSO
DE AVALIAÇÃO PELOS PARES/PARENT EVALUATION PROCESS POLÍTICA DE ÉTICA/ETHIC
POLICE EQUIPE EDITORIAL/EDITORIAL TEAM CONTATO/CONTACT

Capa > v. 1, n. 3 (2023) > **Barbosa Rocha**

REGULAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA URBANA: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS FAVELA-BAIRRO E MORAR CARIOCA NO RIO DE JANEIRO

Pedro Henrique Barbosa Rocha, José Carlos Buzanello

RESUMO

O artigo analisa o papel da regulação nas políticas públicas de infraestrutura urbana, com foco nos programas Favela-Bairro e Morar Carioca implementados na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa visa identificar o panorama normativo, os instrumentos disponíveis e os desafios enfrentados por essas políticas. Para tanto, em nível teórico apresenta a função regulatória dos municípios, discute sob a perspectiva jurídica a regulação urbana associada ao desenvolvimento das infraestruturas no Brasil e relaciona a regulação às políticas de infraestrutura urbana. Além disso, examina criticamente os programas mencionados, identificando obstáculos na regulação das políticas de infraestrutura urbana. Embora reconheça a importância da regulação para a eficiência e sustentabilidade dessas iniciativas, o estudo destaca lacunas e desafios, especialmente a fragilidade da institucionalização por meio de decretos municipais e a falta de instrumentos específicos e diretrizes normativas consistentes.

PALAVRAS-CHAVE

Regulação; políticas públicas; infraestrutura urbana; Favela-Bairro; Morar Carioca.

TEXTO COMPLETO:

PDF

DOI: <http://dx.doi.org/10.47096/redap.v1i3.445>

APONTAMENTOS

- Não há apontamentos.

Direitos autorais 2024 Revista de Direito da Administração Pública



A revista está licenciada quanto aos direitos autorais com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico


Periódicos/CAPEs

IDIOMA

Selecione o idioma

Português (Brasil) ▼

Submeter

TAMANHO DE FONTE

USUÁRIO

Logado como:

emersonacmoura

Perfil

Sair do sistema

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos ▼

Pesquisar

Procurar

Por Edição

Por Autor

Por título

INFORMAÇÕES

Para leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

SOBRE OS AUTORES

Pedro Henrique Barbosa

Rocha

<http://lattes.cnpq.br/8178824170131984>

Procuradoria Geral do

Município do Rio de

Janeiro

Brasil

Mestrando em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na linha de pesquisa em Direito da Cidade. Assessor do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro. Pesquisador do Grupo de Pesquisa de Regulação de Infraestrutura da UNIRIO (PRO-REG/UNIRIO) e do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Direito da Cidade da UERJ (NEPEC/UERJ). Advogado. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5184-5439>

José Carlos Buzanello

<http://lattes.cnpq.br/4983946445238085>

Universidade Federal do



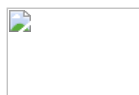
DOAJ - Directory of Open Access Journals



Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras



Latindex



ResearchBib - Academic Resource Index



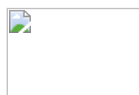
Sumários de Revistas Brasileiras



Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso



ISSN - International Standard Serial Number



Estado do Rio de Janeiro
Brasil

Doutor em Direito do
Estado pela Universidade
Federal de Santa Catarina.
Professor Titular de Direito
Administrativo e Professor
do Programa de Pós-
Graduação em Direito e
Política Pública da
Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro.
Coordenador do Grupo de
Pesquisa de Regulação de
Infraestrutura da UNIRIO
(PRO-REG/UNIRIO).
Advogado.

<https://orcid.org/0000-0002-4548-397X>



REDAP

 REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

 LAW JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION

Editor-Chefe: Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura

ISSN 2595-5667

expediente@redap.com.br

[CAPA](#)
[SOBRE](#)
[PÁGINA DO USUÁRIO](#)
[PESQUISA](#)
[ATUAL](#)
[ANTERIORES](#)

[NOTÍCIAS](#)
[DIRETRIZES PARA AUTORES/GUIDELINES FOR AUTHORS](#)
[DECLARAÇÃO DE](#)

[DIREITOS AUTORAIS/STATEMENT OF COPYRIGHT](#)
[POLÍTICA EDITORIAL/EDITORIAL](#)

[POLICY/POLÍTICA EDITORIAL](#)
[POLÍTICA DE PRIVACIDADE/PRIVACY POLICY](#)
[PROCESSO](#)

[DE AVALIAÇÃO PELOS PARES/PARENT EVALUATION PROCESS](#)
[POLÍTICA DE ÉTICA/ETHIC](#)

[POLICE](#)
[EQUIPE EDITORIAL/EDITORIAL TEAM](#)
[CONTATO/CONTACT](#)

Capa > v. 1, n. 3 (2023) > *Pereira de Lima Junior*

POLÍTICAS PÚBLICAS NA ERA DIGITAL: CIDADANIA, DIREITOS E JUSTIÇA SOCIAL NO MARCO CIVIL DA INTERNET E A BUSCA PELA LIBERDADE REGULADA

Oswaldo Pereira de Lima Junior; José Carlos Buzanello, Luana Cristina da Silva Lima Dantas

RESUMO

Analisa-se o impacto do "Marco Civil da Internet" na regulação e na ampliação da liberdade no ambiente virtual. Partindo da hipótese de que a ausência de regulação não garante maior liberdade devido à influência de vários reguladores indiretos, o estudo se apoia nos conceitos de liberdade civil de John Stuart Mill e na teoria dos restritores de Lawrence Lessig. A investigação está dividida em quatro partes que exploram a complexa relação entre liberdade e regulação na internet, destacando como o ordenamento jurídico pode estabelecer direitos e responsabilidades para os atores. Também examina dois problemas sociais – a neutralidade de rede e a disseminação de desinformação – exemplos que demonstram a necessidade de intervenção regulatória estatal para lidar com questões específicas no ambiente digital. A metodologia combina análise teórica e empírico-analítica. Utiliza-se fontes teóricas, como os conceitos de liberdade de Mill e os restritores de Lessig, além de referências secundárias para embasar a investigação. A abordagem empírica é efetuada pela análise da concepção, debate e sanção do "Marco Civil", ressaltando a participação democrática. Finalmente, revela-se a importância da política pública regulatória para promover a liberdade e proteger os direitos no ambiente virtual, numa análise da interação complexa entre regulação, liberdade e participação democrática.

PALAVRAS-CHAVE

Marco Civil da Internet; Políticas públicas regulatórias; Liberdade do internauta; Restritores; Participação democrática.

TEXTO COMPLETO:

PDF

DOI: <http://dx.doi.org/10.47096/redap.v1i3.431>

APONTAMENTOS

- Não há apontamentos.

Direitos autorais 2024 Revista de Direito da Administração Pública



A revista está licenciada quanto aos direitos autorais com uma Licença Creative Commons - Atribuição- NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

IDIOMA

Selecione o idioma

Português (Brasil) ▼

Submeter

TAMANHO DE FONTE

USUÁRIO

Logado como:

emersonacmoura

Perfil

Sair do sistema

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos ▼

Pesquisar

Procurar

Por Edição

Por Autor

Por título

INFORMAÇÕES

Para leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

SOBRE OS AUTORES

Oswaldo Pereira de Lima Junior

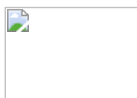
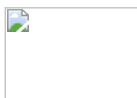
<https://orcid.org/0000-0002-0019-1391>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Pós-Doutorando em Direito (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO), Doutor em Direito (Universidade Estácio de Sá – UNESA), Mestrado em Biodireito, Ética e Cidadania (Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL). Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Bioética, Direitos Humanos e Cidadania (UFRN) e Vice Coordenador do Grupo de Direitos Humanos e Transformação Social (UNIRIO).

Google Acadêmico

Periódicos/CAPEs

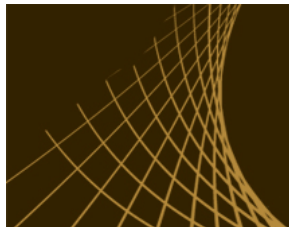
*DOAJ - Directory of Open Access Journals**Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras**Latindex**ResearchBib - Academic Resource Index**Sumários de Revistas Brasileiras**Road - Directory of Open Access Scholarly Resources**Livre - Revistas de Livre Acesso**ISSN - International Standard Serial Number*

José Carlos Buzanello
<https://orcid.org/0000-0003-3276-4526>
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Brasil

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991); Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (1985). Mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1992) e Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001). Especialização em Administração Municipal (IBAM/RJ). Professor titular da UNIRIO.

Luana Cristina da Silva Lima Dantas
<https://orcid.org/0000-0003-4867-5616>
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Brasil

Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Advogada (OAB/SP). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Transformação Social (GPDHTS) - UNIRIO. Membro da Comissão Assistente Editorial da Revista "Direito das Políticas Públicas" - (UNIRIO). Associada do Instituto Nacional de Pesquisa e Promoção de Direitos Humanos (INPPDH).



REDAP

REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
LAW JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION

Editor-Chefe: Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura

ISSN 2595-5667

expediente@redap.com.br

CAPA SOBRE PÁGINA DO USUÁRIO PESQUISA ATUAL ANTERIORES
NOTÍCIAS DIRETRIZES PARA AUTORES/GUIDELINES FOR AUTHORS DECLARAÇÃO DE
DIREITOS AUTORAIS/STATEMENT OF COPYRIGHT POLÍTICA EDITORIAL/EDITORIAL
POLICY/POLÍTICA EDITORIAL POLÍTICA DE PRIVACIDADE/PRIVACY POLICY PROCESSO
DE AVALIAÇÃO PELOS PARES/PARENT EVALUATION PROCESS POLÍTICA DE ÉTICA/ETHIC
POLICE EQUIPE EDITORIAL/EDITORIAL TEAM CONTATO/CONTACT

Capa > v. 1, n. 3 (2023) > **Melino**

GÊNERO, MIGRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO INCREMENTO DA ENTRADA DE MULHERES MIGRANTES NO BRASIL NA DÉCADA DE 2010-2020

Heloisa Melino, Laila Maria Domith Vicente

RESUMO

O presente artigo se propõe a pensar o processo migratório para o Brasil na década de 2010-2020, voltando o olhar para os dados que apontam as características das pessoas que chegaram ao país nesta década, assim como para as políticas públicas criadas a partir da legislação vigente no momento histórico. Como um recorte metodológico e temático, analisaremos a migração a partir de uma perspectiva de gênero, feminista interseccional e descolonial, para pensar quais são as características fundamentais das mulheres migrantes e em que medida as políticas públicas formuladas não levam em consideração os determinantes sociais de gênero e raça. Compararemos de forma sucinta a situação de mulheres migrantes com a de mulheres brasileiras de diferentes perfis socio-econômicos para, por fim, abordar quais as demandas específicas de gênero são invisibilizadas a partir das políticas públicas voltadas à migração no Brasil. Utilizamos como metodologia análises quantitativas e qualitativas, tanto de dados estatísticos, quanto de dados produzidos pelo Instituto Maria e João Aleixo (IMJA), no âmbito da pesquisa Migration for Development and Equality (MIDEQ), assim como o recurso à pesquisa legislativa, bibliográfica conceitual e sócio-histórica.

PALAVRAS-CHAVE

Migração; Gênero; Políticas Públicas

TEXTO COMPLETO:

PDF

DOI: <http://dx.doi.org/10.47096/redap.v1i3.336>

APONTAMENTOS

- Não há apontamentos.

Direitos autorais 2024 Revista de Direito da Administração Pública



A revista está licenciada quanto aos direitos autorais com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

IDIOMA

Selecione o idioma

Português (Brasil) ▼

Submeter

TAMANHO DE FONTE

USUÁRIO

Logado como:

emersonacmoura

Perfil

Sair do sistema

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos ▼

Pesquisar

Procurar

Por Edição

Por Autor

Por título

INFORMAÇÕES

Para leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

SOBRE OS AUTORES

Heloisa Melino

ORCID iD Instituto Maria e João Aleixo (IMJA)
Migration for Development and Equality (MIDEQ)
Brasil

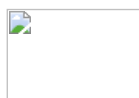
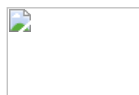
Brazilian. Researcher from IMJA working at MIDEQ. Heloisa is a Social Jurist. She holds a PhD, LLM and BSc in Law, from the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) and also a MRes in Public Policies of Urban Planning (IPPUR/UFRJ). Her main areas of work and research are on Peripheral Knowledges; Critical Legal Theories; Feminist Theories; Decoloniality (Latin American studies); Gender and Sexuality Studies; and Social Movements. helioisa.melino@imja.org.br

Laila Maria Domith Vicente

<https://lattes.cnpq.br/7044884777215972>
UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Brasil

Google Acadêmico

Periódicos/CAPEs

*DOAJ - Directory of Open Access Journals**Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras**Latindex**ResearchBib - Academic Resource Index**Sumários de Revistas Brasileiras**Road - Directory of Open Access Scholarly Resources**Livre - Revistas de Livre Acesso**ISSN - International Standard Serial Number*

Professora Adjunta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Coordenadora do Curso de Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Possui Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2015); Master em Teoria Crítica e Estudos Museísticos pelo PEI - Programa de Estudios Independientes del MACBA - Museo d'Art Contemporani de Barcelona e pela UAB - Universitat Autònoma de Barcelona (2015); Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2007) e Advogada.

Início / Arquivos / v. 75 (2023): n.esp. / Artigos de Pesquisa Original

As Vicissitudes do Exame Criminológico no Brasil e a Tecnologia do Exame em Michel Foucault: uma análise da formalização do exame criminológico na Lei de Execuções Penais até as discussões legislativas atuais.

Laila Maria Domith Vicente

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

DOI: <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARP-2022v75spe.0007>

Resumo

O exame foi uma tecnologia disciplinar destacada por Michel Foucault desde os estudos realizados acerca do sistema carcerário. O exame se apresentou como um ponto de desvio nas reformas penais do Século XVIII, conforme nos mostra Foucault, em que a lógica punitiva se afasta das propostas dos reformadores para voltar-se à correção dos infratores e ao controle das virtualidades. No Brasil, o denominado exame criminológico, instrumento de inserção do trabalho da psicologia no âmbito prisional, apresenta-se como a peça chave dessa tecnologia de poder. Inserido na legislação nacional desde a Lei de Execuções Penais, datada de 1984, o exame criminológico se mantém resistente nas práticas penais e nas discussões legislativas, mesmo que tenha sido questionado em sua credibilidade e atestada, por pesquisas, a arbitrariedade das orientações presentes na prática dos laudos. Assim é que o presente artigo pretende fazer uma análise histórica e social da inserção do exame criminológico na legislação brasileira, assim como nas práticas judiciais, levando em consideração a permanência do instituto, mesmo após a retirada da previsão legal em 2003. A metodologia utilizada foi a da análise do discurso com um viés pragmático e dialético, assim como utilizamos a pesquisa documental e qualitativa de leis e projetos de lei, além de pesquisa bibliográfica e análise comparativa.

Biografia do Autor

Laila Maria Domith Vicente, UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Professora Adjunta da UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) na Escola de Ciências Jurídicas (ECJ). Doutora em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Master em Teoria Crítica e Estudos Museísticos pelo PEI - Programa de Estudios Independientes del MACBA - Museo dArt

Contemporani de Barcelona e pela UAB - Universitat Autònoma de Barcelona, Advogada. Brasil, Rio de Janeiro. E-mail: laila.vicente@unirio.br.

Referências

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. ONU vê tortura em presídios como “problema estrutural do Brasil”. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/809067-onu-ve-tortura-em-presidios-como-problema-estrutural-do-brasil/> Acesso em 13 de abril de 2023.

ALMEIDA, Felipe. Reflexões acerca do Direito de Execução Penal. Revista Liberdades nº 17, IBCCRIM, setembro/dezembro de 2014.

ALTOÉ, Sônia. Atualidades da Psicologia Jurídica. Revista de Pesquisadores da Psicologia Jurídica no Brasil. (UFRJ, UFMG, UFJF, UERJ, UNIRIO), Juiz de Fora, ano 1 n. 2, jul/dez. 2001.

ARANTES, Esther. Mediante quais práticas a Psicologia e o Direito pretendem discutir a relação? Anotações sobre o mal-estar In: PIVETES- encontros entre a psicologia e o judiciário. v.1, p. 131-148. Curitiba : Juruá, 2008,

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e Das Penas. 5 Ed. São Paulo: Edipro, 2000.

BICALHO, Pedro Paulo. REISHOFFER, Jefferson Cruz. Exame criminológico e psicologia: crise e manutenção da disciplina carcerária. Fractal, Revista de Psicologia 29 (1), 2017.

BRANDÃO, Arnaldo. CAZUZA.

O Tempo não Para. Album: O Tempo não Para. Universal Music, 1998.

CÂMARA FEDERAL Exposição de Motivos da Lei de Execuções Penais.

CARVALHO, Salo de. O Papel da Perícia Psicológica na Execução Penal. (p.141 – 155). In Psicologia Jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: NAU, 2004.

CFP, Conselho Federal de Psicologia. Nota sobre a Resolução CFP que, ao regulamentar a atuação do psicólogo no sistema prisional, impede a realização do exame criminológico pela categoria. Disponível em

<https://site.cfp.org.br/nota-sobre-a-resolucao-cfp-que-ao-regulamentar-a-atuacao-do-psicologo-no-sistema-prisional-impede-a-realizacao-do-exame-criminologico-pela-categoria/>. Acesso em 14 de abril de 2023, 2010.

CRP SP, Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. RESOLUÇÃO CFP 009/2010 - Aspectos éticos, técnicos e jurídicos que fundamentam a Resolução CFP no 009/2010. Disponível em

<https://www.crpsp.org/noticia/view/1214/aspectos-eticos-tecnicos-e-juridicos-que-fundamentam-a-resolucao-cfp-n-0092010>. Acesso em 13 de abril de 2023.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

____. A Verdade e as Formas Jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

____. Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio do século XIX. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991.

____. A História da Sexualidade: a vontade de saber. 16 Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

JACÓ-VILELA, Ana Maria. Os Primórdios da Psicologia Jurídica (p.11-18). In Temas de Psicologia Jurídica. Rio de Janeiro: Relume Juruá, 2000.

NASCIMENTO, Maria Livia (Org). PIVETES: a produção de infâncias desiguais. Rio de Janeiro: Oficina do Autor/Intertexto, 2002.

RAUTER, Cristina. Criminologia e Subjetividade no Brasil. Rio de Janeiro: Renavan, 2003.

____. Pode o Psicólogo Fazer Previsões de Comportamento? Disponível em <https://app.uff.br/slab/uploads/texto39.pdf> Acesso em 13 de abril de 2023.

SÁ, Alvino Augusto. Criminologia Clínica e Psicologia Criminal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007

STF. Supremo Tribunal Federal. Súmulas Vinculantes: aplicação e interpretação pelo STF. Brasília : STF, Secretaria de Documentação, 2016



PDF

Publicado
2023-10-26

Edição
[v. 75 \(2023\): n.esp.](#)

Seção
Artigos de Pesquisa Original

Licença

Os direitos autorais dos trabalhos publicados pertencem ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A revista adota a licença [Creative Commons "CC BY"](#), que permite o compartilhamento do conteúdo em qualquer suporte ou formato, para qualquer fim, desde que referenciando a publicação original na **Arquivos Brasileiros de Psicologia**.

Ao submeterem trabalhos, os autores aceitam os termos dos direitos autorais e da licença adotada pela publicação.

Idioma

[English](#)

[Español \(España\)](#)

[Português \(Brasil\)](#)

Platform &
workflow by
OJS / PKP

REVISTA DE TEORIAS DA DEMOCRACIA

DIREITOS POLÍTICOS

Capa

Sobre

Acesso

Cadastro

Pesquisa

Atual

Anteriores

Estatísticas

Web 2.0 Autor

Equipe Editorial

e-ISSN:

Capa > v. 9, n. 1 (2023) > Mattietto

IGUALDADE SUBSTANCIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E DEMOCRACIA: PARA ALÉM DO DIREITO À IGUALDADE FORMAL

Leonardo Mattietto

RESUMO

O artigo revisita os conceitos de igualdade formal e substancial, preconizando sua revisão crítica em prol de uma concepção solidária que priorize as políticas públicas como instrumentos para a estruturação de uma sociedade democrática que promova os direitos humanos e o respeito às minorias. Embora a igualdade formal tenha desempenhado um papel histórico central na afirmação do Estado de Direito e dos direitos fundamentais, a mera declaração da igualdade de todas as pessoas perante a lei (ou mesmo a sua vertente de igualdade de oportunidades) não é capaz de fornecer, por si só, a realização do ideal democrático de convivência pacífica nas diversas esferas de pertencimento em que os sujeitos participam da vida social. Para as políticas públicas, importa enfatizar a acepção substancial da igualdade, evitando-se os embaraços, para a sua formulação e análise, que decorreriam de um anacrônico apego ao conceito formal. Por meio da implementação de políticas públicas que a estimulem, a igualdade substantiva deve ser um objetivo permanente de uma organização política essencialmente democrática.

PALAVRAS-CHAVE

igualdade formal; igualdade substancial; democracia; políticas públicas; direitos humanos

TEXTO COMPLETO:

PDF

REFERÊNCIAS

ADEODATO, João Maurício Leitão; CASTRO, João Vitor Cruz de. Questioning the Fundamental Right to the Material Equality: Do the Exceptional Cases Justify the Ultraliberal Meritocracy? Beijing Law Review, n. 14, 473-495, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4236/blr.2023.141024>. Acesso em 8 abr. 2023.

BOZIO, Antoine; GRENET, Julien. Économie des politiques publiques. Paris: La Découverte, 2017.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4. ed. Coimbra: Almedina, 2000.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). Panorama Social de América Latina. Santiago: Naciones Unidas, 2021. Disponível em . Acesso em: 12 out. 2022.

DUVOUX, Nicolas. Le nouvel âge de la solidarité: pauvreté, précarité et politiques publiques. Paris: Éditions du Seuil, La République des Idées, 2012.

DWORKIN, Ronald. Taking rights seriously. Cambridge: Harvard University Press, 1977.

FREDMAN, Sandra. Substantive equality revisited. International Journal of Constitutional Law, v. 14, n. 3, p. 712-738, jul. 2016.

GUNN, Andrew; MINTROM, Michael. Public Policy and Universities: The Interplay of Knowledge and Power. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

HOGEMANN, Edna Raquel. Human Rights beyond Dichotomy between Cultural Universalism and Relativism. The Age of Human Rights Journal, n. 14, p. 19-36, 2020. Disponível em: . Acesso em 15 out. 2022.

INGRAM, Helen; SCHNEIDER, Anne L. Policy analysis for democracy. In: MORAN, Michael; REIN, Martin; GOODIN, Robert E. (eds.). The Oxford Handbook of Public Policy. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 169-189.

MATTIETTO, Leonardo. Disasters, pandemic and repetition: a dialogue with Maurice Blanchot's literature. Academia Letters, p. 1-4, Jul. 2021. Disponível em: . Acesso em 24 jul.2021.

MATTIETTO, Leonardo. Dos direitos da personalidade à cláusula geral de proteção da pessoa. Revista Fórum de Direito Civil, Belo Horizonte, n. 16, p. 11-25, set./dez. 2017.

IDIOMA

USUÁRIO

Login

Senha

☐ Lembrar usu

Acesso

CONTEÚDO C

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos

Pesquisar

Procurar

Por Edição

Por Autor

Por título

Outras revistas

SOBRE O AUT

Leonardo Mattietto

Universidade Feder

Janeiro

Brasil

Professor na Univer

do Rio de Janeiro e i

Mendes. Mestre e D

Universidade do Est

Procurador do Estac

EDIÇÃO ATUA

ATOM1.0

RSS2.0

RSS1.0

PALAVRAS-CH

Amicus curiae América La

Democracia deliberativa

Eleições Estado Feminisr

Mulheres Pandemia Par

popular Partidos Político

Representatividade Violê

soais políticas públicas

- MATTIETTO, Leonardo. Pós-graduação em Direito: locus para a compreensão crítica da judicialização de políticas públicas. In: MENDONÇA, Paulo Roberto Soares (org.). *Judicialização de políticas públicas: a visão dos juristas*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2020, p. 9-12.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *O conteúdo jurídico do princípio da igualdade*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- MOUNIER, Emmanuel. *Le personnalisme*. 16. ed. Paris: PUF, 1995.
- NEVES, Marcelo. A Força Simbólica dos Direitos Humanos. *Revista Eletrônica de Direito do Estado*, Salvador, n. 4, p. 1-34, out./dez. 2005. Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2022.
- POPPER, Karl. *The open society and its enemies*. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- RAWLS, John. *A Theory of Justice*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- REIN, Martin. Reframing problematic policies. In: MORAN, Michael; REIN, Martin; GOODIN, Robert E. (eds.). *The Oxford Handbook of Public Policy*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 389-405.
- RODOTÀ, Stefano. *Solidarietà: un'utopia necessaria*. Bari: Laterza, 2014.
- ROULAND, Norbert; PIERRÉ-CAPS, Stéphane; POUMARÈDE, Jacques. *Direito das minorias e dos povos autóctones*. Tradução de Ane Lize Spalttemberg. Brasília: UnB, 2004.
- SALDANHA, Nelson. *Da teologia à metodologia: secularização e crise no pensamento jurídico*. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A construção multicultural da igualdade e da diferença. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, Coimbra, p. 1-61, jan. 1999.
- SCHAAR, John H. Equality of opportunity, and beyond. In: PENNOCK, J. Roland; CHAPMAN, John. *Equality*. New York: Atherton, 1967, p. 228-249.
- SORJ, Bernardo; GUEDES, Luis Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. *Novos estudos CEBRAP*, n. 72, p. 101-117, jul. 2005. Disponível em: . Acesso em: 10 nov. 2022.
- SOUZA, Daniel Coelho de. *Interpretação e democracia*. 2. ed. São Paulo: RT, 1979.
- SUNDFELD, Carlos Ari; ROSILHO, André. *Direito e Políticas Públicas: Dois Mundos?* In: SUNDFELD, Carlos Ari; ROSILHO, André (orgs.). *Direito da Regulação e Políticas Públicas*. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 45-79.
- TOURAINÉ, Alain. *O que é a Democracia?* Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- UNITED NATIONS. *The Sustainable Development Goals Report 2021*. New York: United Nations, 2021. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2021/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2021.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.
- VAN DYKE, Vernon. *Equality and Public Policy*. Chicago: Nelson-Hall, 1990.
- WEIL, Simone. Draft for a statement of human obligations. Translated by Richard Rees. In: MILES, Siân (ed.). *Simone Weil - An Anthology*. London: Penguin, 2005, p. 221-230.
- WOLFF, Jonathan. *Ethics and public policy: a philosophical inquiry*. 2. ed. London: Routledge, 2020.

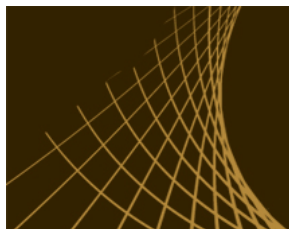
DOI: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9660/2023.v9i1.9508>

APONTAMENTOS

- Não há apontamentos.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



REDAP

REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
LAW JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION

Editor-Chefe: Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura

ISSN 2595-5667

expediente@redap.com.br

CAPA SOBRE PÁGINA DO USUÁRIO PESQUISA ATUAL ANTERIORES
NOTÍCIAS DIRETRIZES PARA AUTORES/GUIDELINES FOR AUTHORS DECLARAÇÃO DE
DIREITOS AUTORAIS/STATEMENT OF COPYRIGHT POLÍTICA EDITORIAL/EDITORIAL
POLICY/POLÍTICA EDITORIAL POLÍTICA DE PRIVACIDADE/PRIVACY POLICY PROCESSO
DE AVALIAÇÃO PELOS PARES/PARENT EVALUATION PROCESS POLÍTICA DE ÉTICA/ETHIC
POLICE EQUIPE EDITORIAL/EDITORIAL TEAM CONTATO/CONTACT

Capa > v. 1, n. 3 (2023) > Mattietto

POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO A PROTEÇÃO DE DADOS: UMA ANÁLISE DA ADI Nº 6561/TO

Leonardo Mattietto

RESUMO

A proteção de dados constitui direito autônomo na Europa desde os anos 2000. No Brasil, houve o advento da LGPD que constituiu um marco regulatório de proteção de dados. Além dela, houve a consolidação desse direito como garantia fundamental presente no art. 5º da Constituição. Em vista disso, por um lado tem-se que uma legislação protetiva de dados é essencial para a garantia da autodeterminação informativa dos cidadãos e, por outro, ele por si só não será satisfatório para a tutela da personalidade ante as possíveis violações cometidas pelos policymakers, como os legisladores. Nesse sentido, objetiva analisar a proteção concedida aos dados pessoais e, consequentemente à personalidade dos brasileiros pela Constituição. Outrossim, objetiva-se examinar o risco provocado pela utilização desses dados no âmbito das políticas públicas, especificamente na hipótese da criação de cadastro estadual de usuários e dependentes de drogas. Argumenta-se ser indispensável que as políticas públicas respeitem o direito constitucional à proteção de dados, bem como o princípio da autodeterminação informativa. O presente trabalho tem como escopo responder a seguinte questão: a política pública que propõe a criação de um cadastro estadual de usuários e dependentes de drogas, como na Lei estadual nº 3.528/2019, ofende o direito à proteção de dados? A análise desse tema será realizada em três passos: (i) análise da mudança de perspectiva do conceito de privacidade e a construção da autodeterminação informativa e o exame da tutela dos dados pessoais à luz do Supremo Tribunal Federal e da EC nº 115/2022; (ii) exposição do relatório e fundamentação dos votos da Medida Cautelar na ADI nº 6561/TO e (iii) a análise das políticas públicas envolvendo proteção de dados e de combate às drogas. Conclui-se demarcando os fundamentos constitucionais de uma política de cadastramento de usuários e dependentes de drogas consonante com o princípio da autodeterminação informativa.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas Públicas; Proteção de dados pessoais; SISNAD.

TEXTO COMPLETO:

PDF

DOI: <http://dx.doi.org/10.47096/redap.v1i3.448>

APONTAMENTOS

- Não há apontamentos.

Direitos autorais 2024 Revista de Direito da Administração Pública



A revista está licenciada quanto aos direitos autorais com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

IDIOMA

Selecione o idioma

Português (Brasil) ▼

Submeter

TAMANHO DE FONTE

USUÁRIO

Logado como:

emersonacmoura

Perfil

Sair do sistema

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos ▼

Pesquisar

Procurar

Por Edição

Por Autor

Por título

INFORMAÇÕES

Para leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

SOBRE O AUTOR

Leonardo Mattietto

ORCID iD

<http://unirio.academia.edu/LeonardoMattietto>

Universidade Federal do

Estado do Rio de Janeiro,

UNIRIO, Rio de Janeiro,

RJ, Brasil.

Professor na Universidade

Federal do Estado do Rio

de Janeiro (UNIRIO) e na

Universidade Candido

Mendes. Mestre e Doutor

em Direito pela

Universidade do Estado do

Rio de Janeiro (UERJ).

Procurador do Estado.

Google Acadêmico

Periódicos/CAPEs



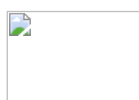
DOAJ - Directory of Open Access Journals



Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras



Latindex



ResearchBib - Academic Resource Index



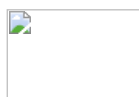
Sumários de Revistas Brasileiras



Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso



ISSN - International Standard Serial Number



**REDAP** REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
LAW JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION

Editor-Chefe: Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura

ISSN 2595-5667

expediente@redap.com.br

CAPA SOBRE PÁGINA DO USUÁRIO PESQUISA ATUAL ANTERIORES
NOTÍCIAS DIRETRIZES PARA AUTORES/GUIDELINES FOR AUTHORS DECLARAÇÃO DE
DIREITOS AUTORAIS/STATEMENT OF COPYRIGHT POLÍTICA EDITORIAL/EDITORIAL
POLICY/POLÍTICA EDITORIAL POLÍTICA DE PRIVACIDADE/PRIVACY POLICY PROCESSO
DE AVALIAÇÃO PELOS PARES/PARENT EVALUATION PROCESS POLÍTICA DE ÉTICA/ETHIC
POLICE EQUIPE EDITORIAL/EDITORIAL TEAM CONTATO/CONTACT

Capa > v. 1, n. 3 (2023) > *Guerra Filho*

A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS.

Willis Santiago Guerra Filho, Paola Cantarini, Maria Lucia Paula de Oliveira

RESUMO

Este artigo analisa como as políticas públicas podem desempenhar um papel crucial na efetivação dos direitos sociais e econômicos. Ele explora como a efetivação desses direitos pode contribuir para um sistema social mais saudável, e como as políticas públicas podem desempenhar um papel importante nesse processo, assim evitando suas crises autoimunitárias. Isso porque existência de direitos no papel não garante sua realização prática, e muitos brasileiros ainda vivenciam desigualdades sociais e econômicas. A questão central é como as políticas públicas podem desempenhar um papel crucial na garantia desses direitos.

PALAVRAS-CHAVE

Direito Público; Direito Constitucional; Políticas Públicas

TEXTO COMPLETO:

PDF

DOI: <http://dx.doi.org/10.47096/redap.v1i3.440>

APONTAMENTOS

- Não há apontamentos.

Direitos autorais 2024 Revista de Direito da Administração Pública



A revista está licenciada quanto aos direitos autorais com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPEs



IDIOMA

Selecione o idioma

Português (Brasil) ▼

Submeter

TAMANHO DE FONTE

USUÁRIO

Logado como:

emersonacmoura

Perfil

Sair do sistema

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos ▼

Pesquisar

Procurar

Por Edição

Por Autor

Por título

INFORMAÇÕES

Para leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

SOBRE OS AUTORES

Willis Santiago Guerra Filho

ORCID iD Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Brasil

Professor Titular do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Livre-Docente em Filosofia do Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Doutor em Ciência do Direito pela Universidade de Bielefeld, Alemanha; Doutor e Pós-Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestre em Direito, Doutor em Comunicação e Semiótica e em Psicologia Social/Política (PUCSP). <http://lattes.cnpq.br/8059802421128019>. <http://orcid.org/0000-0002-0315-9231>. willis.filho@unirio.br.

Paola Cantarini
PUC-SP

[1] Doutorado em filosofia do direito (Universidade do

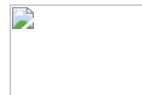
DOAJ - Directory of Open Access Journals



Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras



Latindex



ResearchBib - Academic Resource Index



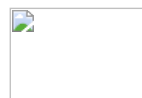
Sumários de Revistas Brasileiras



Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso



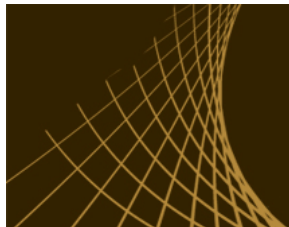
ISSN - International Standard Serial Number



Salento, Itália); mestrado e doutorado em direito e em filosofia (PUC-SP); pós-doutorado em Filosofia, pensamento crítico e arte (European Graduate School), em Direito (FD-USP), em sociologia jurídica (Universidade de Coimbra), em Tecnologias da Inteligência e do Design Digital (PUC-SP) e em Inteligência Artificial e Filosofia (Instituto de Estudos Avançados - USP – Cátedra Oscar Sala). Fundadora e presidente do Instituto EthikAI. <http://lattes.cnpq.br/0037990716909329>. <https://orcid.org/0000-0002-9610-8440>. paolacantarini@gmail.com.

Maria Lucia Paula de Oliveira
UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO,
RJ.

Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1990), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1999), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1995) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e professor agregado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Procuradora da Fazenda Nacional - Procuradoria da Fazenda Nacional no Rio de Janeiro



REDAP

REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
LAW JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION

Editor-Chefe: Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura

ISSN 2595-5667

expediente@redap.com.br

CAPA SOBRE PÁGINA DO USUÁRIO PESQUISA ATUAL ANTERIORES
NOTÍCIAS DIRETRIZES PARA AUTORES/GUIDELINES FOR AUTHORS DECLARAÇÃO DE
DIREITOS AUTORAIS/STATEMENT OF COPYRIGHT POLÍTICA EDITORIAL/EDITORIAL
POLICY/POLÍTICA EDITORIAL POLÍTICA DE PRIVACIDADE/PRIVACY POLICY PROCESSO
DE AVALIAÇÃO PELOS PARES/PARENT EVALUATION PROCESS POLÍTICA DE ÉTICA/ETHIC
POLICE EQUIPE EDITORIAL/EDITORIAL TEAM CONTATO/CONTACT

Capa > v. 1, n. 3 (2023) > **Paixão**

INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: BASES EPISTEMOLÓGICAS PARA UM MODELO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE DIREITO À IDENTIDADE CULTURAL PARA MULHERES INDÍGENAS EM ALDEIAS.

Vivian Nigri Queiroga Diniz da Paixão, Alvaro Reinaldo de Souza, Willis Santiago Guerra Filho, Maria Lucia Paula de Oliveira

RESUMO

Considerando a urgência de criação de políticas públicas específicas para os povos indígenas no Brasil, busca-se criar bases epistemológicas para a elaboração de políticas públicas municipais de identidade cultural para mulheres indígenas em aldeias. Para o alcance deste objetivo foi utilizada como ferramenta analítica a teoria interseccional, visando assim melhor preparar as bases epistemológicas. Apesar de já ser possível observar experiências governamentais brasileiras em âmbito federal, a pesquisa sugere a construção desta nova agenda a partir da análise de como o governo municipal - por meio de suas secretarias - poderia atuar, finalizando com a sugestão de um modelo. O percurso metodológico induziu uma revisão de conceitos por diferentes perspectivas do conhecimento, buscando um estudo interdisciplinar do tema. O que se concluiu é que se a identidade cultural traz como pressuposto a valorização da diversidade e dos modos plurais de visão de mundo, o próprio modo de ver a Ciência do Direito deverá se abrir para novas perspectivas e cabe aos profissionais do Direito buscarem fontes e métodos diferenciados para procurar alcançar assim os fenômenos jurídicos, influenciando em sua melhor transformação.

PALAVRAS-CHAVE

Etnia. Gênero. Políticas Públicas. Identidade Cultural.

TEXTO COMPLETO:

PDF

DOI: <http://dx.doi.org/10.47096/redap.v1i3.436>

APONTAMENTOS

- Não há apontamentos.

Direitos autorais 2024 Revista de Direito da Administração Pública



A revista está licenciada quanto aos direitos autorais com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

IDIOMA

Selecione o idioma

Português (Brasil) ▼

Submeter

TAMANHO DE
FONTE

USUÁRIO

Logado como:

emersonacmoura

Perfil

Sair do sistema

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos ▼

Pesquisar

Procurar

Por Edição

Por Autor

Por título

INFORMAÇÕES

Para leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

SOBRE OS AUTORES

Vivian Nigri Queiroga

Diniz da Paixão

[https://orcid.org/0000-](https://orcid.org/0000-0002-2888-7577)

[0002-2888-7577](https://orcid.org/0000-0002-2888-7577)

Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro
Brasil

Mestre em Direito e
Políticas Públicas pela
Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro
– UNIRIO (2021).
Advogada pública.

Alvaro Reinaldo de Souza

Universidade Federal de
Santa Catarina
Brasil

Mestre em Direito pela
Universidade Federal de
Santa Catarina (1982) e
Doutor em Direito pela
Universidade Federal de
Santa Catarina (2002).

Willis Santiago Guerra

Filho

Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro

Mestre em Direito pela
Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo

Google Acadêmico

Periódicos/CAPEs



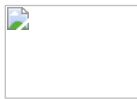
DOAJ - Directory of Open Access Journals



Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras



Latindex



ResearchBib - Academic Resource Index



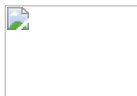
Sumários de Revistas Brasileiras



Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso



ISSN - International Standard Serial Number



(1986), Doutor em Ciência do Direito pela Universidade de Bielefeld, Alemanha (1995), em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011), em Comunicação e Semiótica (2017) e em Psicologia Social (2018), ambos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-Doutor em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002) e Livre-Docente em Filosofia do Direito pela Universidade Federal do Ceará (1996). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em dedicação exclusiva.

Maria Lucia Paula de Oliveira
UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO,
UNIRIO

XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I

SILVANA BELINE TAVARES

ANA PAOLA DE CASTRO E LINS

JORGE LUIZ OLIVEIRA DOS SANTOS

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

G326

Gênero, Sexualidades e Direito I [Recurso eletrônico on-line] Organização CONPEDI

Coordenadores: Ana Paola de Castro e Lins; Jorge Luiz Oliveira dos Santos; Silvana Beline Tavares. – Florianópolis: CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-868-4

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Saúde: Acesso à justiça, Solução de litígios e Desenvolvimento

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito. 3. Gênero e sexualidades. XXX Congresso Nacional do CONPEDI Fortaleza - Ceará (3; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I

Apresentação

É cediço que quando se analisa as mais variadas questões relativas a nossa convivência em sociedade, uma gama variada de impedimentos baseados na sexualidade e no gênero é detectada. Tal questão pode caracterizar a ausência do Estado no seu dever de promover e proteger o fundamento dos Direitos Humanos que é a dignidade da pessoa sem nenhuma forma de distinção. Assim, ao se perceber a sexualidade e o gênero, como parte essencial e fundamental da humanidade, depreende-se que as pessoas precisam estar fortalecidas e juridicamente amparadas, para performarem a sua identidade sexual e de gênero.

Assim, torna-se importante reunir pesquisas como as que sustentam esse GT, para o fortalecimento de tais direitos.

O trabalho “Feminismo: corpos dóceis controlados e disciplinados”, de Joasey Pollyanna Andrade da Silva, Clara Rodrigues de Brito e Jefferson Aparecido Dias nos mostra como o patriarcado constitui um sistema social que impõe opressão, dominação e controle sobre os corpos femininos, favorecendo desigualdades sociais e de gênero que opera também nos setores econômico, social e político como forma de biopoder.

Karla Andrea Santos Lauletta em “Feminismo jurídico: primeiras aproximações conceituais sobre a teoria de tamar pitch”, faz uma aproximação teórica ao feminismo jurídico a partir da análise do texto Sexo y Género de y en el Derecho: el feminismo jurídico da autora italiana Tamar Pitch com o objetivo de relacionar as pautas feministas expostas ao princípio da dignidade humana e os avanços do debate público no Brasil.

Em “Homofobia e a igualdade: uma análise da ado nº 26 e do mi nº 4733 a partir do conceito de reconhecimento proposto por Nancy Fraser”, Hugo Rogério Grokskreutz e Matheus Felipe De Castro afirmam que o princípio da igualdade passou a ser previsto expressamente pela Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, que por sua vez, veda qualquer ato discriminatório e, concomitantemente, determinou a criação de uma lei penal incriminadora para proteger tal bem jurídico, logo, se trata de um mandado de criminalização. Por tal razão, houve a criação da Lei de racismo nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, porém, tal legislação não contemplava a pessoa LGBTQI+, o que levou o Supremo

Tribunal Federal no julgamento da ADO nº 26 e do MI nº 4733 a modular o conteúdo decisório e a ampliar seu alcance, independentemente de alteração legislativa, para proteger as pessoas que eram desconsideradas por tal legislação.

Ana Paola de Castro e Lins e José Anchieta Oliveira Feitoza com o trabalho “Identidade de gênero e transexualidade no direito brasileiro: a virada das decisões dos tribunais superiores” tem por objetivo analisar a mudança teórica na percepção da categoria identitária, com o fim de detectar as consequências dessa maleabilidade no âmbito do Direito, em especial quanto à alteração de nome e gênero no registro civil.

Com “Legítima defesa da honra e o avanço civilizatório”, Ana Carolina Figueiro Longo destaca o papel do Poder Judiciário na tarefa de atualização da interpretação normativa, como instrumento para estabilidade e legitimação do Estado, por meio de decisões que reconhecem o avanço civilizatório da sociedade.

Isadora Malaggi, Jéssica Cindy Kempfer e Sabrina Lehnen Stoll com o trabalho “Maternidade no cárcere privado: uma análise acerca dos direitos e garantias das mulheres encarceradas” analisam se o ambiente prisional está garantindo os direitos básicos das mulheres em situação de maternidade, a partir das atuais estruturas e instalações do sistema prisional e dos cuidados maternos essenciais.

“O machismo estrutural no tribunal do júri: uma análise crítica do julgamento do caso Bruna Lícia Fonseca” de Whaverthon Louzeiro De Oliveira e Artenira da Silva e Silva teve o propósito central de identificar os meios jurídico-legais através dos quais o patriarcado e o machismo se manifestam no Tribunal do Júri a partir de um estudo do caso de Bruna Lícia.

Geórgia Oliveira Araújo e Sara Lima Portela em “O que é consentir? o consentimento como elementar implícita do crime de estupro e a necessidade de uma compreensão jurídico-penal do consentimento” tem como objetivo compreender a construção da norma penal do crime de estupro, indagando de forma crítica sobre o consentimento como um elemento implícito na configuração do tipo.

Com o trabalho “Orientação sexual, preconceito e relações de trabalho: o papel das cortes na defesa de direitos lgbtqiapn+” Jonadson Silva Souza, Leandro de Andrade Carvalho e Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith afirmam que a orientação sexual e de gênero constituem espectro da vida privada, que encontram proteção do estado e devem ser respeitadas nas interações sociais, inclusive, contando com vasta jurisprudência protetiva internacional e nacional sobre a temática.

Lucas Pires Maciel e Anna Beatriz Vieira Silva nos trazem em “Questões tributárias de gênero: o fenômeno do pink tax” Um estudo que teve por finalidade a abordagem de uma questão discriminatória de gênero no âmbito tributário, que se denomina pink tax,

O trabalho “Segurança humana e feminização da pobreza no Brasil: um debate necessário” de Ana Carolina Gondim de Albuquerque Oliveira, Paulo Henrique Tavares da Silva e Jéssica Feitosa Ferrei teve por objetivo refletir sobre o fenômeno denominado ‘feminização da pobreza’ como um dispositivo que ameaça a segurança humana das mulheres.

Fabiane Wanzeler do Carmo e Raimundo Wilson Gama Raiol em “Violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes do sexo feminino: uma relação de poder e de desigualdades” analisam como a relação de poder e as desigualdades geracionais e de gênero influenciam para a viabilidade do acometimento e manutenção da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes do sexo feminino, cometidas por um adulto do sexo masculino.

A discussão trazida por Larissa Bastos Rodrigues e Oswaldo Pereira De Lima Junior em “O lugar da mulher também é no poder judiciário”: um olhar sobre a política pública judiciária de incentivo à participação feminina criada pelo Conselho Nacional de Justiça” nos mostra a presença e os desafios das mulheres nas carreiras jurídicas no contexto brasileiro que, apesar das avançadas conquistas femininas no campo jurídico, persistem desafios significativos relacionados à equidade de gênero.

A proposta de Mariana Macêdo Santos, Gustavo Raposo Pereira Feitosa e Ana Cecília Bezerra de Aguiar com o trabalho ““Se te agarro com outro, te mato!”: discurso jurídico, relações de gênero e a legítima defesa da honra no tribunal do júri brasileiro” tem como objetivo analisar em que medida o discurso de preservação da honra masculina foi utilizado para influenciar a tomada de decisão no Tribunal do Júri em casos de feminicídio.

Convidamos a todos, todas e todes para conhecer os trabalhos! Boa leitura!

Ana Paola de Castro e Lins

Jorge Luiz Oliveira dos Santos

Silvana Beline



“O LUGAR DA MULHER TAMBÉM É NO PODER JUDICIÁRIO”: UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA JUDICIÁRIA DE INCENTIVO A PARTICIPAÇÃO FEMININA CRIADA PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Larissa Bastos Rodrigues¹
Oswaldo Pereira de Lima Junior²

RESUMO

Trata-se de artigo que analisa a presença e os desafios das mulheres nas carreiras jurídicas no contexto brasileiro. Sugere-se que, apesar das avançadas conquistas femininas no campo jurídico, persistem desafios significativos relacionados à equidade de gênero. O estudo tem como objetivo compreender a trajetória das mulheres no âmbito jurídico, levando em consideração o histórico das ondas feministas e a evolução dos direitos das mulheres. No marco teórico, destaca-se a estruturação do movimento feminista em ondas, cada uma representando distintas lutas e vitórias. O feminismo jurídico contemporâneo é ressaltado, defendendo a implementação de políticas públicas de gênero que visam uma transformação profunda do direito, eliminando seus aspectos androcêntricos e patriarcais. A feminização das carreiras jurídicas é apresentada como influenciada por diversos fatores sociais e políticos, contudo, ainda enfrenta o desafio do patriarcalismo jurídico. A investigação faz uso de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de dados históricos e contemporâneos sobre a participação feminina nas carreiras jurídicas e nas políticas públicas de gênero promovidas pelo Poder Judiciário. Percebe-se, ao fim, que a trajetória das mulheres nas carreiras jurídicas no Brasil aponta para avanços significativos, mas ainda é marcada por desafios persistentes relacionados à equidade de gênero e à superação de paradigmas patriarcais.

Palavras-chave:

Poder Judiciário; Androcêntrico; Patriarcalismo jurídico; Direitos femininos; Políticas públicas de gênero.

"WOMEN'S PLACE IS ALSO IN THE JUDICIARY": A LOOK AT THE JUDICIAL PUBLIC POLICY TO ENCOURAGE FEMALE PARTICIPATION CREATED BY

¹ Mestranda em Direito e Políticas Públicas vinculada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3925746334364890> Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-3108-6153> E-mail: lara.bastos.10@gmail.com

² Pós-Doutor em Direito (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO), Doutor em Direito (Universidade Estácio de Sá – UNESA), Mestrado em Biodireito, Ética e Cidadania (Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL). Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Bioética, Direitos Humanos e Cidadania (UFRN) e Vice Coordenador do Grupo de Direitos Humanos e Transformação Social (UNIRIO). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2129410182219103>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0019-1391>. Email: oswaldolima jr@gmail.com

VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS I

ROGERIO LUIZ NERY DA SILVA

EMERSON AFFONSO DA COSTA MOURA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direitos sociais e políticas públicas I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Emerson Affonso da Costa Moura; Rogerio Luiz Nery Da Silva – Florianópolis; CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-716-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito e Políticas Públicas na era digital

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos sociais. 3. Políticas públicas. VI

Encontro Virtual do CONPEDI (1; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS I

Apresentação

APRESENTAÇÃO

Com alegria que nos coube coordenar o Grupo de Trabalho “Direitos sociais e Políticas Públicas I” realizado durante o VI Encontro Virtual do Conselho Nacional de Pós-Graduação do Direito (CONPEDI) que teve por tema geral “Direito e Políticas Públicas na era digital” e, por conseguinte, apresentar o prefácio destes anais com os respectivos textos publicados.

Têm-se ampliado nos últimos anos as pesquisas voltadas ao papel do cientista jurídico na área de Políticas Públicas resultando em uma profícua produção acerca da definição das possibilidades e limites da atuação do Direito no que tange aos planos e ações governamentais, o que se verifica-se ao longo dos trabalhos aqui reunidos voltados à análise de políticas pública de diversas partes do país.

No paper “Outras facetas do etarismo: a participação de pessoas maduras e idosas nos atos de vandalismos perpetrados às sedes dos poderes da República” de Claudine Freire Rodembusch e Henrique Alexander Grazzi Keske há relevante discursão acerca da necessidade de políticas públicas voltadas ao envelhecimento e, portanto, a vulnerabilidade que deflagra o sistema normativo protetivo do idoso.

Já em “Política pública de educação em tempo integral: análise do programa escolas do amanhã do município do rio de janeiro” de Fabio Carlos Nascimento Wanderley aborda-se a dificuldade da falta de continuidade das políticas públicas, em especial, daquela política educacional apontando os resultados relevantes destas ações em áreas precárias e a ausência de sua previsão orçamentária no plano financeiro vigente.

Com “Políticas públicas de enfrentamento à pobreza e à desigualdade à luz do pensamento de Amartya Sen – abordagens no contexto da agenda 2030 para Brasil e Índia” nos brindam com importante estudo comparativo sobre a eficácia de políticas empregatícias diante de ações de transferência de renda associada à políticas educacionais.

O texto de “políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica: análise sobre a eficiência” de Jaline de Melo Cantalice traz importante consolidação das políticas públicas normativas de proteção contra a mulher apontando a necessidade de ações voltadas à tutela

da educação como forma de concretização do plexo de direitos humanos-fundamentais da mulher.

No “pedagogia do oprimido e os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS): a acessibilidade plena como garantia para o exercício do direito fundamental à educação das pessoas com deficiência” de Elda Coelho de Azevedo Bussinguer, Maristela Lugon Arantes e Raíssa Lima e Salvador aplica-se o marco teórico de Paulo Freire para apontar a necessidade de políticas que permitam realizar a ODS 4 e 10 da agenda 20-30.

Com “políticas públicas de infâncias e juventudes e a socioeducação: um olhar a partir dos jovens em situação de ato infracional” de Bráulio de Magalhaes Santos discute como as ações governamentais voltadas aos jovens em medida socioeducativa assumem caráter punitivo à partir de narrativas de impunidade e necessidade de sua ressignificações à partir da compreensão ampla do papel da socioeducação.

Já em “Políticas públicas de saúde para mulheres em situação de violência no Brasil: olhares transdisciplinares pela metateoria do direito fraterno” de Janaína Machado Sturza , Gabrielle Scola Dutra e Paula Fabíola Cigana utiliza-se o Direito Fraterno como teoria que justifica à necessidade de ações governamentais que permitam minimizar os efeitos da violação de direitos humanos para as mulheres sujeitas à violência.

No “Políticas públicas destinadas às meninas em conflito com a lei no Paraná, uma questão de invisibilidade” Débora Camila Aires Cavalcante Souto, Sandra Regina Merlo e Andressa Maria De Lima Queji fazem importante ensaio acerca dos planos estatais no paraná de proteção às meninas em conflitos a partir de uma análise do ciclo de políticas públicas.

Com “Políticas públicas na construção de sociedades justas: alternativas a desigualdade e a pobreza” Vitória Agnoletto, Anna Paula Bagetti Zeifert e Emanuele Oliveira fazem o encontro de Amartya Sen e Martha Nussbaum apontando que a construção de políticas públicas para a redução da pobreza e das desigualdades devem garantir o mínimo necessário para desenvolvimento de suas liberdades e capacidades.

Em “Políticas públicas: uma visão global da implementação e gerenciamento da sustentabilidade no Brasil” Miriam da Costa Claudino Jamile Gonçalves Calissi e Aline Ouriques Freire Fernandes aponta-se a sustentabilidade a partir do seu marco dogmático-constitucional como paradigma para implementação de políticas públicas em uma dimensão plena.

Já “Políticas públicas para efetivação da equidade de gênero como um direito da personalidade no mercado de trabalho e na execução penal” de Maria De Lourdes Araújo e Ivan Dias da Motta discutem a questão da equidade na proteção da mulher, em especial, no direito à assistência médica, ensino e ainda no gênero no trabalho apontando as inconsistências nas ações governamentais na tutela dos seus respectivos direitos.

No “Políticas públicas de educação inclusive: as pessoas com deficiência e o constitucionalismo digital” de Rogério Luiz Nery da Silva, Darléa Carine Palma Mattiello e Joana Alice De Re discute-se como tal teoria do constitucionalismo demanda a formulação de políticas educacionais capazes de garantir inclusão digital para as pessoas com deficiência.

Com “População negra no Brasil e a erradicação da pobreza: um estudo sobre a iniciativa da organização das nações unidas para melhorar o mundo em que vivemos (ODS 1)” Carlos Alberto Ferreira dos Santos, Geane Monteiro Guimarães e Carlos Augusto Alcântara Machado partem da discussão do impacto das políticas de redistribuição de renda no Brasil no que tange à redução da miséria e dos efeitos perniciosos do racismo.

Em “Por uma etiologia das compensações de natureza político-eleitoral: olhares contrapostos sob a perspectiva de Nicos Poulantzas e T. H. Marshall” de Volgane Oliveira Carvalho e Nelson Juliano Cardoso Matos utilizam-se os respectivos autores para demonstrar a influência das compensações político-eleitorais nas políticas públicas apontando discussão prévia necessária às ações governamentais.

Já “Povos negros amazônidas e políticas públicas de promoção da igualdade racial: teoria e prática na cidade Macapá-AP” de Maria Carolina Monteiro de Almeida, Letícia Vitória Nascimento Magalhães e Raimundo Wilson Gama Raiol apresentam um ensaio necessário acerca das políticas públicas locais desenvolvidas no Macapá em sua correlação com a discussão decolonial necessária nas políticas públicas.

No “Responsabilidade interfederativa na promoção de políticas públicas de mobilidade: análise do acesso gratuito ao transporte interestadual pelo id jovem” de Emerson Affonso da Costa Moura e Matheus Sousa De Castro Alves se destaca uma política pública específica analisada à partir da questão federativa do papel dos sujeitos na implementação na política de transporte interestadual.

Com a afirmação da fundamentalidade do direito à inclusão digital como condição de possibilidade ao policy-making design pela lente da teoria da argumentação jurídica de Robert Alexy, os autores Rogério Luiz Nery da Silva, Diego Andre Coqueiro Barros e

Heloísa Mesquita Fávaro utilizam a teoria argumentativa de Alexy para apontar no ciclo de políticas públicas a necessidade de implementação da inclusão digital.

Em “Regularização fundiária urbana de povos e comunidades tradicionais” de Cleilane Silva dos Santos, Luly Rodrigues Da Cunha Fischer e Daniella Maria Dos Santos Dias apontam-se os fundamentos e políticas públicas normativas de garantia da proteção das comunidades tradicionais, inclusive, com uso da lei de regularização fundiária para garantia da titulação coletiva e particular.

Já com “Trabalho na era digital e a necessidade de cooperação entre Estados como política pública de combate à precarização” Cynthia Lessa Costa traz um debate acerca da necessária articulação entre níveis internacionais e nacionais na formulação de ações governamentais capazes de regular de forma adequado o trabalho na era digital na concretização do trabalho decente em domicílio.

No “Tutela da proteção às crianças com TDAH e dislexia” de Jackson Romeu Ariukudo e Raquel da Silva Neves Benfatti apontam-se rumos na concretização do sistema protetivo com ápice da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas Deficiência na proteção das crianças com as referidas doenças e a necessidade de políticas públicas adequadas à sua promoção.

Por fim, em “O contraponto entre o crescimento econômico do setor extrativista de Canaã dos Carajás/PA e o conceito de desenvolvimento de Ignacy Sachs: uma análise do ODS 05” de Juliana Rodrigues Freitas e Alyne Marcely Fernandes de Souza, as autores trazem dados estatístico importantes para discutir a partir da noção de desenvolvimento social, ambiental e econômico de Ignacy Sachs a tutela do homem na atividade produtiva.

São estudos instigantes que consolidam um retrato histórico das pesquisas no Direito e Políticas Públicas, além de apontar as questões que são relevantes para a investigação na ciência jurídica conduzindo a todos nós leitores as reflexões acerca do papel das ações governamentais na proteção da pessoa humana e na realização dos bens e valores constitucionais em um país de desigualdades em todos os níveis.

Outono de 2023.

Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Rogério Luiz Nery da Silva

Universidade do Oeste de Santa Catarina e Universidade de Rio Verde

**OS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E JURÍDICOS DA COVID/19 EM
RELAÇÃO AO DESEMPREGO E A POLÍTICA DE TRANSPORTE PÚBLICO QUE
IMPACTOU COMUNIDADES CARENTES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

**THE SOCIOECONOMIC AND LEGAL ASPECTS OF COVID/19 IN RELATION TO
UNEMPLOYMENT AND THE PUBLIC TRANSPORT POLICY THAT IMPACTED
UNDERNEATH COMMUNITIES IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO**

**Taíssa Salles Romeiro
Veronica Azevedo Wander Bastos**

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar os aspectos socioeconômicos e jurídicos da pandemia em relação ao desemprego e as políticas de transporte público na cidade do Rio de Janeiro. Como hipótese principal pretende-se trabalhar com os impactos das políticas públicas para as Comunidades Carentes na cidade do Rio de Janeiro nas relações de trabalho. A discussão acerca transporte público na cidade do Rio de Janeiro é se seria uma questão decorrente da pandemia ou preexistente. O suporte probatório são as políticas macroeconômicas anticíclicas com base no conceito Keynesiano utilizados pelo Município do Rio de Janeiro para combater a crise do transporte público. A Metodologia utilizada é a pesquisa empírica com análise documental quantitativa e qualitativa. Conclui-se que o transporte público já padecia de medidas de fiscalização por parte do Município do Rio de Janeiro o que impactou de sobremaneira as comunidades carentes e os trabalhadores que não tiveram suas atividades suspensas e que foi agravado com a Pandemia exigindo do Município e do MP/RJ medidas conciliatórias e subsídios para assegurar a manutenção do serviço.

Palavras-chave: Desemprego, Políticas públicas, Transporte, Favela, Sars covid/19

Abstract/Resumen/Résumé

The purpose of this article is to analyze the socioeconomic and legal aspects of the pandemic in relation to unemployment and public transport policies in the city of Rio de Janeiro. As a main hypothesis, it is intended to work with the impacts of public policies for needy communities in the city of Rio de Janeiro in labor relations. The discussion about public transport in the city of Rio de Janeiro is whether it would be a question arising from the pandemic or a pre-existing one. The probative support is the countercyclical macroeconomic policies based on the Keynesian concept used by the Municipality of Rio de Janeiro to combat the public transport crisis. The methodology used is empirical research with quantitative and qualitative documental analysis. It is concluded that public transport was already suffering from inspection measures by the Municipality of Rio de Janeiro, which greatly impacted poor communities and workers who did not have their activities suspended and which was aggravated by the Pandemic requiring the Municipality and the MP/RJ conciliatory measures and subsidies to ensure the maintenance of the service.

VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

**DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

ILTON GARCIA DA COSTA

LITON LANES PILAU SOBRINHO

EDUARDO AUGUSTO DO ROSÁRIO CONTANI

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direito, economia e desenvolvimento econômico sustentável [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Eduardo Augusto do Rosário Contani; Ilton Garcia Da Costa; Liton Lanes Pilau Sobrinho – Florianópolis; CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-749-6

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito e Políticas Públicas na era digital

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito e economia. 3. Desenvolvimento econômico sustentável. VI Encontro Virtual do CONPEDI (1; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Apresentação

O VI Encontro Virtual do CONPEDI foi realizado entre os dias 20 e 24 de junho de 2023 e teve como tema central “Direito e Políticas Públicas na Era Digital”.

Na presente obra originada deste Grupo de Trabalho, Professores, pesquisadores, mestres, doutores e acadêmicos compartilharam os resultados de suas pesquisas, desenvolvidas em diversos contextos locais e regionais em seus respectivos Programas de Mestrado e Doutorado. Esses estudos foram enriquecidos por contribuições oriundas de debates e reflexões.

A obra conta com artigos selecionados sob o crivo do double blind review, consistindo na presente avaliação por pares que resultou na apresentação oral dos autores. O GT Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável se destaca novamente pelo elevado interesse dos acadêmicos no tema, demarcado pelos diferentes GT's em dias distintos.

No artigo intitulado “A função do licenciamento ambiental no combate às mudanças climáticas”, Janaína Rigo Santin e Iradi Rodrigues da Silva realizam uma análise sobre o papel do licenciamento ambiental a partir da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). As autoras defendem a necessidade de sua aplicação no combate às mudanças climáticas e discutem os desdobramentos de um novo projeto de lei que incorpora a responsabilidade dos Estados e Municípios nesse contexto.

Os autores José Thomaz Cunha Gervásio de Oliveira e Filipe Fortes de Oliveira Portela exploram os modelos registrais imobiliários dos Estados Unidos e do Brasil no artigo "A implementação da tecnologia blockchain nos modelos registrais imobiliários". O artigo também analisa o impacto da tecnologia blockchain nesses modelos e discute sua viabilidade, incluindo também a perspectiva da Análise Econômica do Direito (AED) na possível redução de falhas de mercado.

Ainda na seara da Análise Econômica do Direito, no artigo " A importância do papel regulatório da ANPD na sociedade informacional sob a perspectiva da Análise Econômica do Direito ", as autoras Maria Marconiete Fernandes Pereira e Valéria Fernandes de Medeiros destacam o papel regulatório da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) com

autonomia técnica e decisória. Os diferentes aspectos de proteção de dados são observados sob a perspectiva da AED.

O debate sobre a exploração da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira é destacado no artigo intitulado "Amazônia Azul e gestão de conflitos: reflexões sobre Soberania Nacional e Desenvolvimento" dos autores Ricardo Cardoso de Barros e Augusto Martinez Perez Filho. Em sua pesquisa, é verificada a necessidade de planejamento estratégico para evitar conflitos e promover o desenvolvimento na Amazônia Azul.

No artigo intitulado "Análise de práticas de sustentabilidade empresarial na Configuração Produtiva Local de indústrias de vestuário de Muriaé-MG: um estudo de caso", Carlos Augusto Veggi de Souza identifica a aplicação de práticas de sustentabilidade empresarial na cadeia de vestuário local, com foco na produção e tratamento de resíduos sólidos. O artigo ressalta a importância da atuação cooperada e integrada das empresas da Configuração Produtiva Local, com diversos princípios de responsabilidade social, ambiental e econômica.

A relação entre Direito, Economia e a pandemia do Covid-19 é abordada pelo artigo de Maria Claudia Almendra Freitas Veloso e Vando da Silva Marques. Com o título de “As demissões em massa decorrentes da crise nas atividades econômicas e a atuação do Supremo Tribunal Federal no caso Embraer”, o artigo continua os debates dos reflexos econômicos da pandemia e do papel do STF na controvérsia discutida, atuando como agente redutor de crises e moderador do livre mercado.

Observando os impactos da pandemia de Covid-19, o artigo intitulado "Conflitos judiciais, ODS e pandemia em Municípios mineradores no Pará: os casos de Parauapebas e Marabá" de Ana Elizabeth Neirão Reymão , André da Costa Ericeira , Marcos Venancio Silva Assuncao discute os conflitos judiciais decorrentes de suas medidas de enfrentamento, e destacam a importância do judiciário como garantidor desses direitos em momentos de crise.

Um importante questionamento é feito pelos autores Janaína Rigo Santin, Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira e Silvane Costenaro: "Desenvolvimento socioeconômico com Preservação de Recursos Naturais: É Possível?" É realizada uma abordagem histórica do modelo de desenvolvimento pós-revolução industrial e verificando a negligência na preservação dos recursos naturais. Uma possível saída é a educação socioambiental seja fundamental para equilibrar essa equação, para desenvolvimento de habilidades de reflexão crítica para construção de um futuro sustentável.

Os autores Leonardo Alves Correa, Giovani Clark e Julia Carla Duarte Melo abordam no artigo "Desenvolvimento sustentável e pluralismo produtivo na Ordem Constitucional: primeiras aproximações" a institucionalização do conceito de desenvolvimento sustentável e a análise do pluralismo produtivo, refletindo sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e sobre os diferentes modos de organização econômica.

O artigo "Equilíbrio entre intervenção estatal e liberdade econômica: A Ponderação jurídica como ferramenta no Direito Econômico", dos autores Fátima Cristina Santoro Gerstenberger, Guilherme Santoro Gerstenberger e Otto Guilherme Gerstenberger Junior, aborda a análise da ponderação jurídica entre a intervenção estatal e a liberdade econômica, com ênfase no Direito Econômico. Cumpre notar o papel de legislações inovadoras, como o Marco Legal das Startups e a Lei de Liberdade Econômica e diferentes impactos socioeconômicos.

O artigo "Levantamento de variáveis para a construção de uma Teoria Geral do Processo do contencioso comercial no Direito Internacional Público", de autoria de Alice Rocha da Silva e Andre Pires Gontijo, reconhece a dificuldade de alinhamento das variáveis presentes nos mecanismos de solução de controvérsias de acordos comerciais regionais e do sistema multilateral da OMC.

O artigo intitulado "O Tribunal de Contas e o Desenvolvimento Econômico Sustentável", de autoria de Fabricio Vasconcelos de Oliveira e Julival Silva Rocha, analisa duas posturas recentes adotadas pelo TCE-PA, sendo uma delas relacionadas à Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/96) e outra referente à interpretação do Tema 899 do STF, evidenciando ora alinhamento com a sustentabilidade econômica e em partes falta de harmonia com esse objetivo.

Os autores Bruna Mendes Coelho, Isabela Vaz Vieira e Lyssandro Norton Siqueira, autores destacam em seu artigo intitulado "Pagamento por Serviço Ambiental Hídrico: Uma Análise Comparativa" o instrumento do Pagamento por Serviço Ambiental (PSA) e identificam sua relevância como mecanismo importante para alcançar o desenvolvimento econômico sustentável.

A aplicação das políticas públicas para a regulamentação dos criptoativos no mercado financeiro é analisada no artigo "Políticas públicas para a regulamentação dos cripto ativos no mercado financeiro", de autoria de Taíssa Salles Romeiro. A autora examina o papel dos criptoativos e discute a questão da livre iniciativa, a descentralização do mercado financeiro e a necessidade de proteção de usuários com mais transparência e segurança.

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é contemplada com diferentes abordagens em dois artigos do presente GT. No primeiro, intitulado "Responsabilidade Social Corporativa: A Ideia, as Alternativas e os Problemas", José Adércio Leite Sampaio e Luciana Machado Teixeira Fabel abordam a evolução da noção de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ao longo do tempo e exploram a importância da regulamentação estatal e das práticas ESG e direitos humanos corporativos nas empresas.

No segundo artigo, Mateus Diniz e Marcelo Kokke e seu artigo "Responsabilidade Social das Empresas no Combate à Corrupção" exploram a corrupção no âmbito público e no privado, com destaque para a RSC no controle, prevenção e erradicação da corrupção.

No artigo intitulado "Uma Análise do IPVA como Política Tributária para o Desenvolvimento Sustentável", as autoras Samyla Carvalho Gonçalves Silva e Maria Marconiete Fernandes Pereira abordam uma perspectiva de implementação de políticas ambientais a partir do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), numa perspectiva em que se demanda uma gestão eficiente da arrecadação de tributos.

Voltando os olhos para os estados ricos em biomassa florestal da Amazônia, o artigo intitulado "Vantagens e Desvantagens das Abordagens Jurisdicionais de REDD+ a serem consideradas pelos estados da Amazônia Legal" dos autores Marcos Venancio Silva Assuncao, Ana Elizabeth Neirão Reymão e Lise Tupiassu exploram as abordagens jurisdicionais de REDD+ como política de redução de emissões de gases de efeito estufa. O artigo reflete sobre a necessidade de regulamentações robustas e medidas de adequação para garantir benefícios compensatórios aos estados e às comunidades locais.

Finalizando os artigos deste GT, temos o trabalho intitulado "Um breve esboço da evolução da pauta de medidas contra as mudanças climáticas no Brasil e no mundo: perspectivas e limitações do mercado de créditos de carbono no Brasil" de Caio Lucio Montano Brutton. O estudo aborda as perspectivas e limitações do mercado interno de créditos de carbono no Brasil e a necessidade de uma normativa mais efetiva para o desafio global da mudança climática.

A diversidade de artigos, tendo como fio condutor o Direito e o Desenvolvimento Econômico Sustentável, clama pela atenção da comunidade acadêmica e do público em geral. Convidamos a todos a observar o atual panorama apresentado e discutido neste GT, na busca de soluções pragmáticas e adequadas para o cenário jurídico-econômico do nosso país.

Florianópolis, 24/06/2023

Ilton Garcia Da Costa

Liton Lanes Pilau Sobrinho

Eduardo Augusto do Rosário Contani

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REGULAMENTAÇÃO DOS CRIPTO ATIVOS NO MERCADO FINANCEIRO

PUBLIC POLICIES FOR THE REGULATION OF CRYPTO ASSETS IN THE FINANCIAL MARKET

Taíssa Salles Romeiro ¹

Resumo

Este artigo tem como objeto verificar a aplicação das políticas públicas para a regulamentação dos cripto ativos no Mercado Financeiro por meio da aplicação de uma metodologia empírica qualitativa. É muito importante pesquisar o papel do Estado Legislador, do Banco Central - BACEN e do Ministério da Economia por meio de sua Agência Reguladora, Comissão de Valores Mobiliários- CVM, na necessidade de instituir políticas públicas macroeconômicas para regular um mercado mais tecnológico no que tange aos títulos que vem sendo negociados por diversos investidores, sem qualquer tipo de controle por parte das Instituições Públicas. Nesse sentido, cabe analisar a Lei 14.478/22 que foi sancionada pelo Presidente Jair Bolsonaro e que entrou em vigor no dia 22 de dezembro de 2022 e o Parecer de Orientação da CVM nº 40 de 11 de outubro de 2022. A problemática deste artigo envolve a questão da livre iniciativa e as implicações políticas com a descentralização do mercado financeiro, em contraponto ao papel do Estado como agente estabilizador. Diante de uma série de práticas de crimes, instabilidade do mercado e o aumento do uso das criptomoedas e dos criptoativos, bem como visando garantir aos usuários transparência, informação e segurança, conclui-se a necessidade de atuação do Estado diante da emergência da matéria e do dano social aos usuários e consumidores e cumprimento de princípios constitucionais.

Palavras-chave: Políticas públicas, Criptomoedas, Criptoativos, Mercado financeiro, Economia digital

Abstract/Resumen/Résumé

This article aims to verify the application of public policies for the regulation of crypto assets in the Financial Market through the application of a qualitative empirical methodology. It is very important to research the role of the Legislative State, the Central Bank - BACEN and the Ministry of Economy through its Regulatory Agency, the Securities Commission - CVM, in the need to institute macroeconomic public policies to regulate a more technological market in terms of securities that have been traded by several investors, without any type of control by Public Institutions. In this sense, it is worth analyzing Law 14.478/22, which was sanctioned by President Jair Bolsonaro and which entered into force on December 22, 2022, and CVM Guidance Opinion No. 40 of October 11, 2022. The problem of this article

¹ Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFF. Professora da UniRio.

involves the issue of free enterprise and the political implications of the decentralization of the financial market, as opposed to the role of the State as a stabilizing agent. Faced with a series of criminal practices, market instability and the increased use of cryptocurrencies and crypto assets, as well as aiming to guarantee transparency, information, and security to users, it is concluded that the State needs to act in the face of the emergence of this matter and of social harm to users and consumers and compliance with constitutional principles.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Cryptocurrencies, Cryptoassets, Public policy, Financial market, Digital market



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o manuscrito intitulado: ***"Pagamentos por serviços ambientais a partir da redução de emissões pelo desmatamento, degradação e melhoras nas boas práticas de gestão: REDD+ e o uso sustentável da terra por povos indígenas e comunidades tradicionais"*** do(s) autor(es) Taíssa Romeiro foi submetido e aprovado para a publicação na Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade. Neste momento, o artigo está em edição, com “previsão” de publicação no v. 12 n. 1 (2023).

Atenciosamente

Andreza Portella Ribeiro

Editora Chefe

Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade

PPGD - UNIRIO

Programa de Pós-Graduação em Direito

[Portal Unirio](#)[Guia Telefônico](#)[Contatos](#)

Ações de extensão

por EMERSON AFFONSO DA COSTA — última modificação 10/03/2024 18h36



Programa de Extensão

O Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Direito da UNIRIO compreendendo a importância que suas atividades de pesquisa devam produzir para o conhecimento científico brasileiro, mas igualmente, devam produzir impactos sociais, econômicos e culturais, organiza as suas ações para a comunidade em um programa de extensão que articulam eixos de atividades com vinculação e aderência as pesquisas desenvolvidas.

Núcleo de Ações de Direito do Estado (NADE)

Núcleo de ações de Direito do Estado (NADE) vinculado a linha 1 (Instituições e Políticas Públicas) tem por finalidade ações voltada à difusão e produção de conhecimentos voltados ao aperfeiçoamento da relação entre os poderes públicos e a sociedade na implementação de políticas públicas dentre as quais de integridade, proteção de dados e outras.

Docente coordenador: Prof. Dr. Emerson Moura (Permanente/PPGD)

Docentes integrantes: Prof. Dr. André Ricardo Cruz Fontes (Permanente/PPGD), Prof. Dr. Flavio Garcia Amaral (Colaborador/PPGD) e Prof. Dr. José Carlos Buzanello (Permanente/PPGD)



Equipe: Prof. Gustavo Tergolino (egresso PPGD), Prof. Orlando Padeiro (egresso PPGD), Profa. Ana Beatriz Paz (discente PPGD) e Profa. Isabela Bragança (externa).

Ambiente-se

Ambiente-se vinculado a linha 2 (Agendas das Políticas Públicas) tem por finalidade ações voltada à difusão e produção de conhecimentos relativos à medidas de sustentabilidade pelos poderes públicos e comunidade, bem como, o apoio à práticas de desenvolvimento socioambiental, em especial, de apoio ao associativismo para catadores e assentados

Docente coordenador:

Prof. Dr. Emerson Moura (Permanente/PPGD)

Docentes integrantes:

Profa. Dra. Fernanda Alcântara (Colaboradora /PPGD) e

Prof. Dr. Ivan Ribeiro (Colaborador/PPGD)

Equipe: Aguarde

Ética, mediação e governança nas instituições

Ambiente-se vinculado a linha 2 (Agendas das Políticas Públicas) tem por finalidade ações voltada à aplicação das agendas de ética, mediação e governança nas instituições, com destaque, na Ordem dos Advogados do Brasil.

Docente coordenador: Profa. Dra. Taissa Romeiro (Permanente/PPGD)

Docentes integrantes: Prof. Dr. Benedito Fonseca Souza e Adeodato (Permanente/PPGD)

Equipe: Aguarde

Pílulas de direitos humanos

Pílulas de Direitos humanos vinculado a linha 3 (Direitos Humanos e Políticas Públicas) tem por finalidade ações voltada à difusão e produção de conhecimentos relativos à educação e promoção dos direitos humanos-fundamentais dos titulares nas políticas públicas.

Docente coordenador: Profa. Dra. Edna Raquel Hoggeman (Permanente/PPGD)

Docentes integrantes: Prof. Dr. Leonardo Andrade Mattietto (Permanente/PPGD), Prof. Dr. Oswaldo Lima Junior

(Colaborador/PPGD)

Equipe:

Profa. Dra. Maria Lúcia Paula de Oliveira e

Prof. Dr. Willis Santiago Guerra Filho

Outros produtos

O Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Direito da UNIRIO além destes projetos permanentes desenvolve ações como:

Painel de acessibilidade e políticas públicas de inclusão

Docentes responsáveis: Profa. Dra. Edna Raquel Hoggeman e Prof. Dr. Leonardo Mattietto

Equipe:

Cartilha da Participação Social em Políticas Públicas.

Docente responsável: Profa. Dra. Claudia Gurgel

Equipe:

Cartilha da Política Nacional de Defesa do Consumidor

Objetivo: Divulgar e conscientizar consumidores/fornecedores sobre a política pública federal que regula as relações de consumo.

Docente responsável: Profa. Dra. Patricia Serra Vieira (Permanente 2021/2022)

Resultados: [Clique aqui](#)





O App está de cara nova!

BAIXE AGORA

O evento já encerrou...

IV Congresso de Direito Constitucional Internacional (IV CDCI)

venha viver com a gente



Festas e Shows



Benefícios
Mastercard



Teatros e
Espetáculos



Stand Up Comedy



Congressos e
Palestras

Eventos para você



SAB, 18 MAI · 13:00

Mr. Moo Festival 17ª edição
São José dos Campos

BR-116 Rod. Pres. Dutra, km 157 sul - São José dos Campos, SP



08 MAR > 31 MAR

ÁRTICO - São Paulo 2024

Shopping Interlagos - São Paulo, SP



08 MAR > 10

Nipo Festival Shopping

Taguatinga Shopping

O melhor de cada cidade

São Paulo

Belo Horizonte

Salvador

Evento encerrado



O App está de
cara nova!

BAIXE AGORA

gresso de Direito Constitucional acional (IV CDCI)

2023 • 10:30 > 06 out - 2023 • 17:00

Evento Online via **Google Meet**

Descrição do evento

IV CONGRESO DE DERECHO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EL DESARROLLO SOCIOECONÓMICO EN AMÉRICA LATINA INSTITUCIONES ORGANIZADORAS:

UNIVERSIDAD FEDERAL DEL ESTADO DE RIO DE JANEIRO (UNIRIO). PROGRAMA DE POSGRADO "SENTIDO ESTRICTO EN DERECHO" (PPGD)

UNIVERSIDAD DE LAS AMÉRICAS

COORDINACIÓN GENERAL:

PROFE. DR. ALESANDER ESPINOZA RAUSSEO, UNIVERSIDAD DE LAS AMÉRICAS (UDLA)

PROFE. DR. EMERSON AFFONSO DA COSTA MOURA, UNIVERSIDAD FEDERAL DEL ESTADO DE RIO DE JANEIRO (PPGD/UNIRIO)

ORGANIZADORES:

PROFE. DR. ALESANDER ESPINOZA RAUSSEO, UNIVERSIDAD DE LAS AMÉRICAS (UDLA)

PROFE. DR. ANDRÉ RICARDO CRUZ FONTES, UNIVERSIDAD FEDERAL DEL ESTADO DE RIO DE JANEIRO (PPGD/UNIRIO)

PROFE. DR. FLAVIO GARCÍA CABRAL, UNIVERSIDAD FEDERAL DEL ESTADO DE RIO DE JANEIRO (PPGD/UNIRIO)

PROFE. DR. JOSÉ CARLOZ BUZANELLO, UNIVERSIDAD FEDERAL DEL ESTADO DE RIO DE JANEIRO (PPGD/UNIRIO)

PROFE. DR. EMERSON AFFONSO DA COSTA MOURA, UNIVERSIDAD FEDERAL DEL ESTADO DE RIO DE JANEIRO (PPGD/UNIRIO)

CRONOGRAMA:

Políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico na América Latina

IV CDCI
Congresso de Direito Constitucional Internacional



O App está de
cara nova!
BAIXE AGORA

05.10.23

Presidente de Mesa: Prof. Emerson Moura (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes

Problemas de Desenvolvimento e Políticas Públicas: Prof. Manoel Messias Peixinho (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil)

Algoritmo: IA, Judiciário e a Agenda 2030 do Brasil (Pontifícia Universidade Católica MG, Brasil).

11h45 a 12h30 - ODS 13 Ação climática e ODS 6 Saneamento

O litígio climático como novo meio de tutela dos Direitos Fundamentais.

Prof. Victor Hernández-Mendible (Universidad Monteavila de Caracas, Venezuela)

Serviço público essencial de água potável e saneamento básico Prof. Manoel Messias Peixinho (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil).

14h30 a 15h45 - ODS 11 cidades sustentáveis e ODS 8 Trabalho decente e desenvolvimento econômico

Desenvolvimento econômico em políticas públicas e a distribuição dos royalties para desenvolvimento das cidades Prof. Vânia Aieta (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil).

Os Desafios do Processo de Integração Regional para Redução das Desigualdades Sociais e o Desenvolvimento Econômico na América Latina Prof. Sérgio Sant'Anna (Universidade Cândido Mendes, Brasil).

Dia 05.10.23

Presidente de Mesa: Prof. André Fontes (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)

10h30 a 11h45 - ODS 16 Instituições eficazes

La neutralidad del Estado en la Educación. Formación en Principios y Valores Democráticos

Jhenny Rivas Alberti. (Universidad de las Américas, Chile).

Priscilla Brevis Cartes. Igualdad de género en el constitucionalismo democrático. ODS 5: Igualdad de género y empoderamiento de la mujer.

Priscilla Universidad de Concepción, Chile.

11h45 a 13h00 - Mesa de debate

Las obligaciones indirectas y el derecho de igualdad en las relaciones entre particulares en la esfera social-pública Alexander Rausseo (Universidad de Las Américas, Chile)

Financiamento de políticas públicas para desenvolvimento Prof. Dr. Jamir Ribeiro (Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil)

14h30 a 17h00 - Apresentação de pesquisas em Direito Constitucional

Prof. Dra. Denise Bittencourt e Janrie Rodrigues Reck (Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil).

Prof. Dr. Flavio Garcia Cabral e José Carlos Buzanello (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.)

Dia 06.10.23

Presidente de Mesa: Alexander Espinoza Rausseo (Universidad de Las Américas, Chile)

10h30 a 11h45 - ODS 10 Redução das desigualdades

Problemas actuales del Estatuto Chileno de Voto desde el Extranjero

Luis Palacios Sanabria (Universidad San Sebastián, Chile)

Superação da fome enquanto instrumento de redução das desigualdades sociais no Brasil

Fábio Perliandro (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

11h45 a 12h45 - Conferência de Encerramento

35 Anos de Constituição: Balanço Prof. Dr. Lenio Streck (PPGD/UNESA)

12h45 a 13h00 - Encerramento

Prof. Dr. Emerson Moura (Coordenador do Centro de Pesquisa de Jurisdição Constitucional)

14h30 a 17h00 - Reunião do Centro de Pesquisa em Jurisdição Constitucional

Inscrições:
Sympla



Organização:



UDLA
UNIVERSIDAD DE LAS AMERICAS

Apoio:



Política do evento

Cancelamento de pedidos pagos

Cancelamentos de pedidos serão aceitos até 7 dias após a compra, desde que a solicitação seja enviada até 48 horas antes do início do evento.

Saiba mais sobre o cancelamento

Edição de participantes

Você poderá editar o participante de um ingresso apenas uma vez. Essa opção ficará disponível até 24 horas antes do início do evento.

Saiba como editar participantes

[Termos e políticas](#) [Denunciar este evento](#)

Como acessar o evento



Acesse a aba **Ingressos**
no site ou no app Sympla
para **iOS** e
Android



Selecione o evento
desejado e toque no
botão **acessar evento**



Pronto! O link de acesso
também será enviado
para você por email.



O App está de
cara nova!

BAIXE AGORA

[Saiba mais sobre o acesso a eventos online](#)

Sobre o produtor

Centro de Pesquisa de Jurisdição Constitucional (CPJC)

Rede de pesquisa interinstitucional que investiga a jurisdição constitucional no modelo comparado,
Maiores informações em www.cpj.com.br



Fale com o produtor

Métodos de pagamento



Parcele sua compra em até 12x

Compre com total segurança

Os dados sensíveis são criptografados e não serão salvos em nossos servidores.



Google
Safe Browsing



Precisando de ajuda?

Acessa a nossa [Central de Ajuda](#) Sympla ou Fale com o produtor.



O App está de
cara nova!

BAIXE AGORA



Fale com o produtor

COMPRE PELO APP



ENCONTRE EVENTOS

CIDADES

CATEGORIAS

PARA PRODUTORES

PLANEJE SEU EVENTO

AJUDA

Ver todas opções

[Home](#) [Sobre](#) [Blog](#) [Carreiras](#) [Termos e Políticas](#) [Ética e conduta](#) [Polí](#)



Sympla Internet Soluções S.A. © Copyright 2024 - v1.37.1



O App está de cara nova!

BAIXE AGORA

O evento já encerrou...

I SIMPÓSIO DIREITO, INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

venha viver com a gente



Festas e Shows



Benefícios
Mastercard



Teatros e
Espetáculos

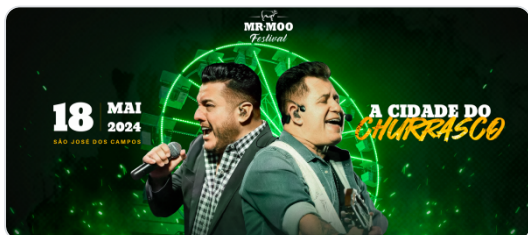


Stand Up Comedy



Congressos e
Palestras

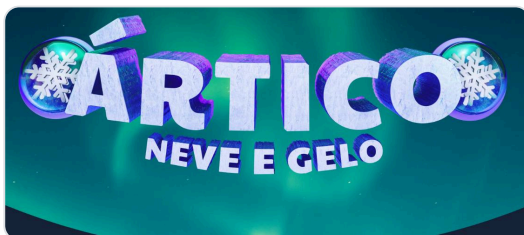
Eventos para você



SAB, 18 MAI · 13:00

Mr. Moo Festival 17ª edição
São José dos Campos

BR-116 Rod. Pres. Dutra, km 157 sul - São José dos Campos, SP



08 MAR > 31 MAR

ÁRTICO - São Paulo 2024

Shopping Interlagos - São Paulo, SP



08 MAR > 10

Nipo Festival
Shopping

Taguatinga Shopping

O melhor de cada cidade

São Paulo

Belo Horizonte

Salvador

Evento encerrado

O App está de
cara nova!

BAIXE AGORA

ÓSIÓ DIREITO, INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS CAS

2023 • 10:00 > 08 dez - 2023 • 13:00

Evento Online via **Zoom**

Descrição do evento



INSTITUIÇÃO ORGANIZADORA

Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGD/UNIRIO)

COMISSÃO ORGANIZADORA

André Fontes (PPGD/UNIRIO)

Emerson Affonso da Costa Moura (PPGD/UNIRIO)

Fabio Carlos Nascimento Wanderley (PPGD/UNIRIO)

José Carlos Buzanello (PPGD/UNIRIO)

Marilha Boldt (PPGD/UNIRIO)



O App está de
cara nova!

BAIXE AGORA

AÇÃO - DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2023

19:00 | ABERTURA

Emerson Affonso da Costa Moura (PPGD/UNIRIO)

19:10 | CONFERÊNCIA DE ABERTURA "Ativismo judicial e judicialização de políticas públicas nos sistemas de justiça da Argentina e do Brasil"

Conferencistas:

Hernán Gustavo Lombardia (Univ. Nacional de La Plata; Univ. Buenos Aires; Univ. Nacional de Lomas de Zamora / Argentina)

Plauto Cardoso (PUC Minas Gerais / Brasil)

20:00 | PAINEL "Políticas públicas no sistema de justiça do Brasil: instituições, atores e práticas"

Conferencistas:

Ligia Mori Madeira (PPGPP/UFRGS)

Taciana Barreto (UNIPB/PB)

Moderador: André Fontes (TRF 2ª Região - RJ/ES e PPGD/UNIRIO)

PROGRAMAÇÃO - DIA 08 DE DEZEMBRO DE 2023

10:00 | PAINEL "Aspectos contemporâneos sobre o controle judicial de políticas públicas"

Conferencistas:

Paulo Carmona (TJDFT e CEUB)

Sandro Dezan (CEUB)

Moderador: José Carlos Buzanello (PPGD/UNIRIO)

11:30 | CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO "Tema de Repercussão Geral nº 698: s parâmetros para intervenção do Poder Judiciário em políticas



O App está de
cara nova!

BAIXE AGORA

istas:

Fabiana de Menezes Soares (UFMG) - A confirmar

Roberta Simões (UnB)

13:00 | ENCERRAMENTO

André Fontes (TRF 2ª Região - RJ/ES e PPGD/UNIRIO)

**EVENTO ON-LINE - CONFERÊNCIAS EM PORTUGUÊS E ESPANHOL (SEM TRADUÇÃO
SIMULTÂNEA)**

Política do evento

Cancelamento de pedidos pagos

Cancelamentos de pedidos serão aceitos até 7 dias após a compra, desde que a solicitação seja enviada até 48 horas antes do início do evento.

[Saiba mais sobre o cancelamento](#)

Edição de participantes

Você poderá editar o participante de um ingresso apenas uma vez. Essa opção ficará disponível até 24 horas antes do início do evento.

[Saiba como editar participantes](#)

[Termos e políticas](#) [Denunciar este evento](#)

Como acessar o evento



O App está de
cara nova!

BAIXE AGORA



ba Ingressos
o app Sympla
l para **iOS** e
Android



Selecione o evento
desejado e toque no
botão **acessar evento**



Pronto! O link de acesso
também será enviado
para você por email.

[Saiba mais sobre o acesso a eventos online](#)

Sobre o produtor



Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIRIO

O Programa de Pós-Graduação em Direito, oferecido pelo Centro de Ciências Jurídicas e Políticas da UNIRIO, tem o objetivo geral de produzir conhecimento na área do Direito, integrando ensino e pesquisa, atividade docente e discente, estabelecendo um campo de reflexão voltado para as questões relativas à efetivação dos dispositivos constitucionais e tratados internacionais que reforçam o Estado Social e Democrático de Direito.



Fale com o produtor



Mais eventos

Métodos de pagamento



💰 **Parcele sua compra em até 12x**

Compre com total segurança



O App está de
cara nova!

BAIXE AGORA

Seus dados sensíveis são criptografados e não serão salvos em nossos servidores.



Google
Safe Browsing



Precisando de ajuda?

Acessa a nossa [Central de Ajuda](#) Sympla ou Fale com o produtor.



Fale com o produtor

COMPRE PELO APP



ENCONTRE EVENTOS

CIDADES

CATEGORIAS

PARA PRODUTORES

PLANEJE SEU EVENTO

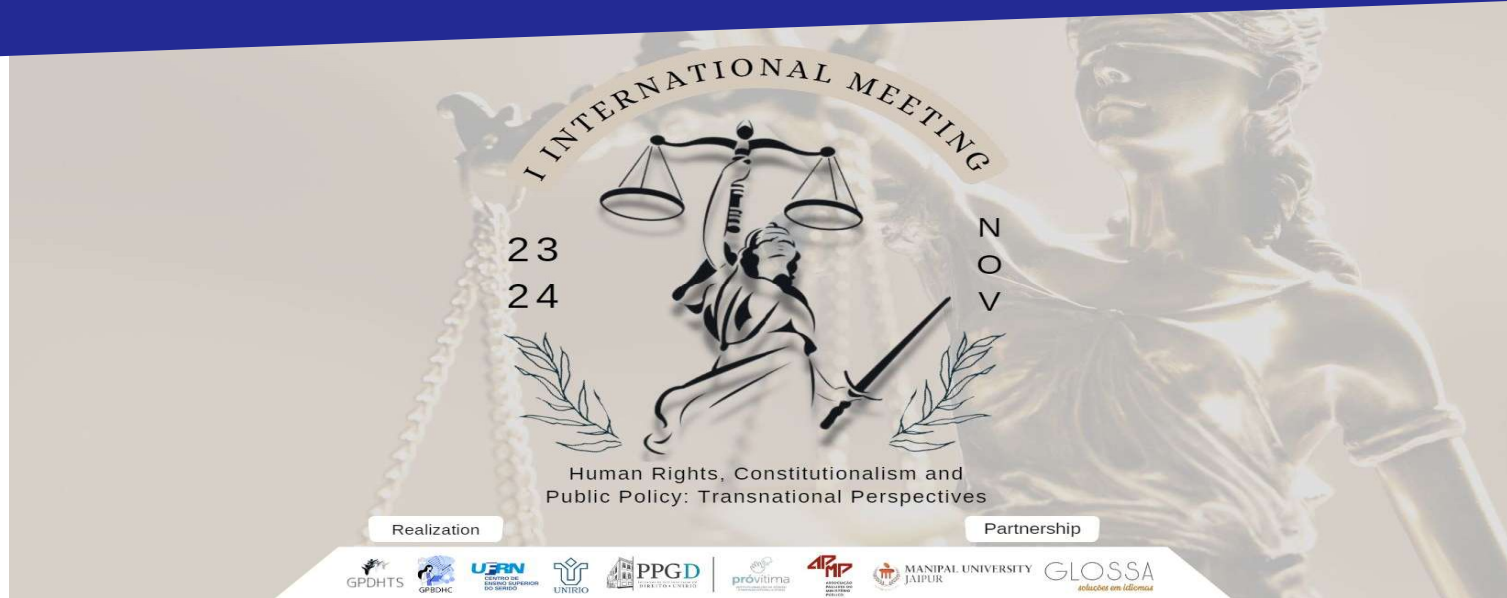
AJUDA

Ver todas opções

[Home](#) [Sobre](#) [Blog](#) [Carreiras](#) [Termos e Políticas](#) [Ética e conduta](#) [Polí](#)



Sympla Internet Soluções S.A. © Copyright 2024 - v1.37.1



Rio de Janeiro, December 2022.

Prof. Dr. Benedito Fonseca e Souza Adeodato

CONFIRMATION LETTER

Dear Professor,

The organization of I - International Meeting "Humans Rights, Constitutionalism and Public Policy: Transnational Perspectives", confirms that Professor **BENEDITO FONSECA E SOUZA ADEODATO** participated as a member of the organization commission of the event organized by the Faculty of Law, the PPGD - Master in Law of the Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO), and the Law Course of the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), in November 23rd and 24th, 2022.

Best Regards,


PhD. Edna Raquel Hogemann
Event Coordinator – UNIRIO


PhD. Oswaldo Lima Jr
Event Coordinator – UNIRIO/UFRN

UNIRIO
Federal University of the
State of Rio de Janeiro

UFRN
Federal University of Rio
Grande do Norte

PPGD - UNIRIO
Law Postgraduate Program
Master's Degree in Law

Back



JOURNAL ARTICLE  OPEN ACCESS

How is a Community Urban Garden Program Related to the Law? Analysis of Hortas Cariocas (Rio de Janeiro, Brazil)

Felipe Jardim, Angela Moulin Simoes Penalva Santos, Dennis Eversberg and Emerson Moura

2023

★ Appears in [University of St. Thomas Journal of Law & Public Policy](#)

- Abstract
- Files and links (1)
- Metrics
- Details

Abstract

 [Public Goods](#) | [Urban Garden](#) | [International Law](#) | [Tax Law](#) | [Agriculture Law](#) | [Health Law and Policy](#) | [Legislation](#) | [Other Law](#) | [Property Law and Real Estate](#) | [Public Law and Legal Theory](#) | [Law](#) | [Law and Society](#) | [Infrastructure](#) | [Agriculture](#) | [Sustainable Development](#) | [Constitutional Law](#) | [Environmental Law](#)

Files and links (1)


PDF

HOW IS A COMMUNITY URBAN GARDEN PROGR... | 6.44 MB [Download](#)  [View](#)

Open Access

Metrics

 135 File views/ downloads

 141 Record Views

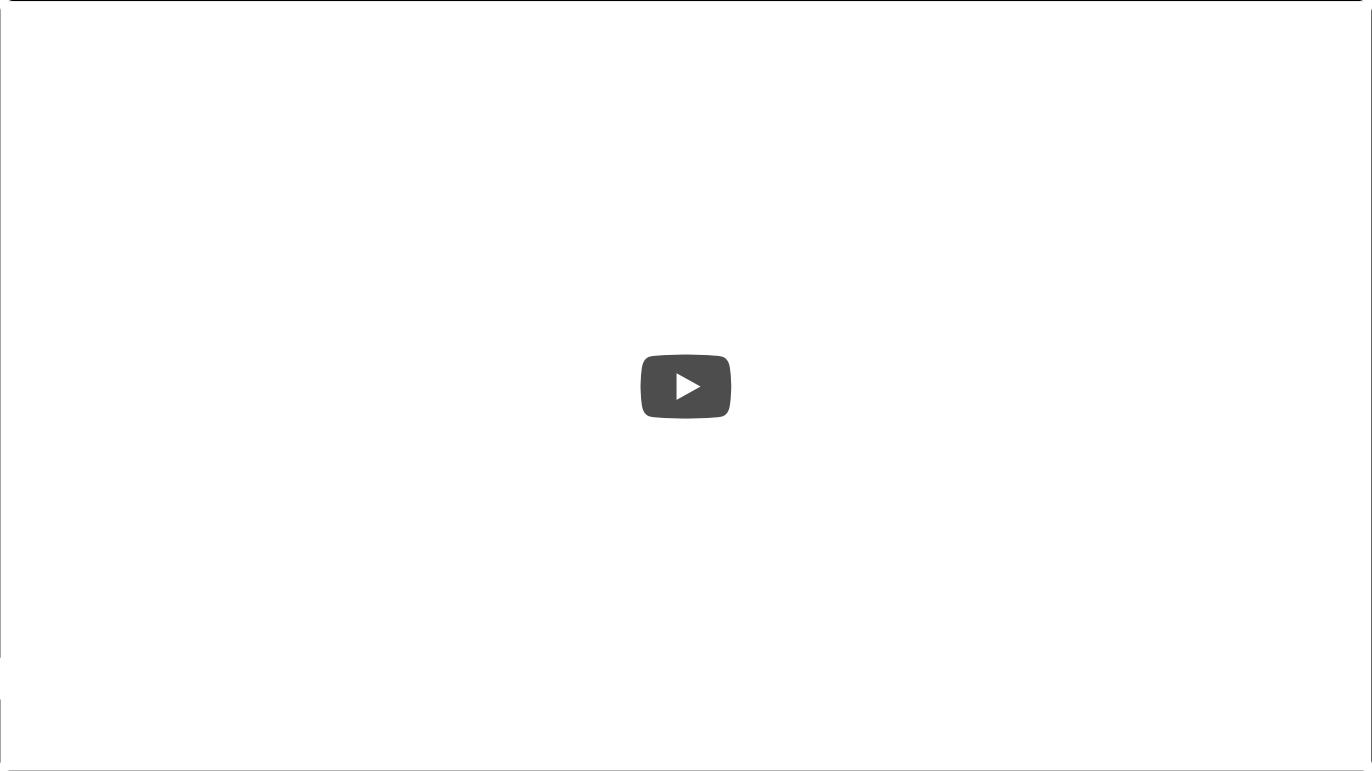
Details

TITLE How is a Community Urban Garden Program Related to the Law?
Analysis of Hortas Cariocas (Rio de Janeiro, Brazil)

AUTHOR/CREATOR Felipe Jardim
Angela Moulin Simoes Penalva Santos
Dennis Eversberg
Emerson Moura

ACADEMIC UNIT University of St. Thomas Journal of Law & Public Policy

LANGUAGE English



O replay do chat ao vivo foi desativado para este vídeo.

VI CONGRESSO NACIONAL DE DIREITO DA CIDADE



EMERJ

28,3 mil inscritos

Inscriver-se

 14



 Compartilhar



201 visualizações Transmitido ao vivo em 29 de ago. de 2023
ABERTURA:

- Des. Marcos Alcino de Azevedo Torres (Presidente do Fórum Permanente de Direito da Cidade/EMERJ)
- Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura (PPGD/UNIRIO)
- Prof. Dr. Mauricio Jorge Pereira da Mota (PPGD/UERJ)

CONFERÊNCIA:

Prof. Dr. Emilio José Urbina Mendoza

Doutor em Direito pela Universidad de Deusto

Professor do Programa de Doutorado em Direito na Universidad Católica Andrés Bello

MESA DE DEBATE:

NOVO MARCO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: MINHA CASA MINHA VIDA NA LEI Nº 14.620/2023

Profa. Dra. Arícia Correia Fernandes (PPGD/UERJ)

Prof. Dr. Paulo Carmona (PPGD/UNICEUB)

12:30 às 14:00 – INTERVALO PARA ALMOÇO

Prof. Dr. Andreas Krell (PPGD/UFAL)

Prof. Dr. Emerson Moura (PPGD/UNIRIO)

Prof. Dr. Maurício Mota (RPDC)

MESA DE DEBATE:

MUDANÇAS NO NOVO MARCO DO SANEAMENTO BÁSICO E IMPACTOS NAS CIDADES

Profa. Dra. Adriana da Costa Ricardo Schier (UNIBRASIL)

Profa. Dra. Ligia Maria (PPGD/UFCE)

Prof. Dr. Gilberto Silvestre (PPGD/UFES)

Prof. Dr. Thiago Marrara (PPGD/USP)

Música

1 músicas

368
Dyalla
368

Música

Transcrição

Acompanhe usando a transcrição.

Mostrar transcrição

EMERJ

28,3 mil inscritos

Vídeos

Sobre

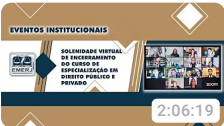
Facebook

Instagram

Twitter

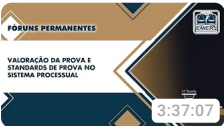
Mostrar menos

Todos De EMERJ Apresentações Notícias mundiais Relacionados Enviados recentemente



Solenidade Virtual de Encerramento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado

EMERJ
1,3 mil visualizações • Transmitido há 2 anos



VALORAÇÃO DA PROVA E STANDARDS DE PROVA NO SISTEMA PROCESSUAL

EMERJ
2 mil visualizações • Transmitido há 2 anos



ISRAEL X HAMAS CONTEXTO HISTÓRICO, JURÍDICO E GEOPOLÍTICO

EMERJ
2,3 mil visualizações • Transmitido há 6 dias
Novo

WEBINAR: "Lei da Alienação Parental"

EMERJ
2,4 mil visualizações • Transmitido há 3 anos



BR

seminario de regularização fundiaria emerson affonso



O replay do chat ao vivo foi desativado para este vídeo.

III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – DIREITO À MORADIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

**EMERJ**

28,3 mil inscritos

[Inscrever-se](#)

16

 [Compartilhar](#)

238 visualizações Transmitido ao vivo em 14 de nov. de 2023

14 de novembro de 2023 das 10h às 13h. Evento presencial: Auditório Des. Paulo Roberto Leite Ventura, Rua Dom Manuel, nº 25, Centro/RJ, 1º andar EMERJ.

Abertura:

Marcos Alcino de Azevedo Torres

Desembargador do TJRJ e Presidente do Fórum Permanente de Direito da Cidade da EMERJ

Professor da UERJ

Conferência:

DIREITO À CIDADE VS DIREITO À HABITAÇÃO: UMA DISPUTA PERMANENTE NO ÂMBITO DO DIREITO URBANÍSTICO E DA JURISPRUDÊNCIA VENEZUELANA

Emílio José Urbina Mendoza

Doutor em Direito pela Universidad de Deusto

Professor do Programa de Doutorado em Direito na Universidad Católica Andrés Bello

Debatedor:

Mauricio Jorge Pereira da Mota

Procurador do Estado do Rio de Janeiro

Professor da UERJ

BR

DIREITO DE MORADIA: QUAL O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE CONTROLE?

Presidente da mesa:

Aricia Fernandes Correia

Procuradora do Município do Rio de Janeiro

Diretora do Centro de Estudos da PGM-Rio

Professora da UERJ

Expositores:

Laura Ullmann López

Juíza de Direito em Tramandaí/TJRS

Julio José Araujo Junior

Procurador da República – Procurador Regional dos Direitos do Cidadão Adjunto – PRDC/RJ

Público

Viviane Santos Tardelli

Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro

Coordenadora do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUTH/DPRJ)

2ª Roda de Conversa:

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GOVERNO E DIREITO À MORADIA: REBOOT DA LEI MINHA CASA MINHA VIDA E O QUE RESTA DA CASA VERDE E AMARELA?

Presidente da mesa:

Emerson Affonso da Costa Moura

Advogado

Professor da UNIRIO e da UFRRJ

Pesquisadores da UERJ:

Alvaro Barbosa, Ana Luiza Claro, Andre Bonan, Carolyne Ribeiro, Eric Andrade, Hilton Rodrigues, Joice Bahiense, Karen Bissani, Luciano Martins, Rafaelle Felice, Roberto Hugo Filho e Taina de Oliveira

Encerramento:

Lançamento do livro "Casa Verde e Amarela"

Coordenadores do livro: Prof. Dr. Emerson Moura, Prof. Dr. Marcos Alcino de Azevedo Torres e Prof. Dr. Maurício Mota

Música

1 músicas



BR



Música

Transcrição

Acompanhe usando a transcrição.

[Mostrar transcrição](#)**EMERJ**

28,3 mil inscritos



Vídeos



Sobre

Facebook

Instagram

Twitter

Mostrar menos

Todos

Da sua pesquisa

De EMERJ

Debates

Apresentações

Notícias mundiais

Notícias sobre política

Relacionados

Para você

**Hora da Verdade TJ SP: Informática - Prof. Emannelle Gouveia**

Estratégia Concursos ✓

88 mil visualizações • Transmitido há 9 meses

**Redação Oficial para Concursos em UMA AULA - Prof. Luiz Felipe**

Estratégia Concursos ✓

18 mil visualizações • Transmitido há 1 mês

**MIGUEL NICOLELIS (NEUROCIENTISTA) - Inteligência Ltda. Podcast #578**

Inteligência Ltda

1,9 mi de visualizações • Transmitido há 1 ano

**Entenda os diferentes regimes de bens**

OAB SÃO PAULO

162 mil visualizações • há 7 anos

**Retrospectiva 2023: Atualidades - Prof. Leandro Signori**

Estratégia Concursos ✓

16 mil visualizações • Transmitido há 2 meses

**Falsos advogados ligam para vítimas para avisar sobre suposto dinheiro a receber de processos**

Domingo Espetacular ✓

197 mil visualizações • há 6 dias

Novo

**Seminário Violências de Gênero e Trabalho | 06/03**

Tribunal Superior do Trabalho ✓

923 visualizações • Transmitido há 4 dias

Novo

**Escondidinho da Amada | Temporada 01 - EP01 | Pesadelo na Cozinha**

Pesadelo na Cozinha ✓

2,5 mi de visualizações • há 10 meses

**Direito Constitucional para Concursos: Os assuntos que MAIS CAEM em concursos**

Estratégia Concursos ✓

49 mil visualizações • Transmitido há 2 meses

**XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO
CONPEDI BUENOS AIRES –
ARGENTINA**

**DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURIDADE I**

EDNA RAQUEL RODRIGUES SANTOS HOGEMANN

KAREN BELTRAME BECKER FRITZ

LISLENE LEDIER AYLON

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direitos Sociais, Políticas públicas e Seguridade I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann; Karen Beltrame Becker Fritz; Lislene Ledier Aylon. – Florianópolis: CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-817-2

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Derecho, Democracia, Desarrollo y Integración

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos Sociais. 3. Políticas públicas e seguridade. XII Encontro Internacional do CONPEDI Buenos Aires – Argentina (2: 2023 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI BUENOS AIRES – ARGENTINA

DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURIDADE I

Apresentação

Apresentação

O XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI BUENOS AIRES – ARGENTINA, foi realizado em parceria com a Universidade de Buenos Aires (UBA), tendo como temática central “Derecho, democracia, desarrollo e integration”. Esse tema suscitou intensos debates desde a abertura do evento e os desdobramentos ao decorrer da apresentação dos trabalhos e da realização das plenárias, sempre utilizando o espaço presencial.

Sob a coordenação das professoras Pós-Dra. Edna Raquel Hogemann (UNIRIO /UNIGRANRIO), Karen Beltrame Becker Fritz (Universidade de Passo Fundo) e Lislene Ledier Aylon o GT DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURIDADE I proporcionou sua contribuição ao evento, com exposições orais e debates caracterizados pela atualidade e originalidade quanto pela profundidade dos assuntos abordados pelos expositores.

É importante ressaltar que a diversidade de perspectivas em relação aos temas discutidos fez com que o encontro se tornasse dinâmico, produtivo, agradável e extremamente enriquecedor no que diz respeito à contribuição para a produção do conhecimento.

Eis os trabalhos apresentados:

A EFETIVAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE DOS TRANSMIGRANTES NO ESTADO DO RS: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO (HUMANIZASUS) PELA METATEORIA DO DIREITO FRATERO

Janaína Machado Sturza , Gabrielle Scola Dutra , Claudia Marilia França Lima Marques

A ESCOLA PÚBLICA COMO INSTITUIÇÃO DE GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO: O CASO BRASILEIRO PÓS-1988

Rodrigo Miotto dos Santos , Marcos Leite Garcia , Luiz Magno Pinto Bastos Junior

A VIOLÊNCIA NEURONAL, OS TRÊS “SUPERS” E OS DIREITOS DA
PERSONALIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DAS TEORIAS DE BYUNG-CHUL HAN
E IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS

Karyta Muniz de Paiva Lessa , Marcus Geandré Nakano Ramiro

A VULNERABILIDADE DOS “REFUGIADOS AMBIENTAIS” E AS PROPOSTAS
INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO JURÍDICA ESPECÍFICA

Claudia Valim Rossi , Marcus Geandré Nakano Ramiro

ATUAÇÃO DO LEGISLATIVO CATARINENSE NA GARANTIA DOS DIREITOS DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA E AS POLÍTICAS DE CUIDADO: UMA ANÁLISE DA
19ª LEGISLATURA CATARINENSE

Marcela Diniz dos Santos , Pedro S Fernandes , Marília Segabinazzi Reinig

DE BEM-VINDOS A INDESEJÁVEIS: A POLÍTICA PÚBLICA MIGRATÓRIA
BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Ivone Fernandes Morcilo Lixa , Patricia Maccari , Livia Solana Pfuetzenreiter de Lima
Teixeira

DOS MECANISMO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO
DE RUA: CONCEDENDO EXISTÊNCIA AO INEXISTENTE

Suelen Maiara dos Santos Alécio , Dirceu Pereira Siqueira

DOS MECANISMO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO
DE RUA: CONCEDENDO EXISTÊNCIA AO INEXISTENTE

Suelen Maiara dos Santos Alécio , Dirceu Pereira Siqueira

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA EM PROL DA MITIGAÇÃO
DE RISCOS CLIMÁTICOS

Anna Gabert Nascimento , Laura Prado de Ávila , Sabrina Cadó

EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA POR MEIO DO MODELO HOUSING FIRST
PARA A PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

Suelen Maiara dos Santos Alécio , Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão

GRAVIDEZ PRECOCE: IMPACTOS SOCIAIS, DIREITOS DA PERSONALIDADE E
POLÍTICAS PÚBLICAS

Karyta Muniz de Paiva Lessa , Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão

JUSTIÇA, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Márcia Haydée Porto de Carvalho , Aleksandra Lyra Pessoa dos Reis Caldas , José
Aristóbulo Caldas Fiquene Barbosa

GUARDA COMPARTILHADA E ALIENAÇÃO PARENTAL: BENEFÍCIOS E
DESAFIOS DO DIREITO CONTEMPORÂNEO PARA ASSEGURAR A DIGNIDADE
DO MENOR DIANTE DA SEPARAÇÃO

Erika Araújo de Castro , Danilo Rinaldi dos Santos Jr. , Clarindo Ferreira Araújo Filho

PANDEMIA DA COVID-19, CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E SISTEMAS DE
CONTROLE: UM EQUILÍBRIO DELICADO

Janaína Rigo Santin , Anna Gabert Nascimento

POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO:
DILEMAS E DESAFIOS

Ivone Fernandes Morcilo Lixa , Patricia Maccari , Livia Solana Pfuetzenreiter de Lima
Teixeira

POLÍTICAS PÚBLICAS E MIGRAÇÃO: A SAÚDE COMO FATOR DE INTEGRAÇÃO
SOCIAL DOS MIGRANTES NO BRASIL

Janaína Machado Sturza , Claudia Marília França Lima Marques , Gabrielle Scola Dutra

REFLEXÕES A RESPEITO DO CONSÓRCIO CHANGER: TENSÕES E DESAFIOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS FOCADAS NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À BIOÉTICA

Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann , Oswaldo Pereira De Lima Junior , Benedito Fonseca e Souza Adeodato

SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS NO COMBATE À CORRUPÇÃO: QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS E JURÍDICO-CULTURAIS QUE CONDUZEM A NOVAS ATRIBUIÇÕES DOS CARTÓRIOS PELO PROVIMENTO Nº 88/2019 DO CNJ E A IMPORTÂNCIA DO COMPLIANCE

Erika Araújo de Castro , Clarindo Ferreira Araújo Filho , Danilo Rinaldi dos Santos Jr.

TECENDO POLÍTICAS PÚBLICAS: A IMPORTÂNCIA DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann , Solange Ferreira de Moura

**REFLEXÕES A RESPEITO DO CONSÓRCIO CHANGER: TENSÕES E DESAFIOS
EM POLÍTICAS PÚBLICAS FOCADAS NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
APLICADA À BIOÉTICA**

**REFLECTIONS ON THE CHANGER CONSORTIUM: TENSIONS AND
CHALLENGES TO PUBLIC POLICIES FOCUSED ON ARTIFICIAL
INTELLIGENCE APPLIED TO BIOETHICS**

**Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann
Oswaldo Pereira De Lima Junior
Benedito Fonseca e Souza Adeodato**

Resumo

Trata o presente ensaio de apresentar o projeto intitulado Consórcio CHANGER, uma iniciativa internacional pioneira que utiliza e reflete sobre a inteligência artificial para abordar dilemas bioéticos de forma inovadora. Os autores são docentes pesquisadores da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) que ao lado de um pool multiprofissional de professores e pesquisadores de diversos países busca tratar reflexivamente e sugerir novos protocolos de ética em pesquisa, para políticas públicas frente aos dilemas morais relacionados e decorrentes da utilização das novas tecnologias (Inteligência Artificial - IA, Consenso Informado Eletronicamente, Edição Genética etc.). O trabalho apresenta a composição e o escopo do Consórcio, bem como se debruça, numa abordagem inicial, a respeito das perspectivas apontadas em relação às questões éticas em compliance e os novos arranjos bioéticos decorrentes da utilização da Inteligência Artificial, para, num segundo momento ingressar num refletir acerca dos mecanismos existentes para a supervisão da ética em pesquisas, mormente as que utilizam ou se voltam para a vida e a saúde humanas, apontando, conclusivamente, para aspectos importantes a serem contemplados nas pesquisas a serem promovidas pelo Consórcio. Vale-se da abordagem quanti-qualitativa e objetivos exploratórios, a partir da utilização do método hipotético-dedutivo.

Palavras-chave: Inteligência artificial, Bioética, Consórcio changer, Pesquisa, Políticas públicas

Abstract/Resumen/Résumé

This essay is about presenting the project entitled Consortium CHANGER, a pioneering international initiative that uses and reflects on artificial intelligence to address bioethical dilemmas in an innovative way. The authors are research professors at the Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO) who, alongside a multidisciplinary pool of professors and researchers from different countries, seek to reflectively treat and suggest new research ethics protocols in the face of moral dilemmas to public policies related to and arising from the use of new technologies (Artificial Intelligence - AI, Electronically Informed

**XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO
CONPEDI BUENOS AIRES –
ARGENTINA**

**DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURIDADE I**

EDNA RAQUEL RODRIGUES SANTOS HOGEMANN

KAREN BELTRAME BECKER FRITZ

LISLENE LEDIER AYLON

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direitos Sociais, Políticas públicas e Seguridade I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann; Karen Beltrame Becker Fritz; Lislene Ledier Aylon. – Florianópolis: CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-817-2

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Derecho, Democracia, Desarrollo y Integración

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos Sociais. 3. Políticas públicas e seguridade. XII Encontro Internacional do CONPEDI Buenos Aires – Argentina (2: 2023 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI BUENOS AIRES – ARGENTINA

DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURIDADE I

Apresentação

Apresentação

O XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI BUENOS AIRES – ARGENTINA, foi realizado em parceria com a Universidade de Buenos Aires (UBA), tendo como temática central “Derecho, democracia, desarrollo e integration”. Esse tema suscitou intensos debates desde a abertura do evento e os desdobramentos ao decorrer da apresentação dos trabalhos e da realização das plenárias, sempre utilizando o espaço presencial.

Sob a coordenação das professoras Pós-Dra. Edna Raquel Hogemann (UNIRIO /UNIGRANRIO), Karen Beltrame Becker Fritz (Universidade de Passo Fundo) e Lislene Ledier Aylon o GT DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURIDADE I proporcionou sua contribuição ao evento, com exposições orais e debates caracterizados pela atualidade e originalidade quanto pela profundidade dos assuntos abordados pelos expositores.

É importante ressaltar que a diversidade de perspectivas em relação aos temas discutidos fez com que o encontro se tornasse dinâmico, produtivo, agradável e extremamente enriquecedor no que diz respeito à contribuição para a produção do conhecimento.

Eis os trabalhos apresentados:

A EFETIVAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE DOS TRANSMIGRANTES NO ESTADO DO RS: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO (HUMANIZASUS) PELA METATEORIA DO DIREITO FRATERO

Janaína Machado Sturza , Gabrielle Scola Dutra , Claudia Marilia França Lima Marques

A ESCOLA PÚBLICA COMO INSTITUIÇÃO DE GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO: O CASO BRASILEIRO PÓS-1988

Rodrigo Miotto dos Santos , Marcos Leite Garcia , Luiz Magno Pinto Bastos Junior

A VIOLÊNCIA NEURONAL, OS TRÊS “SUPERS” E OS DIREITOS DA
PERSONALIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DAS TEORIAS DE BYUNG-CHUL HAN
E IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS

Karyta Muniz de Paiva Lessa , Marcus Geandré Nakano Ramiro

A VULNERABILIDADE DOS “REFUGIADOS AMBIENTAIS” E AS PROPOSTAS
INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO JURÍDICA ESPECÍFICA

Claudia Valim Rossi , Marcus Geandré Nakano Ramiro

ATUAÇÃO DO LEGISLATIVO CATARINENSE NA GARANTIA DOS DIREITOS DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA E AS POLÍTICAS DE CUIDADO: UMA ANÁLISE DA
19ª LEGISLATURA CATARINENSE

Marcela Diniz dos Santos , Pedro S Fernandes , Marília Segabinazzi Reinig

DE BEM-VINDOS A INDESEJÁVEIS: A POLÍTICA PÚBLICA MIGRATÓRIA
BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Ivone Fernandes Morcilo Lixa , Patricia Maccari , Livia Solana Pfuetzenreiter de Lima
Teixeira

DOS MECANISMO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO
DE RUA: CONCEDENDO EXISTÊNCIA AO INEXISTENTE

Suelen Maiara dos Santos Alécio , Dirceu Pereira Siqueira

DOS MECANISMO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO
DE RUA: CONCEDENDO EXISTÊNCIA AO INEXISTENTE

Suelen Maiara dos Santos Alécio , Dirceu Pereira Siqueira

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA EM PROL DA MITIGAÇÃO
DE RISCOS CLIMÁTICOS

Anna Gabert Nascimento , Laura Prado de Ávila , Sabrina Cadó

EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA POR MEIO DO MODELO HOUSING FIRST
PARA A PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

Suelen Maiara dos Santos Alécio , Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão

GRAVIDEZ PRECOCE: IMPACTOS SOCIAIS, DIREITOS DA PERSONALIDADE E
POLÍTICAS PÚBLICAS

Karyta Muniz de Paiva Lessa , Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão

JUSTIÇA, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Márcia Haydée Porto de Carvalho , Aleksandra Lyra Pessoa dos Reis Caldas , José
Aristóbulo Caldas Fiquene Barbosa

GUARDA COMPARTILHADA E ALIENAÇÃO PARENTAL: BENEFÍCIOS E
DESAFIOS DO DIREITO CONTEMPORÂNEO PARA ASSEGURAR A DIGNIDADE
DO MENOR DIANTE DA SEPARAÇÃO

Erika Araújo de Castro , Danilo Rinaldi dos Santos Jr. , Clarindo Ferreira Araújo Filho

PANDEMIA DA COVID-19, CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E SISTEMAS DE
CONTROLE: UM EQUILÍBRIO DELICADO

Janaína Rigo Santin , Anna Gabert Nascimento

POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO:
DILEMAS E DESAFIOS

Ivone Fernandes Morcilo Lixa , Patricia Maccari , Livia Solana Pfuetzenreiter de Lima
Teixeira

POLÍTICAS PÚBLICAS E MIGRAÇÃO: A SAÚDE COMO FATOR DE INTEGRAÇÃO
SOCIAL DOS MIGRANTES NO BRASIL

Janaína Machado Sturza , Claudia Marília França Lima Marques , Gabrielle Scola Dutra

REFLEXÕES A RESPEITO DO CONSÓRCIO CHANGER: TENSÕES E DESAFIOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS FOCADAS NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À BIOÉTICA

Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann , Oswaldo Pereira De Lima Junior , Benedito Fonseca e Souza Adeodato

SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS NO COMBATE À CORRUPÇÃO: QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS E JURÍDICO-CULTURAIS QUE CONDUZEM A NOVAS ATRIBUIÇÕES DOS CARTÓRIOS PELO PROVIMENTO Nº 88/2019 DO CNJ E A IMPORTÂNCIA DO COMPLIANCE

Erika Araújo de Castro , Clarindo Ferreira Araújo Filho , Danilo Rinaldi dos Santos Jr.

TECENDO POLÍTICAS PÚBLICAS: A IMPORTÂNCIA DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann , Solange Ferreira de Moura

TECENDO POLÍTICAS PÚBLICAS: A IMPORTÂNCIA DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

WEAVING PUBLIC POLICIES: THE IMPORTANCE OF EXTENSION CURRICULARIZATION IN DISTANCE EDUCATION COURSES IN BRAZIL

**Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann
Solange Ferreira de Moura**

Resumo

Este texto aborda, reflexivamente, a importância da curricularização da extensão nos cursos de educação superior a distância no Brasil, tendo em conta que curricularização da extensão é um processo que integra a obrigatoriedade de atividades de extensão em, no mínimo, dez por cento da carga horária mínima dos currículos de todos os cursos de graduação, ampliando o impacto social e a formação cidadã dos estudantes e a aplicação prática das competências desenvolvidas. O artigo destaca a amplitude da política pública e os benefícios dela decorrentes para a educação superior, especialmente, na modalidade a distância, bem como os desafios e estratégias para sua efetiva implementação para os cursos superiores da modalidade do ensino a distância, tanto em instituições públicas quanto privadas. Por meio de uma abordagem teórica e metodológica, que se vale da utilização de revisão bibliográfica e acesso a elementos documentais, as autoras do ensaio discutem como essa prática contribui para o enriquecimento da formação dos estudantes e o fortalecimento da responsabilidade social das instituições privadas e públicas de ensino superior a distância.

Palavras-chave: Extensão, Curricularização, Ensino a distância, Ensino superior, políticas públicas

Abstract/Resumen/Résumé

This text reflexively addresses the importance of extension curricularization in higher distance education courses in Brazil, taking into account that extension curricularization is a process that integrates the obligation of extension activities in at least ten percent of the minimum workload of the curricula of all undergraduate courses, expanding the social impact and citizenship training of students and the practical application of the skills developed. The article highlights the breadth of public policy and the benefits arising from it for higher education, especially in the distance mode, as well as the challenges and strategies for its effective implementation for higher education courses in the distance learning modality, both in public institutions how private. Through a theoretical and methodological approach, which makes use of a bibliographical review and access to documentary elements, the authors of the essay discuss how this practice contributes to the enrichment of students' training and the strengthening of the social responsibility of private and public institutions of distance learning.

[Home](#) ([../index.aspx](#)) > [Journals](#) ([index.aspx](#)) > [Article](#)

[Beijing Law Review](#) ([journalarticles.aspx?journalid=260](#)) > Vol.14 No.3, September 2023 ([home.aspx?issueid=18302#127770](#))


Public Administration and Innovation: E-Government in the International Perspective

Leandro Sarai ([articles.aspx?searchcode=Leandro++Sarai&searchfield=authors&page=1](#))¹, Carolina Zancaner Zockun ([articles.aspx?searchcode=Carolina+Zancaner++Zockun&searchfield=authors&page=1](#))²  (<https://orcid.org/0000-0002-4711-1918>), Flávio Garcia Cabral ([articles.aspx?searchcode=Fl%C3%A1vio+Garcia++Cabral&searchfield=authors&page=1](#))¹

¹AGU School, Brasilia, Brazil ([articles.aspx?searchcode=AGU+School%2c+Brasilia%2c+Brazil&searchfield=affs&page=1](#)).

²Administrative Law, Pontifical Catholic University, São Paulo, Brazil ([articles.aspx?](#)

[searchcode=Administrative+Law%2c+Pontifical+Catholic+University%2c+S%26atilde%3bo+Paulo%2c+Brazil&searchfield=affs&page=1](#)).

DOI: 10.4236/blr.2023.143074 (<https://doi.org/10.4236/blr.2023.143074>) **PDF** ([//www.scirp.org/pdf/blr_2023091815532280.pdf](http://www.scirp.org/pdf/blr_2023091815532280.pdf))

HTML ([//www.scirp.org/journal/paperinformation.aspx?paperid=127770](http://www.scirp.org/journal/paperinformation.aspx?paperid=127770)) **XML** ([//www.scirp.org/xml/127770.xml](http://www.scirp.org/xml/127770.xml)) **139**

Downloads **1.212** Views

Abstract

The text seeks to understand the relationship between innovation and Public Administration and, based on this understanding, promote a reflection on Brazil's transition to "Digital Government" (e-Government). The questions posed in the research were: Would there be other possibilities for innovation? What factors help and hinder the implementation of Digital Government? What lessons can be learned from this study? Through the hypothetico-deductive and inductive methodology, and from an individual analysis of countries that are ahead of Brazil in the World Bank's GovTech Maturity Index (GTMI), it was possible to confirm the hypothesis that there are other models of Digital Government, as well how to ascertain factors to ensure your implementation success. The research also opens space for further research on digital government.

Keywords

Digital Government ([articles.aspx?searchcode=Digital+Government&searchfield=keyword&page=1&skid=0](#)), International Comparison ([articles.aspx?searchcode=+International+Comparison&searchfield=keyword&page=1&skid=0](#)), GovTech Maturity Index (GTMI) ([articles.aspx?searchcode=+GovTech+Maturity+Index+\(GTMI\)&searchfield=keyword&page=1&skid=0](#)), E-Government ([articles.aspx?searchcode=+E-Government&searchfield=keyword&page=1&skid=0](#)), Implementation ([articles.aspx?searchcode=+Implementation&searchfield=keyword&page=1&skid=0](#))

Share and Cite:

([/#facebook](#)) ([/#twitter](#)) ([/#linkedin](#)) ([/#sina_weibo](#))

(<https://www.addtoany.com/share?url=https%3A%2F%2Fwww.scirp.org%2Fjournal%2Fpaperinformation%3Fpaperid%3D127770&title=Public%20Administration%20in%20the%20International%20Perspective>)

Sarai, L. , Zockun, C. and Cabral, F. (2023) Public Administration and Innovation: E-Government in the International Perspective. *Beijing Law Review*, **14**, 1352-1371. doi: 10.4236/blr.2023.143074 (<https://doi.org/10.4236/blr.2023.143074>).

1. Introduction

Brazil recently enacted Law No. 14, 129, of March 29, 2021, which provides, among other provisions, on "principles, rules and instruments for the Digital Government". Among the aspects regulated by the Law are the principles and guidelines for the digitization process; the digital form of identification of public service users; the notion of government as a platform; electronic domicile rules; encouraging innovation; and the form of control of public services in this new context (Cabral & Sarai, 2023: pp. 952-955) .

Among the scientific questions raised by this innovation in the legal system, three were selected: Would there be other possibilities for configuring Digital Government? What factors help and hinder the implementation of Digital Government? What lessons can be drawn from this research?

To answer the first question, the study will use the hypothetico-deductive methodology. The hypothesis that arises is that there are other configuration possibilities. The second and third questions will be approached mainly from the inductive method (Mezzaroba & Monteiro, 2009: p. 62, 68) .



IPSA  **AISP**

27th World Congress of Political Science

27ème Congrès mondial de science politique

27° Congreso Mundial de Ciencia Política

15-19 JULY 2023 | **BUENOS AIRES, ARGENTINA**

Politics in the Age of Transboundary Crises: Vulnerability and Resilience

PROGRAM



JOIN US FOR THESE 2023 KELLOGG INSTITUTE-SPONSORED SESSIONS

PRESIDENTIAL PLENARY

New World A Comin...? The Political and Social Dimensions of Change and Crises Across A World without Boundaries

Sunday 16 July | 13:45 UTC-3 (1 hour 30 minutes)

Room: SJ2 Juan Pablo II

Speakers: IPSA President Dianne Pinderhughes, Kellogg Institute Director Aníbal Pérez-Liñán, Terri Givens, Peter Anyang' Nyong'o, Swarna Rajagopalan, Pearl T. Robinson, and Marian Sawyer

ROUNDTABLE

Repensando 40 Años de Ciencia Política en América Latina

Tuesday 18 July | 15:30 UTC-3 (1 hour 45 minutes)

Room: SJ1 124

Speakers: Former Kellogg Institute Visiting Fellows Marcelo Cavarozzi, Manuel Antonio Garretón, Gerardo Munck, Aníbal Pérez-Liñán, and Martín Tanaka; Maria Hermínia Tavares de Almeida, and Catalina Smulovitz



KELLOGG INSTITUTE
FOR INTERNATIONAL STUDIES

A LEGACY OF EXCELLENCE SINCE 1982

The legacy of our founding director, **Guillermo O'Donnell**, endures not only through the connections he made with colleagues and students, but also through cultivating opportunities for visiting scholars.

As a Kellogg Visiting Fellow, you can explore democracy and human development in an intellectually-stimulating environment. With time to pursue scholarly inquiry, world-class resources, and the support of our interdisciplinary community, the Kellogg Institute is where you can move your research forward.

**Learn more about our Visiting Fellowships
at exhibit hall booths #17-18.**

Or visit kellogg.nd.edu/vfellowships



KEOUGH SCHOOL OF GLOBAL AFFAIRS





IPSA  **AISP**

27th World Congress of Political Science

27ème Congrès mondial de science politique

27° Congreso Mundial de Ciencia Política

15-19 JULY 2023 | BUENOS AIRES, ARGENTINA

Politics in the Age of Transboundary Crises: Vulnerability and Resilience

La politique à l'ère des crises transfrontalières : Vulnérabilité et résilience

©2023 by
The International Political Science Association

ISBN (Printed): 978-2-924444-17-7

ISBN (Online): 978-2-924444-18-4

Legal Deposit | Dépôt légal
Bibliothèque nationale du Québec
Bibliothèque nationale du Canada
July | Juillet 2023

International Political Science Association (IPSA)
2155 rue Guy, Suite ER-731
Montréal, Québec, H3H 2R9
Canada

Tel: +1 514 848 2424 ext. 8717

Fax: +1 514 565 0529

Email: info@ipsa.org

www.ipsa.org

PROGRAM

The Congress program schedule in this publication is dated 22 June 2023.

For the most up to date schedule, please refer to the online Program Schedule at wc2023.ipsa.org

XII Congreso
Latinoamericano
de Ciencia Política

América Latina como actor en la reconfiguración geopolítica global



17 a 20
Julio 2024

ISCTE
Lisboa, Portugal

iscte
INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

cei _ iscte
Centro de Estudos
Internacionais

alacip
ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA
DE CIENCIA POLÍTICA

Table of Contents

Introduction	5	Meetings	66
Words of Welcome	5	Meetings	66
About IPSA	11	RC Business Meetings (Chronological)	66
Code of Conduct	12	RC Business Meetings (Ordered by RC number)	67
IPSA Executive Committee	14	Panel Schedule	71
IPSA Program Committee	16	Day 1 Sunday 16 July	71
Local Organizing Committee (LOC)	17	Day 2 Monday 17 July	111
IPSA Secretariat Staff	19	Day 3 Tuesday 18 July	163
Program Session Chairs	21	Day 4 Wednesday 19 July	203
Venue and Exhibitors	23	Participant Index	235
Universidad Católica Argentina (UCA) Floorplans	23		
Exhibitors	25		
Awards	26		
Schedule	29		
Schedule Overview	29		
Program at a Glance	30		
Parallel Activities	39		
Plenary Speakers	40		
Main Events	42		
Plenary Sessions (PS)	42		
Special Sessions (SS)	42		
Award Sessions (AS)	42		
Ceremonies / Receptions	43		
Panel Schedule by Session Type	43		
Congress Theme Sessions (CT)	43		
Partner Organization Sessions	43		
Sponsored Presentations (SPNR)	43		
Tech Zone Presentations (TZ)	44		
Local Organization Sessions (LOC)	44		
Congress General Sessions (GS)	48		
Research Committee Sessions (RC)	52		

The Roots of Emerging Powers' Institutional Innovation:
From CMI to CRA, NDB and AIIB

Farias, Alex – Universidade Federal Fluminense, Brazil

Foreign Investment and Community Conflict: A Comparative
Case Study of Chinese and Turkish Investments in Kyrgyzstan

Uuganbayar, Biligtsaikhan – Tsinghua University, China

RC52.09 Local Governance and the Climate Crisis

Day 2 | Mon 17 Jul | 09:00 UTC-03 (1 hour 45 minutes) |
Room SJ1 102

Chair: **Sale, Emma** – University of Canterbury, New Zealand

Co-Chair: **Leo, Luisa** – University of Canterbury, New Zealand

Discussant(s): **Garcia, David** – University of Canterbury,
New Zealand

Papers:

The Process of Building an Effective International Regime about
Plastic Pollution Banning: From Global to Local Experiences
in Brazil and Egypt in Comparative Perspectives

Morales Martinez, Elias David – Universidade Federal do ABC
(UFABC), Brazil

Yassin, Ahmed – Banlastic Egypt, Egypt

"Zero Net Artificialization": Local Struggles of Public Actors
behind Resilience Policies in Toulouse, France

Edrei, Louise – Sciences Po Toulouse, France

How Do News Media and Internet Use Affect Individuals'
Climate Change Predispositions

Van Aelst, Peter – Universiteit Antwerpen, Belgium

Walgrave, Marthe – Universiteit Antwerpen, Belgium

Formal Mining Activities and Its Impact in Local Development

Reyes Paredes, Milagros Jennifer – Universidad Nacional
Mayor de San Marcos, Peru

GS08.V11 Redistribution and Inequality in Comparative Perspective

Day 2 | Mon 17 Jul | 09:00 UTC-03 (1 hour 45 minutes) | Virtual

Chair: **Mayo, Marco** – University of Oxford, United Kingdom

Discussant(s):

Wadhwa, Arpita – No affiliation, India

Ludwig, Milena – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brazil

Papers:

Growth and "The Miracle on the Han River": To What Extent
Does Economic Growth Contribute to Wellbeing in South Korea?

Thistlethwaite, Edward – University of Sydney, Australia

Extractive Institutions and Their Effect on the Economic
Performance: The Case of Huasipungo in Ecuador

Rosales, Rafael – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales
(FLASCO), Ecuador

Absolute Gains, Relative Losses How the Rich and Poor View
Redistribution Differently

Mayo, Marco – University of Oxford, United Kingdom

The Inequality-Redistribution Puzzle among Political Elites

Márquez, Cristian – Universidad de Salamanca, Spain

GS11.V04 Methodologies for Institutional Context Studies: Analyses of Law and Public Policy

Day 2 | Mon 17 Jul | 09:00 UTC-03 (1 hour 45 minutes) | Virtual

Chair: **Farranha, Ana** – Universidade de Brasília, Brazil

Co-Chair: **Borsio Bataglia, Murilo** – Universidade de Brasília,
Brazil

Discussant(s):

Carvalho, Alexandre – Universidade Católica do Salvador, Brazil

Santiago Lima, Flavia – Universidade Federal de Pernambuco,
Brazil

Papers:

The French Cultural Policies and Its Influence in Brazil: A
Two-Level Analysis on Institutions and Organizations

Moller, Gustavo – Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Brazil

Proposal of a Method for Mapping Legal-Institutional
Arrangements in the Law and Public Policy Approach and
in State Theory

Dallari Bucci, Maria Paula – Universidade de São Paulo, Brazil

Gaspardo, Murilo – Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Brazil

Dynamics of Multilevel Governance in Racial Equality Policies
in Brazil: An Analysis of National and Local Instruments

Sena Silva, Lucas – Universidade de São Paulo, Brazil

Teixeira, Graziela – Universidade de Brasília, Brazil

The Transnational Legal Ordering of the Beneficial Ownership
Registration

Lorenzo, Florencia – Tax Justice Network, Brazil

Ates, Leyla – Altınbaş University, Türkiye

Accountability, Democracy and Public Policy

Ribeiro, Ivan – Universidade Federal de São Paulo, Brazil

GS11.V09 COVID: Political Responses to the Epidemic/ Réponse politique à la crise sanitaire

Day 2 | Mon 17 Jul | 09:00 UTC-03 (1 hour 45 minutes) | Virtual

Chair: **Kaipi, Esteban** – Universidad Nacional del Litoral, Argentina

Co-Chair: **Medou Ngoa, Fred Jérémie** – Université de Douala,
Cameroon

Discussant(s):

V, Sourav – University of Calicut, India

Gay, Charles – No affiliation, United Kingdom

Papers:

Pandemic-Induced Transboundary Crisis: Medical Emergency in
the Borderland Region of Kasargod, India and the "Other Side"
of Kerala Model Development

V, Sourav – University of Calicut, India

Crise sanitaire transfrontalière et régulation sociopolitique :
coproduire la résilience à l'ère de la COVID-19 au Cameroun

Medou Ngoa, Fred Jérémie – Université de Douala, Cameroon

Les dangers d'une représentation instable. Les enjeux politiques
des démocraties contemporaines dans le contexte de la
pandémie COVID-19

Kaipi, Esteban – Universidad Nacional del Litoral, Argentina

Rispolo, Florencia – Universidad Nacional del Litoral, Argentina

Civic Space Has Been Shrinking for Those with Least Power:
Analysis of Collective Civil Society Action during COVID-19

Gay, Charles – No affiliation, United Kingdom

Ranawana, Anupama – University of St Andrews,
United Kingdom



6
APRIL
2023

INTERNATIONAL SCIENTIFIC
AND PRACTICAL CONFERENCE

LEGAL REGULATION OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE: A BALANCE OF INTERESTS IN THE DEVELOPMENT OF TECHNOLOGIES AND PROTECTION OF THE INTERESTS OF SOCIETY



15:00–18:30

Moscow State Law University
(MSAL)

st. Sadovaya-Kudrinskaya,
7 bild 22

ORGANIZERS

KUTAFIN MOSCOW STATE LAW UNIVERSITY (MSAL)

INTERNATIONAL SCIENTIFIC AND EDUCATIONAL CENTER OF COMPARATIVE LAW OF
THE MOSCOW BRANCH OF THE ASSOCIATION OF LAWYERS OF RUSSIA

INTERNATIONAL UNION OF LAWYERS AND ECONOMISTS (FRANCE)

HEAD OF THE CONFERENCE:

BLAZHEEV Viktor Vladimirovich, Rector of the Kutafin Moscow State Law University (MSAL), Honored Lawyer of the Russian Federation, Co-Chairman of the Association of Lawyers of Russia

EGOROVA Maria Alexandrovna, Professor of the Department of Competition Law of the Kutafin Moscow State Law University (MSAL), Co-President of the International Union of Lawyers and Economists (France)

DEPUTY HEADS OF THE CONFERENCE:

PETROV Dmitry Anatolyevich, Doctor of Law, Professor of the Department of Commercial Law of St. Petersburg State University

TSINDELIANI Imeda Anatolyevich, Head of the Department of Financial Law of the Russian State University of Justice, Professor of the Department, Candidate of Law, Associate Professor

Svetlana I. KODANEVA, PhD in Law, Leading Researcher at the Institute of Scientific Information on Social Sciences of the Russian Academy of Sciences

PIRTSKHALAVA Khatia Davidovna, Candidate of Law, Associate Professor of the Department of International Private Law of the Kutafin Moscow State Law University (MSAL)

ABSTRACT

In the context of the rapid development of artificial intelligence (AI) technologies, all countries of the world face complex, never-before-encountered tasks of simultaneously ensuring long-term economic growth based on achieving technological leadership and taking into account the rights of the legitimate interests of society, including environmental rights and the right to privacy. These tasks require lawyers to respond promptly to new challenges and form the most effective legal

regulation based on the balance of interests of all interested parties of new legal relations.

The conference participants will discuss key areas of improving the quality and efficiency of the adoption of legal regulation, providing, on the one hand, opportunities for accelerated development of artificial intelligence (AI) technologies and ensuring digital transformation in all spheres of public life and public administration, and on the other hand, ensuring the rights of citizens to private.

The following issues of the conference will be subjected to legal reflection:

1. Legal instruments to stimulate the introduction of artificial intelligence (AI) technologies.
2. Legal instruments to ensure the protection of the rights and legitimate interests of citizens and society as a whole in the context of the introduction of artificial intelligence (AI) technologies.
3. Patent law and technological development of Russia and foreign countries in the field of artificial intelligence (AI).
4. Consideration of ethical and legal principles in the development of legislation in the field of creation and implementation of artificial intelligence (AI) technologies.
5. Cyber sovereignty and its significance for the legal regulation of artificial intelligence.
6. Legal education in the field of artificial intelligence (AI) technologies as a tool for ensuring sustainable development of society.
7. The practice of using experimental legal regimes for the introduction of artificial intelligence (AI) technologies in various countries.

PRESENTATIONS (TIME LIMIT UP TO 10 MINUTES)

1. **Edna Raquel HOGEMANN**, Professor Dean of the Center for Political and Legal Sciences of the Federal University of the State of Rio de Janeiro (Brazil).

Topic: «THE FOURTH INDUSTRIAL REVOLUTION
AND THE PERSPECTIVES OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE
USED IN THE FIELD OF LEGAL RELATIONS»

2. **Marco RICCERI**, Secretary General of the European Institute for Political, Economic and Social Research (Italy).

Topic: «THE PUBLIC PRIVATE PARTENRSHIP (PPP) APPROACH
AS THE KEY-ELEMENT FOR THE QUALITY AND EFFICIENCY
OF THE AI REGULATORY SYSTEM»

3. **DANIELA FISICHELLA**, Doctor of Law, Professor of International and European Law, Faculty of Political Science, University of Catania (Italy).

Topic: «CAN ARTIFICIAL INTELLIGENCE BOOST SUSTAINABLE DEVELOPMENT? INNOVATION AND RISK-BASED APPROACH AT THE TEST OF SUSTAINABILITY»

4. **ZHANG Qinyu**, Secretary-General, Bankruptcy Law and Corporate Restructuring Research Center, CUPL, Executive Member, Beijing Economic Law Society Deputy Secretary-General, Returned Overseas Scholars Association, CUPL Council Member, China Business Law Society Member, China Law Society.

Topic: «RULE ON GOVERNING THE METAVERSE»

5. **EGOROVA Maria Alexandrovna**, Professor, Department of Competition Law of the Kutafin Moscow State Law University (MSAL), co-president of the International Union of Lawyers and Economists (France).

Topic: «THE CHINESE CONCEPT OF CYBER SOVEREIGNTY AND ITS SIGNIFICANCE FOR THE LEGAL REGULATION OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE AND ENSURING INFORMATION AND PSYCHOLOGICAL SECURITY IN CONDITIONS OF COMPETITION PROTECTION»

6. **Gabriella MARCELJA**, President of international NGO SIRIUS GLOBAL — Academic Diplomacy 4.0, Director of Startup Grind, representative of Cleantech clusters in Italy and Croatia (Rome, Italy).

Topic: «THE ETHICS OF AI-POWERED CYBER ATTACKS»

7. **Alain DUFLLOT**, the Jean Moulin University of Lyon-3, Co-President of the International Union of Lawyers and Economists (France), founder of the law firm «Duflot and Partners» (France).

Topic: «THE DEVELOPMENT OF NEUROLAW IN FRANCE»

8. **BELITSKAYA Anna Viktorovna**, Doctor of Law, Professor of the Department of Entrepreneurial Law, Faculty of Law, Lomonosov Moscow State University.

Topic: «LEGAL SUPPORT OF INVESTMENTS IN THE DEVELOPMENT OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE»

9. **Prabhpreet SINGH**, PhD, Associate Professor, Faculty of Law, Manipal Jaipur University (India).

Topic: «LEGAL FRAMEWORK OF FUNDAMENTAL RIGHTS IN THE ERA OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE»

10. **Oswaldo P. Lima Jr**, Doctor in Law from Estacio de Sa University (UNESA), Adjunct Professor at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN).

Topic: «THE ROLE OF THE NATIONAL DATA PROTECTION AUTHORITY IN THE PRESERVATION OF THE BRAZILIAN DEMOCRATIC ENVIRONMENT»

11. **BELIAEVA Olga Aleksandrovna**, Doctor of Law, Chief Researcher of the Department of Civil Legislation, Head of the Department of Private Law Disciplines of the Federal State Research Institution «Institute of Legislation and Comparative Law under the Government of the Russian Federation», Professor of the Russian Academy of Sciences.

Topic: «ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN PUBLIC PROCUREMENT: APPLICATION EXPERIENCE AND FUTURE PROSPECTS»

12. **Marcello D'APONTE**, Doctor of Law, Professor of Labor Law, Frederick II University of Naples, Labor Law lawyer in Naples, Rome and Milan (Italy).

Topic: «THE STRATEGIC FUNCTION OF LABOR LAW IN REGULATING THE USE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE SYSTEMS»

13. **Eugenio D'ORIO**, Director General of the Bio-Criminals Research Center, Professor of the Department of Forensic Biology of the Master's Program in Veterinary Criminology of the University of Naples «Federico II» (Italy).

Topic: «APPLICATION OF THE AI IN CRIMINAL INVESTIGATION: MINIMUM REQUIREMENTS FOR THE COURT APPLICATIONS»

14. **PETROV Dmitry Anatolyevich**, Professor of the Department of Commercial Law at St. Petersburg State University (SPbU), Academic Supervisor of the main educational program of the master's program «Lawyer in the field of the financial market (financial lawyer)» of St. Petersburg State University, Doctor of Law.

Topic: «THE MECHANISM OF RUSSIAN EXCHANGE TRADING IN THE CURRENT CONDITIONS OF THE TRANSFORMATION OF THE WORLD ECONOMY»

15. **KODANEVA Svetlana Igorevna**, PhD in Law, Leading Researcher, INION RAS.

Topic: «EXPERIMENTAL LEGAL REGIMES IN THE FIELD OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE: FIRST RESULTS (RUSSIA)»

16. **ALFEROVA Elena Vasilievna**, PhD in Law, Head of the Department of Law, INION RAS.

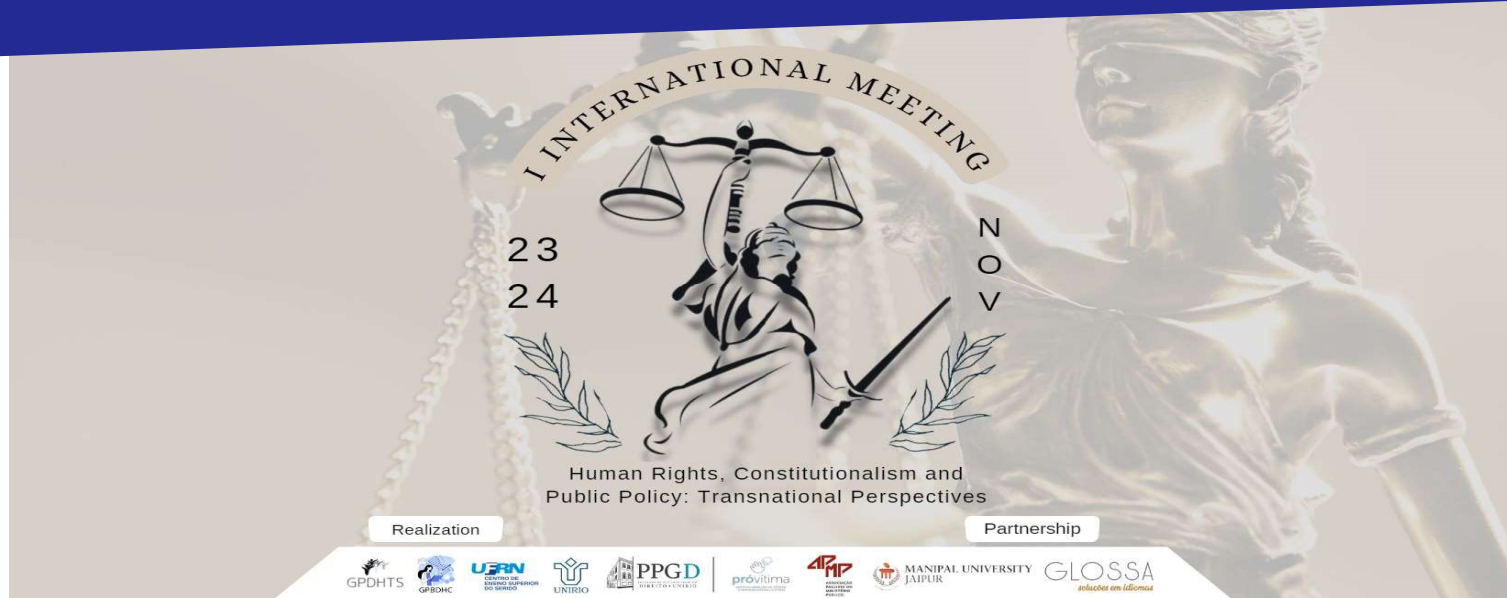
Topic: «ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN LEGAL ACTIVITY: BARRIERS AND MISCONCEPTIONS»

17. **Laila Maria DOMIT VISENTE**, Coordinating professor, Faculty of Law, Federal University of Rio de Janeiro (Brazil)

Topic: «THE USE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN THE CONTEXT OF THE PUBLIC SECURITY IN BRAZIL: A CRITICAL ANALYSIS»

18. **Salvatore MEZZANOTTE**, Professor of Economic Law at the Gabriele d'Annunzio University of Chieti and Pescara, lawyer (Italy).

Topic: «LAW AND ECONOMICS: A CONSTANTLY EVOLVING BOND»



Rio de Janeiro, December 2022.

Professor Leonardo de Andrade Mattietto

CONFIRMATION LETTER

Dear Lecturer,

The organization of I - International Meeting "Humans Rights, Constitutionalism and Public Policy: Transnational Perspectives", confirm that Professor **LEONARDO DE ANDRADE MATTIETTO** delivered the lecture "**Perspectives on the right to equality and public policies**" to the participants of the event organized by the Faculty of Law, the PPGD - Master in Law of the Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO), and the Law Course of the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), in November 23rd and 24th, 2022.

Best Regards,

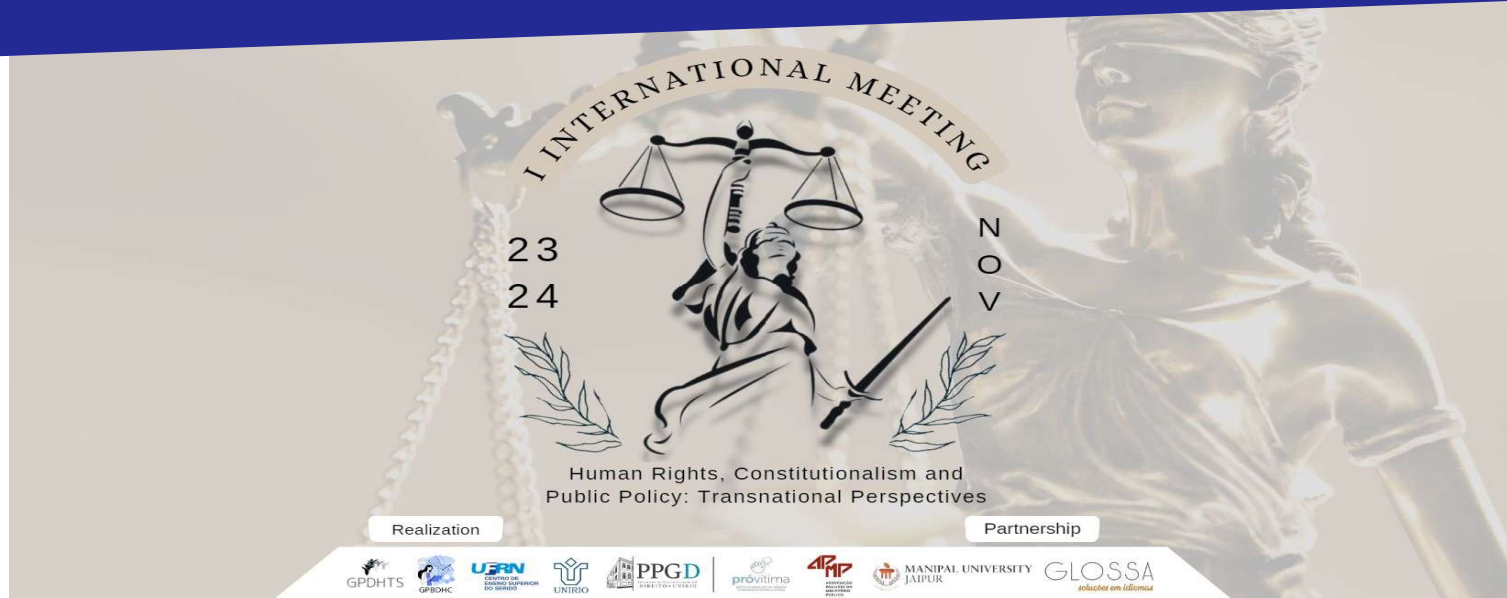

PhD. Edna Raquel Hogemann
Event Coordinator – UNIRIO


PhD. Oswaldo Lima Jr
Event Coordinator – UNIRIO/UFRN

UNIRIO
Federal University of the
State of Rio de Janeiro

UFRN
Federal University of Rio
Grande do Norte

PPGD - UNIRIO
Law Postgraduate Program
Master's Degree in Law



Rio de Janeiro, December 2022.

Prof. Dr. Maria Lúcia de Paula Oliveira

CONFIRMATION LETTER

Dear Professor,

The organization of I - International Meeting "Humans Rights, Constitutionalism and Public Policy: Transnational Perspectives", confirms that Professor **MARIA LÚCIA DE PAULA OLIVEIRA** participated as a member of the organization commission of the event organized by the Faculty of Law, the PPGD - Master in Law of the Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO), and the Law Course of the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), in November 23rd and 24th, 2022.

Best Regards,

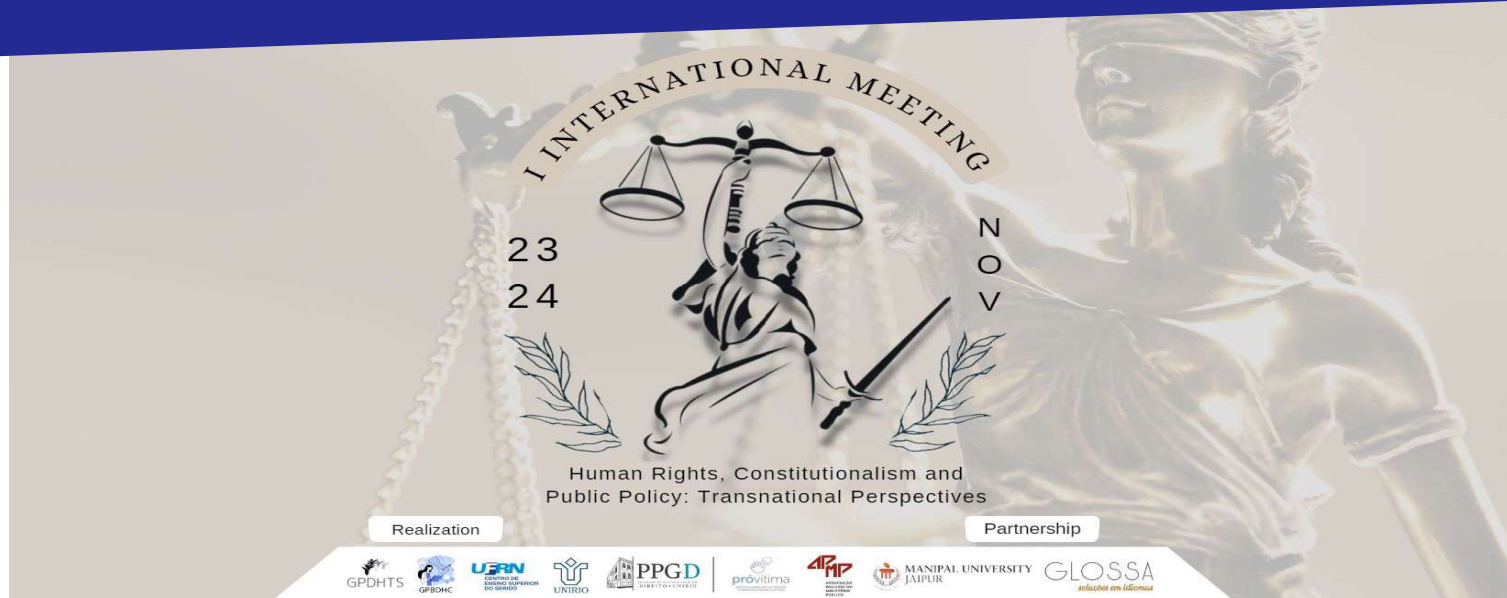

PhD. Edna Raquel Hogemann
Event Coordinator – UNIRIO


PhD. Oswaldo Lima Jr
Event Coordinator – UNIRIO/UFRN

UNIRIO
Federal University of the
State of Rio de Janeiro

UFRN
Federal University of Rio
Grande do Norte

PPGD - UNIRIO
Law Postgraduate Program
Master's Degree in Law



Rio de Janeiro, December 2022.

Professor Maria Lucia Oliveira

CONFIRMATION LETTER

Dear Lecturer,

The organization of I - International Meeting "Humans Rights, Constitutionalism and Public Policy: Transnational Perspectives", confirm that Professor **MARIA LUCIA OLIVEIRA** delivered the lecture **"Public Policies on Human Rights and Global Constitutionalism"** to the participants of the event organized by the Faculty of Law, the PPGD - Master in Law of the Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO), and the Law Course of the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), in November 23rd and 24th, 2022.

Best Regards,


PhD. Edna Raquel Hogemann
Event Coordinator – UNIRIO


PhD. Oswaldo Lima Jr
Event Coordinator – UNIRIO/UFRN

UNIRIO
Federal University of the
State of Rio de Janeiro

UFRN
Federal University of Rio
Grande do Norte

PPGD - UNIRIO
Law Postgraduate Program
Master's Degree in Law



RUSIA Y AMÉRICA LATIN:

apoyo jurídico
y económico
a la cooperación
científica
y técnica
en las nuevas
condiciones

la conexión en línea

<https://events.webinar.ru/62584335/1287634460>

26

de octubre de
2023

ORGANIZADORES:

O.E. KUTAFIN UNIVERSIDAD ESTATAL DE DERECHO DE MOSCÚ (MSLA)



COMISIÓN DE ASUNTOS INTERNACIONALES Y COOPERACIÓN CIENTÍFICA
DELEGACIÓN DE MOSCÚ DE LA ASOCIACIÓN DE ABOGADOS DE RUSIA



ANOTACIÓN

Con la rápida modernización de la economía mundial en la última década, el papel de la ciencia y la tecnología no deja de aumentar. La posesión de conocimientos científicos modernos e innovaciones tecnológicas proporciona liderazgo mundial a sus propietarios tanto en el ámbito económico como en el político. La complejidad y el alcance de la investigación científica moderna requieren la cooperación internacional, ya que no todos los Estados disponen de las capacidades necesarias para llevarla a cabo. Por lo tanto, la importancia de la cooperación internacional crece constantemente y requiere el desarrollo de nuevos enfoques para su apoyo jurídico. En la conferencia se examinarán los problemas y tendencias actuales de la cooperación entre Rusia y los países latinoamericanos en el ámbito científico y tecnológico, y se debatirán posibles instrumentos jurídicos para armonizar los intereses de las partes.

PRESIDENTE DEL COMITÉ DEL PROGRAMA DE LA CONFERENCIA



BLAZHEEV Viktor Vladimirovich, Rector de la Universidad Estatal de Derecho de Moscú O.E. Kutafin (MSLA), Abogado de Honor de la Federación Rusa, Copresidente del Colegio de Abogados de Rusia.

MODERADORES:



EGOROVA Maria Alexandrovna, Profesora del Departamento de Derecho de la Competencia de la Universidad Estatal de Derecho de Moscú O.E. Kutafin, Presidenta de la Comisión de Asuntos Internacionales y Cooperación Científica y Directora del Centro Científico y Educativo Internacional de Derecho Comparado de la Delegación de Moscú del Colegio de Abogados de Rusia, experta de la Academia Rusa de Ciencias, miembro del Consejo Ruso de Asuntos Internacionales, miembro del Consejo General de la Asamblea de los Pueblos de Eurasia, Doctora en Derecho, Profesora.



BURLIAY Yan Anastasievich, Director del Centro de Programas Iberoamericanos de la Universidad Estatal Lingüística de Moscú, Profesor Emérito de la Universidad Estatal Lingüística de Moscú, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario, miembro de la Comisión de Asuntos Internacionales y Cooperación Científica de la Sección de Moscú del Colegio de Abogados de Rusia, Vicepresidente del Consejo Internacional de Cooperación Económica Regional, miembro del Presidium del Consejo de la Asociación de Diplomáticos Rusos.

COMITÉ DEL PROGRAMA

BLAZHEEV Viktor Vladimirovich, Rector de la Universidad Estatal de Derecho de Moscú O.E. Kutafin, Profesor, Abogado de Honor de la Federación Rusa, Copresidente del Colegio de Abogados de Rusia.

EGOROVA Maria Alexandrovna, Profesora del Departamento de Derecho de la Competencia de la Universidad Estatal de Derecho de Moscú O.E. Kutafin, Presidenta de la Comisión de Asuntos Internacionales y Cooperación Científica y Directora del Centro Científico y Educativo Internacional de Derecho Comparado de la Delegación de Moscú del Colegio de Abogados de Rusia, experta de la Academia Rusa de Ciencias, miembro del Consejo Ruso de Asuntos Internacionales, miembro del Consejo General de la Asamblea de los Pueblos de Eurasia, Doctora en Derecho, Profesora.

BURLIAY Yan Anastasievich, Director del Centro de Programas Iberoamericanos de la Universidad Estatal Lingüística de Moscú, Profesor Emérito de la Universidad Estatal Lingüística de Moscú, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario, miembro de la Comisión de Asuntos Internacionales y Cooperación Científica de la Sección de Moscú del Colegio de Abogados de Rusia, Vicepresidente del Consejo Internacional de Cooperación Económica Regional, miembro del Presidium del Consejo de la Asociación de Diplomáticos Rusos.

SHCHETININ Alexander Valentinovich, Director del Departamento de América Latina del Ministerio de Asuntos Exteriores de la Federación Rusa.

TIMOFEEV Ivan Nikolayevich, Director General del Consejo Ruso de Asuntos Internacionales, Doctor en Ciencias Políticas.

Edna Raquel HOGEMANN, Decana del Centro de Ciencias Jurídicas y Políticas de la Universidad Federal de Río de Janeiro, Doctora en Derecho por la Universidad Estácio de Sa, Doctora en Filosofía y Máster en Derecho por la Universidad Gama Filho, Investigadora de la Cátedra unesco de Bioética, Especialista en Derechos Humanos de la Universidad de Coimbra (Portugal), Profesora Titular del Programa de Posgrado en Estudios Jurídicos de la Universidad Federal de Río de Janeiro, Directora del Centro de Ciencias Jurídicas, Políticas y Administrativas de la Universidad Federal de Río de Janeiro.

Oswaldo PEREIRA DE LIMA, Jr., Doctor en Derecho, Profesor — Investigador de la Universidad Federal del Estado de Río de

Janeiro, Doctor en Derecho por la Universidad Estácio de Sa, Master en Derecho por el Centro Universitario Salesiano de São Paulo, Profesor Adjunto de la Universidad Federal de Río Grande do Norte, Director del Grupo de Investigación en Bioética, Derechos Humanos y Ciudadanía de la Universidad Federal de Río Grande do Norte y Codirector del Grupo de Investigación en Derechos Humanos y Transformaciones Sociales de la Universidad Federal del Estado de Río de Janeiro.

ROSENTHAL Dmitry Mikhailovich, Candidato de Ciencias Históricas, Director del Instituto de América Latina RAS.

BRIL Denis Valeryevich, Doctor en Economía, Asesor del Ministro de Desarrollo Económico de la Federación Rusa, Presidente de la Sociedad de Amistad Ruso-Dominicana, Consejero de Estado de la Federación Rusa.

SESIÓN PLENARIA

TEMA: «CONDICIONES JURÍDICAS Y ECONÓMICAS PARA LA COOPERACIÓN CIENTÍFICA Y TÉCNICA DE LA FEDERACIÓN DE RUSIA CON LOS PAÍSES DE AMÉRICA LATINA».

HORA: 11.00–11.10

PALABRAS DE BIENVENIDA:

Ershova Inna Vladimirovna, Primera Vicerectora de la Universidad Estatal de Derecho de Moscú O.E. Kutafin (MSLA), Doctora en Derecho, Profesora

Sinyukov Vladimir Nikolaevich, Vicerrector de actividades de investigación científica de la Universidad Estatal de Derecho de Moscú O.E. Kutafin (MSLA), Doctor en Derecho, Profesor.

HORA: 11.10–11.30

PALABRAS DE BIENVENIDA DE LOS INVITADOS AL FORO

Kabyshev Sergey Vladimirovich, Presidente del Comité de la Duma Estatal de la Asamblea Federal de la Federación Rusa sobre Ciencia y Enseñanza Superior, Profesor, Abogado de Honor de la Federación de Rusia.

Shchetinin Alexander Viktorovich, Director del Departamento de América Latina del Ministerio de Asuntos Exteriores de la Federación de Rusia.

Balashov Kirill Alexandrovich, Jefe del Departamento Principal del Ministerio de Justicia de la Federación de Rusia en Moscú.

INVITADOS DE HONOR A LA CONFERENCIA:

Claudio Antonio ARANA, Ministro Consejero de la Embajada de la República de Nicaragua en la Federación de Rusia.

María Elizabeth TAIPE CORONADO, Diputada al Congreso de la República de Perú.

Luiz Carlos Ribeiro PRESTES FILHO, Master en artes y Director de Documentales, graduado del Instituto Estatal de Cinematografía de toda la Unión(1983), Curador del PEN Club de Brasil y representante del Sindicato de Compositores de Brasil.

Herman Hermin FERRAS ALVAREZ, Jefe de la Corresponsaliade la Agencia de Noticias «Prensa Latina» en Moscú, Jefe de Correspondencia, acreditado ante el Ministerio de Asuntos Exteriores de Rusia.

HORA: 11.30–13.30

DISCURSOS EN LA SESIÓN PLENARIA

(TIEMPO MÁXIMO DE USO DE LA PALABRA: 15 MINUTOS)

PREGUNTAS PARA EL DEBATE

1. Fondo Internacional de Desarrollo Tecnológico y condiciones jurídicas de su actividad para garantizar la transferencia de innovaciones de Rusia a América Latina.

2. Formación de clusters interestatales y zonas especiales de desarrollo innovador (corredores del conocimiento).

3. Bases jurídicas para el desarrollo de una política coordinada en el ámbito del apoyo estatal y la provisión de recursos a la cooperación científica y técnica entre Rusia y los países de América Latina.

4. Posibilidades de aplicación en la región latinoamericana de la experiencia de apoyo jurídico a la cooperación científica y técnica de la Federación Rusa con los países BRICS.

5. El marco jurídico de la cooperación científica y tecnológica entre Rusia y Brasil en el marco del Programa de Ciencia, Tecnología e Innovación de los BRICS como modelo para la realización de proyectos conjuntos con países de América Latina.

ROSENTHAL Dmitry Mikhailovich, Doctor en Ciencias Históricas, Director del Instituto de América Latina de la Academia Rusa de Ciencias.

TEMA: PECULIARIDADES DE LA PERCEPCIÓN MODERNA DE RUSIA POR LOS PAÍSES DE AMÉRICA LATINA.

KARELINA Svetlana Alexandrovna, Doctora en Derecho, Profesora del Departamento de Derecho Mercantil de la Facultad de Derecho de la Universidad Estatal Lomonosov de Moscú.

TEMA: FORMACIÓN DE UN MARCO LEGAL PARA LAS ACTIVIDADES DE CLUSTERS INTERESTATALES Y ZONAS ESPECIALES DE DESARROLLO INNOVADOR (CORREDORES DEL CONOCIMIENTO) Y LA POSIBILIDAD DE SU APLICACIÓN EN LOS PAÍSES DE LA REGIÓN LATINOAMERICANA.

Edna Raquel HOGEMANN, Doctora en Derecho, Decana del Centro de Ciencias Jurídicas y Políticas de la Universidad Federal del Estado de Río de Janeiro (Brasil).

TEMA: LA IMPORTANCIA DE LAS ASOCIACIONES CIENTÍFICAS Y ACADÉMICAS ENTRE INSTITUCIONES EDUCATIVAS EN EL MARCO DE LOS BRICS PARA EL DESARROLLO CULTURAL Y CIENTÍFICO.

BRIL Denis Valeryevich, Doctor en Economía, Asesor del Ministro de Desarrollo Económico de la Federación Rusa, Presidente de la Sociedad de Amistad Ruso-Dominicana, Consejero de Estado de la Federación Rusa.

TEMA: ASPECTOS JURÍDICOS Y ECONÓMICOS DEL APOYO CIENTÍFICO Y TÉCNICO DE LA MISIÓN FINANCIERA RUSA.

Lucas Adrian GARCIA, Director, Fundación Victoria Agencia para las Relaciones Internacionales, Politólogo. Internacionalista (Argentina).

TEMA: SOBERANÍA DE LA CIENCIA Y TRANSFORMACIÓN DE LOS ENFOQUES MODERNOS DE LA COOPERACIÓN CIENTÍFICA Y TÉCNICA ENTRE LA FEDERACIÓN RUSA Y LOS PAÍSES DE AMÉRICA LATINA.

Oswaldo LIMA, Investigador de la Universidad Federal del Estado de Río de Janeiro, Doctor en Derecho por la Universidad Estácio de Sa.

TEMA: CONSIDERACIONES ÉTICAS EN EL DESARROLLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LA REGULACIÓN DE LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL EN EL SUR GLOBAL: AVANZANDO HACIA UNA CIUDADANÍA INCLUSIVA MÁS ALLÁ DEL CAPITALISMO TECNOLÓGICO.

BELYKH Vladimir Sergeevich, Doctor en Derecho, Profesor, Jefe del Departamento de Derecho de los Negocios de la Universidad Estatal de Derecho de los Urales V.F. Yakovlev, Trabajador de Honor de la Ciencia de la Federación Rusa.

TEMA: APOYO JURÍDICO A LA DIGITALIZACIÓN DE LA ECONOMÍA Y LA EMPRESA EN AMÉRICA LATINA.

GUBIN Evgeny Porfirievich, Doctor en Derecho, Profesor, Jefe del Departamento de Derecho Mercantil de la Universidad Estatal Lomonosov de Moscú, Abogado de Honor de la Federación Rusa.

TEMA: APOYO JURÍDICO A LA EDUCACIÓN JURÍDICA Y A LA COOPERACIÓN ENTRE RUSIA Y AMÉRICA LATINA.

SHKOLYAR Nikolai Andreyevich, Doctor en Economía, Investigador Principal del Instituto de América Latina de la Academia Rusa de Ciencias, Profesor.

TEMA: ASPECTOS ECONOMICOS DE LA COOPERACIÓN RUSO-MEXICANA: RESULTADOS Y PERSPECTIVAS».

Werna Karenina MARQUES DE SOUSA, Doctora en Derecho con doble titulación por la Universidad de Grenoble-Alpes, Francia, y por la Universidad Federal de Paraíba — UFPB, Profesora Asociada de la Facultad de Derecho de la Universidad Federal de Rio de Janeiro Rio Grande do Norte.

TEMA: «EL ASPECTO DE LA COOPERACIÓN INTERNACIONAL Y LA RELEVANCIA DE LOS BRICS EN EL CONTEXTO DEL MARCO JURÍDICO DE BRASIL Y ARGENTINA».

Sidney GUERRA, Doctor en Derecho, Profesor de la Universidad Federal de Río de Janeiro, de la Universidad Unigranrio y de la Universidad Mendes (Brasil).

TEMA: LA NECESARIA PARTICIPACIÓN Y COMPROMISO DE BRASIL Y RUSIA EN LA AGENDA GLOBAL SOBRE EL CLIMA: UNA LECTURA A PARTIR DE LA XV CUMBRE BRICS JOHANNESBURG DECLARATION.

HORA: 13.45–14.00 PAUSA

HORA: 13.45–14.45

EXPOSICIÓN DE PINTURAS DE OMAR GODÍNEZ LANSO, ARTISTA CONCEPTUAL Y POSMODERNO CUBANO, PINTOR, MIEMBRO DE LA FEDERACIÓN INTERNACIONAL DE ARTISTAS DE LA UNESCO Y DE LA UNIÓN DE ARTISTAS DE MOSCÚ, CURADOR DEL FESTIVAL DE CULTURA IBEROAMERICANA. LA EXPOSICIÓN SE CELEBRA EN EL MARCO DE LAS JORNADAS DE LA CULTURA CUBANA EN RUSIA.
(2 PISO, EDIFICIO PRINCIPAL DE LA UNIVERSIDAD)

HORA: 14.00–15.00

REUNIÓN DE TRABAJO DE LA DIRECCIÓN DE LA UNIVERSIDAD ESTATAL DE DERECHO DE MOSCÚ O.E. KUTAFIN Y LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE RÍO DE JANEIRO (BRASIL) SOBRE LA COOPERACIÓN EN EL CAMPO DE LA EDUCACIÓN Y LA CIENCIA.

HORA: 15.15–18.45

MESA REDONDA

TEMA: APOYO JURÍDICO Y ECONÓMICO DE LAS RELACIONES RUSO-LATINOAMERICANAS EN LAS NUEVAS CONDICIONES
(TIEMPO MÁXIMO DE USO DE LA PALABRA: 10 MINUTOS)

PREGUNTAS PARA EL DEBATE

1. Apoyo jurídico a la formación de asociaciones científicas internacionales.
2. Creación de un marco jurídico para la financiación de la investigación científica en el marco de proyectos conjuntos de equipos internacionales de científicos.
3. Cuestiones jurídicas de la formación de infraestructuras científicas y tecnológicas para la ejecución de proyectos conjuntos de clase megasciencias.

4. Condiciones jurídicas de la cooperación inversora ruso-latinoamericana destinada a aumentar la actividad innovadora.

5. Cuestiones jurídicas de la formación del sistema de clasificaciones científicas, bases de datos científicas conjuntas de publicaciones de la Federación de Rusia y América Latina.

6. Formación de un marco legal para las actividades de clusters interestatales y zonas especiales de desarrollo innovador (corredores del conocimiento) y la posibilidad de su aplicación en los países de la región latinoamericana.

INFORMES

Ana Teresa GUTIERREZ DEL SID, Doctora en Ciencias Políticas, Profesora Titular, Departamento de Política y Cultura Internacional, Universidad Metropolitana Autónoma de Sochimilco (México).

TEMA: LOS GOBIERNOS POSNEOLIBERALES Y LA CONSTRUCCIÓN DE RELACIONES INTERNACIONALES MULTIPOLARES.

PETROV Dmitry Anatolyevich, Doctor en Derecho, Profesor del Departamento de Derecho Mercantil, Director Científico del programa educativo principal del Máster «Abogado en el Mercado Financiero (Financial Lawyer)» de la Universidad Estatal de San Petersburgo Doctor en Derecho, Profesor del Departamento de Derecho Mercantil, Director Científico del principal programa educativo del Máster «Abogado en el Mercado Financiero (Financial Lawyer)» de la Universidad Estatal de San Petersburgo, miembro del Consejo de Expertos en Protección de la Competencia en el Mercado de Servicios Financieros de la FAS de Rusia.

TEMA: DIGITALIZACIÓN DEL DINERO NO MONETARIO: LA EXPERIENCIA DE LA FEDERACIÓN DE RUSIA Y SU APLICACIÓN EN EL MARCO DE LAS RELACIONES RUSO-LATINOAMERICANAS.

Sebastien Omar LÓPEZ CALENDINO, Doctor en Derecho, Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Subdirector del Observatorio de Estudios Electorales y Políticos de la Universidad Nacional de La Plata (Argentina).

TEMA: LA DEMOCRACIA EN ARGENTINA Y LA CRISIS ECONÓMICA.

EVDOKIMOV Mikhail Sergeevich, Ministro Consejero Extraordinario y Plenipotenciario de Primera Clase.

TEMA: EXPERIENCIA PRÁCTICA EN LA PROTECCIÓN DE LOS DERECHOS DE LOS CIUDADANOS RUSOS EN CUBA Y LA REPÚBLICA DOMINICANA.

PIRTSKHALAVA Khatia Davidovna, Doctora en Derecho, Profesora Asociada del Departamento de Derecho Internacional Privado de la Universidad Estatal de Derecho de Moscú O.E. Kutafin.

TEMA: SOBRE ALGUNAS PECULIARIDADES DE LA DISPOSICIÓN JURÍDICA Y ECONÓMICA DE LA COOPERACIÓN CIENTÍFICA Y TÉCNICA ENTRE RUSIA Y AMÉRICA LATINA EN LAS NUEVAS CONDICIONES.

María Elizabeth TAYPE CORONADO, Diputada al Congreso de la República del Perú.

TEMA: LA NECESIDAD DE COOPERACIÓN PARA EL DESARROLLO AGRARIO DEL PERÚ.

VORONINA Natalia Pavlovna, Doctora en Derecho, Profesora, Jefa Adjunta del Departamento de Derecho Ambiental y de los Recursos Naturales en el Trabajo Científico de la Universidad Estatal de Derecho de Moscú Kutafin.

TEMA: LA AGRICULTURA EN RUSIA Y BRASIL: REGULACIÓN JURÍDICA, PROBLEMAS, TENDENCIAS.

Fillipe AZEVEDO RODRIGUES, Profesor de la Universidad Federal Rio Grande do Norte — Centro de Enseñanza Superior de Seridó, Doctor en Educación de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte (Brasil).

TEMA: INVESTIGACIÓN EMPÍRICA CON PARTICIPANTES HUMANOS EN LAS CIENCIAS JURÍDICAS Y SOCIALES: LEGISLACIÓN BRASILEÑA SOBRE ÉTICA DE LA INVESTIGACIÓN.

SANTIAGO David Pazmiño Gonzalez, Fiscal de la Fiscalía General del Ecuador.

TEMA: PERSPECTIVAS DE LA COOPERACIÓN RUSO-ECUATORIANA EN LA LUCHA CONTRA EL CRIMEN ORGANIZADO

FEDOROV Alexander Vyacheslavovich, Doctor en Derecho, Profesor, Investigador Principal del Centro de Legislación Penal, Procesal Penal y Práctica Judicial del Instituto de Legislación y Derecho Comparado del Gobierno de la Federación de Rusia, Abogado de Honor de la Federación de Rusia.

TEMA: LA RESPONSABILIDAD PENAL DE LAS PERSONAS JURÍDICAS EN LOS PAÍSES DE AMÉRICA LATINA.

Vitor GREIJAL SARDAS, Presidente de la Comisión Permanente de Derecho del Consumidor del Instituto Brasileño de Juristas, Director Académico de la Escuela de Posgrado del IAB, Doctor en Derecho Empresarial por la Universidad del Estado de Río de Janeiro (Brasil).

TEMA: PROTECCIÓN DE PATENTES FARMACÉUTICAS Y ESTRATEGIAS LEGALES PARA EL ACCESO AL CONOCIMIENTO.

Laila Maria DOMITH VICENTE, Doctora en Derecho, Profesora Coordinadora de la Facultad de Derecho de la Universidad Federal de Río de Janeiro (Brasil).

TEMA: EL DEBATE LEGISLATIVO Y SOCIAL SOBRE LA REGULACIÓN DE MEDIOS E INTERNET: ÉTICA, LOBBYING E INCIDENCIA POLÍTICA EN LA EXPERIENCIA BRASILEÑA.

TSAREGRADSKAYA Yulia Konstantinovna, Doctora en Derecho, Profesora Asociada, Catedrática del Departamento de Derecho Financiero de la Universidad Estatal de Derecho de Moscú O.E. Kutafin.

TEMA: LA DEUDA PÚBLICA DE RUSIA Y BRASIL: ANÁLISIS JURÍDICO COMPARATIVO DE LA GESTIÓN DE LA DEUDA.

SHTANKO Alexander Alekseevich, Jefe de la compañía jurídica «El Abogado»; Activista social; Defensor de los derechos Humanos; Embajador de la Paz de la UPF de la ONU; Experto del «Frente popular de toda Rusia».

TEMA: PERSPECTIVAS DE DESARROLLO DE ZONAS ECONÓMICAS ESPECIALES PARA EL DESARROLLO DE LAS RELACIONES INTERESTATALES CON EL FIN DE LA INTEGRACIÓN ECONÓMICA DE RUSIA CON LOS PAÍSES DE AMÉRICA LATINA

LAKHNO Petr Gordeevich, Doctor en Derecho, Profesor Asociado, Departamento de Derecho Mercantil, Facultad de Derecho, Universidad Estatal Lomonosov de Moscú

TEMA: APOYO JURÍDICO A LA SOBERANÍA TECNOLÓGICA EN LA INDUSTRIA DEL PETRÓLEO Y EL GAS EN RUSIA Y BRASIL.

DAVYDOVA Mariam Alexandrovna, Doctora en Derecho, Profesora Asociada del Departamento de Derecho Financiero de la Universidad Estatal Rusa de Justicia.

TEMA: PRINCIPALES RIESGOS FISCALES DERIVADOS DE LA ADMINISTRACIÓN DE LOS PAGOS ADUANEROS A PARTIR DEL EJEMPLO DE RUSIA Y BRASIL.

POZHILOVA Natalia Andreevna, Doctora en Derecho, Directora Adjunta del Instituto de Derecho Internacional, Profesora del Departamento de Integración y Derecho Europeo de la Universidad Estatal de Derecho de Moscú O.E. Kutafin.

TEMA: ALGUNAS CUESTIONES DE REGULACIÓN JURÍDICA DE LAS INVERSIONES EN BRASIL EN EL CONTEXTO DE LA DIGITALIZACIÓN.

SERGUEEV Alexey Leonidovich, Doctor en Derecho, Profesor Asociado del Departamento de Teoría de Estado y Derecho de la Universidad Estatal de Derecho de Moscú O.E. Kutafin.

TEMA: LA DOCTRINA DEL SOCIALISMO CUBANO: PRINCIPIOS BÁSICOS

VI

International
Legal
Forum



Modern Problems of Law and Economic

General Forum theme:
«Problems of trust
in law in the context
of internationalization
and international
cooperation»

**Kutafin Moscow State Law University
(MSAL)**

Sadovaya-Kudrinskaya, d. 9, Moscow, Russia



<https://legalandeconomicforum.com/ru>

21–22

September 2023

ORGANIZER

KUTAFIN MOSCOW STATE LAW UNIVERSITY (MSAL)



CO-ORGANIZER

THE MOSCOW REGIONAL BRANCH OF THE ASSOCIATION OF LAWYERS OF RUSSIA



GENERAL PARTNERS



PARTNERS



The International Legal Forum “Modern Problems of Economic Law” was held for the first time in 2018. For the sixth time, the international forum will bring together leading experts in the field of law and economic regulation on one platform. Following the results of the forum, practical recommendations and proposals for improving legislation and legal practice will be prepared in the main areas of the panel discussions. Among the speakers of the forum are leading experts from Russia, Brazil, China, Italy, India, Nicaragua, Cameroon, Slovakia, Burundi, Tajikistan, the Republic of Belarus and Armenia.

PROGRAM AND EXECUTIVE COMMITTEE OF THE FORUM

FORUM PRESIDENT

EGOROVA Maria Alexandrovna, Professor of the Department of Competition Law of the Kutafin Moscow State Law University (MSAL), Chairman of the International Affairs and Scientific Cooperation Commission and Director of the International Research and Educational Center for Comparative Law of the Moscow Regional Branch of the Russian Bar Association, member of the International Committee “Digital Economy” (BRICS), Member of the Russian Council on International Affairs (RIAC), expert of the Russian Academy of Sciences (RAS), Doctor of Law, Professor

MEMBERS OF THE PROGRAM COMMITTEE OF THE FORUM

BLAZHEEV Victor Vladimirovich, Rector of the Kutafin Moscow State Law University (MSAL) , co-chairman of the Association of Lawyers of Russia, Honored Lawyer of the Russian Federation

SINYUKOV Vladimir Nikolaevich, Vice-Rector for Research Activities of the Kutafin Moscow State Law University (MSAL), Honored Scientist of the Russian Federation, Doctor of Law, Professor

IVLIEV Grigory Petrovich, President of the Eurasian Patent Office, PhD in Law, Associate Professor, Honored Lawyer of the Russian Federation

GRIB Vladislav Valerievich, Deputy Secretary of the Public Chamber of the Russian Federation, Academician of the Russian Academy of Education, Editor-in-Chief of the publishing group “Lawyer,” Honored Lawyer of the Russian Federation, Doctor of Law, Professor

Igor V. KHALEVINSKY, Chairman of the Association of Russian Diplomats, Member of the Supreme Advisory Council of the Assembly of Peoples of Eurasia, Candidate of Economic Sciences, Ambassador-at-Large, Honorary Worker of the Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation

BURLYAI Yan Anastasievich, Director of the Center for Iberoamerican Programs of the Moscow State Linguistic University, Honored Professor of the Moscow State Linguistic University, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary, Member of the Commission on International Affairs and Scientific Cooperation of the Moscow Branch of the Russian Bar Association, Vice -President of the International Council for Economic Cooperation of Regions, Member of the Presidium of the Council of the Association of Russian Diplomats

TIMOFEEV Ivan Nikolaevich, General Director of the Russian Council for International Affairs (RIAC), Candidate of Political Sciences, Associate Professor

ABOV Evgeny Vladimirovich, Member of the Russian Council on International Affairs (RIAC)

Alain DUFLLOT, Professor at the University of Lyon 3 named after Jean Moulin (France), Founder of the Law Office "Duflot and Partners" (France)

Dalbir SINGH, Co-Chairman of the General Council of the Eurasian Peoples' Assembly, National Secretary of the Indian National Congress, President of the Policy and Governance Foundation, Honorary Doctor of Innopolis University (India)

Marco RICCERI, Secretary General of the European Institute for Political, Economic and Social Studies (EURISPES) (Italy)

Serova Olga Alexandrovna, Doctor of Law, Professor, First Vice-Rector of Pskov State University

Li JUQIAN, Director of the Center for International Law, Director of the Office of International Cooperation and Exchange, China University of Political Science and Law (CUPL), Professor (China)

Edna Raquel HOGEMANN, PhD in Law, with Post-Doctorate in Human Rights. Dean of the Center for Legal Sciences, Federal University of the State of Rio de Janeiro (Brazil), where she is a Permanent Professor of the Postgraduate Course in Law (Master's), Professor of the Law Course at the University of Grande Rio – UNIGRANRIO, coordinator of the Group of Human Rights and Social Transformation Research (CNPq), member of the Law & Society Association and of the International Alliance of Jurists and Economists (France) (Brazil)

Daniel BRANTES FERREIRA, Professor at Candido Mendez University, Professor at Ambra University, Vice President for Academic Affairs of the Brazilian Center for Mediation and Arbitration, Doctor of Law (Brazil)

MEMBERS OF THE ORGANIZING COMMITTEE OF THE FORUM

Genar ALVARES-CUESTA, Doctor of Law, Professor of Labor Law and Social Security Law at the University of León (Spain)

Gabriella Marchelya, President of the International Association SiriusGlobal – Academic Diplomacy 4.0 (SiriusGlobal – AcademicDiplomacy 4.0), Director of StartupGrind, Representative of the Cleantech Cluster in Italy and Croatia (Italy)

Marcello D'APONTE, Doctor of Laws, Professor of the Department of Labor Law of the University of Naples named after Federico II, lawyer in Naples, Rome and Milan on labor law issues (Italy)

Singh PRABHPRIT, Doctor of Laws, Associate Professor, Faculty of Law, Manipal University, Jaipur (India)

KASHKIN Sergey Yurievich, Head of the Department of Integration and European Law of the Kutafin Moscow State Law University (MSAL), Honored Lawyer of the Russian Federation, Doctor of Law, Professor

ZVECHAROVSKY Igor Eduardovich, Head of the Department of Criminal Law of the Kutafin Moscow State Law University (MSAL), Honored Lawyer of the Russian Federation Doctor of Law, Professor

MINBALEEV Aleksey Vladimirovich, Doctor of Law, Associate Professor, Head of the Department of Information Law and Digital Technologies of theKutafin Moscow State Law University (MSAL)

KANASHEVSKY Vladimir Alexandrovich, Head of the Department of Private International Law of the Kutafin Moscow State Law University (MSAL), Doctor of Law, Professor

AGAFONOV Vyacheslav Borisovich, Head of the Department of Environmental and Natural Resources Law of the Kutafin Moscow State Law University (MSAL), Doctor of Law, Associate Professor

KODANEVA Svetlana Igorevna **Leading Researcher**, Institute of Scientific Information on Social Sciences of the Russian Academy of Sciences, PhD in Law

SIDORENKO Elina Leonidovna, Doctor of Law, Director of the Center for Digital Economy and Financial Innovation of the Moscow State Institute of International Relations, MGIMO (U) of the Russian Foreign Ministry

ZINOVIEVA Elena Sergeevna, Doctor of Political Sciences, Professor, Professor of the Department of World Political Processes, Deputy Director of the Center for International Information Security and Science and Technology Policy, MGIMO (U) MFA of Russia

RYZHENKOV Anatoly Yakovlevich, Doctor of Law, Professor of the Department of Civil Law and Procedure, Faculty of Management and Law, Kalmyk State University named after B.B. Gorodovikova, Honored Scientist of the Republic of Kalmykia

KOZHEVINA Olga Vladimirovna, Doctor of Economics, Professor of the Department of Corporate Finance and Corporate Governance of the Financial University under the Government of the Russian Federation

MIKHAILOV Sergey Mikhailovich, Head of the Department of Civil and Administrative Litigation of the Kutafin Moscow State Law University (MSAL), Candidate of legal sciences, Associate Professor

MACHEKHIN Viktor Aleksandrovich, PhD in Law, Associate Professor, Associate Professor of the Department of Tax Law of the Kutafin Moscow State Law University (MSAL), Scientific Secretary of the Russian branch of the International Tax Association (Ros-IFA)

Ardillis ALVES SOARES, Research Fellow, Brasilia University Center (Brazil)

Eugenio D'ORIO, Director General of the Bio Forensics Research Center, Italy, Professor of the Department of Forensic Veterinary at the University of Naples "Federico II" (Italy)

Estelle FORER-DEDEURVERDER, Doctor of Laws, Associate Professor, Director of the Institute for European and International Studies and Comparative Law, Co-Director of the European Law School of the University of Toulouse 1 Capitol (France)

BAZINA Olga Olegovna, Ph.D. in Law, Associate Professor of the Department of Constitutional Law, MGIMO (U) MFA of Russia

PIRTSKHALAVA Khatia Davidovna, PhD in Law, Associate Professor of the Department of Private International Law of the Kutafin Moscow State Law University (MSAL)

PONOMAREVA Daria Vladimirovna, Deputy Head of the Department of Practical Jurisprudence of the Kutafin Moscow State Law University (MSAL), candidate of legal sciences

RUSAKOVA Ekaterina Petrovna, Doctor of Law, Associate Professor of the Department of Civil Law and Procedure and Private International Law, Peoples' Friendship State University of Russia (PFUR)

CHELYSHEVA Natalia Yuryevna, PhD in Law, Associate Professor Head of the Department of Civil Law and Procedure of the Ural Institute of Management (branch) of the RANEPa under the President of the Russian Federation

Daniela FISCICELLA, Professor of International and European Law, Faculty of Political Sciences, University of Catania (Italy)

TSINDELIANI Imeda Anatolyevich, Head of the Department of Financial Law of the Russian State Unitary Enterprise, Professor of the Department, PhD in Law, Associate Professor

SUKHOVERKHOV Konstantin Konstantinovich, Program Coordinator of the Russian International Affairs Council (RIAC)

MOLCHANOVA Anastasia Sergeevna, master student of the Department of Competition Law of the Kutafin Moscow State Law University (MSAL)

PARTNERS

- ✓ Institute of Scientific Information on Social Sciences of the Russian Academy of Sciences (INION RAS);
- ✓ Eurasian Patent Office (EAPO) Eurasian Patent Organization (EAPO);
- ✓ Federal Service for Intellectual Property (Rospatent)
- ✓ International Organization of Eurasian Cooperation (Russia).
- ✓ Peoples' Friendship University of Russia (PFUR);
- ✓ China University of Politics and Law (CUPL).
- ✓ Federal University of Rio de Janeiro (Brazil)
- ✓ University of Mani-pal, Jai-pur (India)
- ✓ Russian Council for International Affairs (RIAC)
- ✓ Assembly of the Peoples of Eurasia
- ✓ Russian-Asian Association of Lawyers;
- ✓ Association of Russian Diplomats (ARD);
- ✓ Moscow Branch of the Association of Russian Lawyers (AJUR);
- ✓ European Institute for Political, Economic and Social Research (EURISPES) (Italy);
- ✓ Frederick II University of Naples (Italy);
- ✓ University of Toulouse 1 Capitol (France);
- ✓ Sapienza University of Rome (Italy);
- ✓ University of Leon (Spain);
- ✓ Tor Vergata University (Italy);
- ✓ Center for Environment, Human Security and Governance (CERES), (Morocco);
- ✓ Law Firm Antitrust Advisory (Russia);
- ✓ Publishing Group «Lawyer»
- ✓ Publishing Group «Justicinform»
- ✓ Prospekt Publishing House

Issues for discussion

Theoretical and legal understanding of the problems of trust and mistrust in civil society.

Potential of trust in law as a factor of constructive international cooperation.

Legal basis for solving the problems of digital trust in the information society.

The influence of the institution of trust on the sphere of law enforcement.

Ethical and legal aspects of trust.

The possibility of building trust in legal relations.

Features of the development of trust in various areas of law.

Place of the institution of trust in various national legal systems.

Trust as a legal principle in various countries.

Trust and law: mutual influence.

The relationship between the levels of development of trust in public and private law.

Limits of trust in the digital legal environment.

Approaches to solving the problems of digital trust within the framework of integration legal orders.

Trust in law through the prism of legal culture.

Legal mechanism to counter greenwashing: the experience of Russia, Asia and the EU.

Legal instruments and forms of participation of public structures in environmental decision-making in the context of the digital development of states.

Digital and other innovative tools for environmental protection, nature management and environmental safety.

Grounds for criminalization: development in the context of digitalization of public life.

The institution of punishment and its transformation in a digital society.

International cooperation in the field of international criminal law: a new look.

Abuse of trust and deceit in the economic criminal law of various states.

Public perception of the fairness of punishment and the formation of public confidence in the law enforcement system.

The problem of the court's trust in evidence obtained using modern digital technologies.

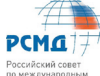
Specialization of courts and its impact on the level of trust in justice.

ARCHITECTURE

Time	Format	Event title	
September 21,			
10:00-13:30 Academic Council Hall	Plenary Session	"The role of the international legal community in the formation of a new environment of trust"	
14:30-16:45 Academic Council Hall	Panel discussion 1 International scientific and practical conference	"Actual problems of comparative law: current state and prospects of development"	
17:00-19:00 aud. 25	Panel discussion 2 Round table	"Genetic technologies in Russia and foreign countries: general rhetoric and criminal law measurement"	
14:30-16:30 aud. 26 (A)	Panel discussion 3 Round table	"Problems of legal assurance of trust in the use of digital doubles and avatars in Russia and foreign countries"	
16:45-18:45 aud. 26 (A)	Panel discussion 4 International Scientific and Practical Conference.	"The legal mechanism of countering greenwashing: the experience of Russia and foreign countries"	
14:30-16:30 aud. 26 (B)	Panel discussion 5 Round table	"Modern forms of legal cooperation and confidence building in international trade in Russia and India""	

of Lawyers and Economists

BUSINESS PROGRAM

	Language	Moderators	Organizers
2023			
	Russian, English	Blazheev V.V. EgorovaM.A	 MSAL
	Russian, English	Sinyukov V.N., Isaev I.A ,Egorova M.A..	 Kutafin Moscow State Law University, Moscow Regional Branch of the Association of Lawyers of Russia.
	Russian, English	Grin O.S., D'Orio E.	  MSAL, Research Center of Bio-Criminalistics of the Neapolitan University "Federico II" (Italy),
	Russian, English	Minbaleev A.V., Dobrobaba M.B.	  MSAL, Publisher-sky group "Lawyer"
	RUSSIA, English	Agafonov V.B., Karpinskaya E.O., Voronina N.P.	  MSAL, RCMD, Russian Council for International Affairs (RIAC), Federal University of Rio de Janeiro
	English	KashkinS.Yu., Pirtskha-lova H.D.	  MSAL, Legal Faculty of the University of Manipal, Jaipur (India)

Time	Format	Event title	
14:30-16:30 aud. 25	Panel discussion 6 Foresight session	"The law of artificial intelligence: a view through the prism of global, regional and national regulation"	
16:15-18:15 aud. 21	Panel discussion 7 International Scientific and Practical Conference.	"Reliability and truthfulness as the basis of trust in the law of Russia and foreign countries"	
September 22,			
9:45-11:45 aud. 26(A)	Panel discussion 8 International scientific and practical conference.	"Legal aspects of cooperation between China and Russia: the law of science and new technologies"	
9:45-11:45 aud. 26 (Б)	Panel Discussion 9 International scientific and practical conference	"Problems of trust in law and social compromise: the experience of Russia and foreign countries"	
12:00-14:00 aud. 26 (Б)	Panel Discussion 10 International scientific and practical conference	"Linguistic features of trust in law"	
12:00-14:00 aud. 21	Panel Discussion 11	"Internationalization and trust in law — new vectors for the development of legislation in the digital age"	
9:45-11:45 aud. 25	Youth expert discussion platform. Project session	"The value of law for young people in the context of digital transformation: how to save and multiply"	
12:00-14:00 aud. 26 (Б)	Panel discussion #12 Round Table	"Trust in Tax Law"	

	Language	Moderators	Organizers
	Russian, English	Bliznets I.A., Ponomareva D.V.	 MSAL, Moscow University named after A.S. Griboyedov Publishing House "Intellectual Property",
	Russian	Komarova V.V	 MSAL
2023			
	Russian, English	Egorova M.A., Li Juqian	 MSAL, China University of Politics and Law.
	Russian, English	Kornev A.V.	MSAL 
	Russian	Tsareva M.S.	MSAL
	Russian, English	Egorova M.A., BurlyaiYa.A., Mikhailov S.M.	   (MSAL), Institute of Scientific Information on Social Sciences of the Russian Academy of Sciences, Federal University of Rio de Janeiro, Moscow Regional Branch of the Association of Lawyers of Russia. Autonomous non-profit organization "international organization of Eurasian cooperation"
	Russian	Gulyaev D.E.	MSAL 
	Russian	Moshkova D.M., Machekhin V.A.	MSAL 

September 21, 2023

PLENARY SESSION
**FORUM THEME: "THE ROLE OF THE INTERNATIONAL LEGAL COMMUNITY
IN THE FORMATION OF A NEW ENVIRONMENT OF TRUST"**

HALL NUMBER 1. ACADEMIC COUNCIL HALL

10:00-13:40

ORGANIZERS



KUTAFIN MOSCOW STATE LAW UNIVERSITY (MSAL)

The modern global world is unstable, digitalization, globalization and geopolitical changes create tension and pose new challenges to the sustainable development of mankind. Under these conditions, lawyers are faced with the task of both preserving traditional legal values: the rule of law, protecting human rights, etc., and forming new legal instruments to ensure the stability and development of international relations. The basis for solving these problems is the creation of an environment of trust in various areas of national and international law.

Issues for discussion

Potential of trust in law as a factor of constructive international cooperation.

Ethical and legal aspects of trust.

Possibility of building trust in legal relations.

Place of the institution of trust in various national legal systems.

The relationship between the levels of development of trust in public and private law.

Limits of trust in the digital legal environment.

Trust in law through the prism of legal culture.

MODERATOR OF THE PLENARY SESSION

EGOROVA Maria Alexandrovna, Professor of the Department of Competition Law of the Kutafin Moscow State Law University (MSAL), Chairman of the International Affairs and Scientific Cooperation Commission and Director of the International Research and Educational Center for Comparative Law of the Moscow Regional Branch of the Russian Bar Association, member of the International Committee "Digital Economy" (BRICS), Member of the Russian Council on International Affairs (RIAC), expert of the Russian Academy of Sciences (RAS), Doctor of Law, Professor

10:00-10:10 WELCOME SPEECH

BLAZHEEV Viktor Vladimirovich, Rector of the Kutafin Moscow State Law University (MSAL), Co-Chairman of the Association of Russian Lawyers, Honored Lawyer of the Russian Federation, Professor

10:10-10:40

GREETINGS FROM FORUM GUESTS

KABYSHEV Sergey Vladimirovich, Chairman of the State Duma Committee of the Federal Assembly of the Russian Federation on Science and Higher Education, Honored Lawyer of the Russian Federation

KIRYANOV Artem Yurievich, Deputy Chairman of the Committee on Economic Policy of the State Duma of the Federal Assembly of the Russian Federation, Chairman of the Russian Union of Taxpayers

IVLIEV Grigiry Petrovich, President of the Eurasian Patent Office of the Eurasian Patent Organization, Honored Lawyer of the Russian Federation

Claudio Antonio ARANA Counsellor-Envoy of the Embassy of the Republic of Nicaragua in Russia

Jean Cottin KOUMA, Cultural Adviser of the Embassy of the Republic of Cameroon in the Russian Federation, PhD in Political Sciences

GRIB Vladislav Valerievich, Deputy Secretary of the Public Chamber of the Russian Federation, Academician of the Russian Academy of Education, Editor-in-Chief of the Lawyer Publishing Group, Honored Lawyer of the Russian Federation, Doctor of Law, Professor

SMIRNOVA Svetlana Konstantinovna, Chairman of the Council of the Assembly of Peoples of Russia, First Deputy Secretary General — Head of the General Secretariat of the Assembly of Peoples of Eurasia, Doctor of Political Sciences, Professor

SHVETS Elena Vladimirovna, Head of the International Law Department of the Legal Department of the Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation (MFA of Russia)

BURAYA Irina Vladimirovna, vice-rector for scientific work of Polotsk State University named after Euphrosyne of Polotsk, candidate of pedagogical sciences (Republic of Belarus)

10:40-13:40

PLENARY REPORTS (15 MIN)

10:40-10:55 KRUGLOV Viktor Ivanovich, Scientific Director of the Federal state Budgetary Institution "Center for the Development of Education and International Activities ("Interobrazovanie")" Doctor of Technical Sciences, Professor

"ASPECTS OF TRUST IN ASSESSING THE ATTRACTIVENESS OF A COUNTRY FOR A FOREIGN STUDENT"

10:55–11:10 Edna Raquel HOGEMANN, Dean of the Faculty of Law, Political and Administrative Sciences, Federal University of Rio de Janeiro, Doctor of Laws from the University of Estacio de Sá, PhD and Master of Laws from the University of Gama Filho. Research Fellow at the UNESCO Chair in Bioethics. Human rights

International scientific-practical conference “*Internationalization and trust in law – new vectors for the development of legislation in the era of digital technologies*”

12:00-14:00



KUTAFIN MOSCOW STATE LAW UNIVERSITY (MSAL),
INSTITUTE OF SCIENTIFIC INFORMATION ON SOCIAL SCIENCES OF THE RUSSIAN ACADEMY OF
SCIENCES,
FEDERAL UNIVERSITY OF RIO DE JANEIRO,
MOSCOW REGIONAL BRANCH OF THE RUSSIAN BAR ASSOCIATION,
AUTONOMOUS NON-PROFIT ORGANIZATION “INTERNATIONAL ORGANIZATION OF EURASIAN
COOPERATION”

SECTION LEADERS

Egorova Maria Alexandrovna, Professor of the Department of Competition Law of the Kutafin Moscow State Law University (MSAL), co-president of the International Union of Lawyers and Economists of France, Chairman of the Commission on International Affairs and Scientific Cooperation and Director of the International Scientific and Educational Center for Comparative Law of the Moscow Regional Branch of the Russian Bar Association, expert of the Russian Academy of Sciences, Doctor of Law, Professor

Burlyai Yan Anastasievich, Director of the Center for Iberoamerican Programs of the Moscow State Linguistic University, Honored Professor of the Moscow State Linguistic University, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary, Member of the Commission on International Affairs and Scientific Cooperation of the Moscow Branch of the Russian Bar Association, Vice -President of the International Council for Economic Cooperation of Regions, Member of the Presidium of the Council of the Association of Russian Diplomats

Edna Raquel HOGEMANN PhD in Law, with Post-Doctorate in Human Rights. Dean of the Center for Legal Sciences, Federal University of the State of Rio de Janeiro (Brazil), where she is a Permanent Professor of the Postgraduate Course in Law (Master's), Professor of the Law Course at the University of Grande Rio – UNIGRANRIO, coordinator of the Group of Human Rights and Social Transformation Research (CNPq), member of the Law (Brazil)

MIKHAILOV Sergey Mikhailovich, Head of the Department of Civil and Administrative Proceedings of the Kutafin Moscow State Law University (MSAL), Candidate of Law, Associate Professor

**"SPECIALIZATION OF LEGAL PROCEEDINGS AS A NECESSARY
FACTOR OF TRUST IN JUSTICE"**

Nosyreva Elena Ivanovna, Head of the Department of Civil Law and Process, Faculty of Law, Federal State Budgetary Educational Institution of Higher Education "Voronezh State University," Doctor of Law, Professor

**"CONCILIATION PROCEDURES IN LEGAL PROCEEDINGS: PROBLEMS OF TRUST
AND INTEGRITY"**

Edna Raquel Hogmann, Dean of the Center for Political and Legal Sciences of the Federal University of the State of Rio de Janeiro, Doctor of Law, Professor (Brazil)

**"EXPLORING THE HURDLES AND POSSIBILITIES OF DEVELOPING DECOLONIAL
PUBLIC EDUCATION POLICIES TO SAFEGUARD HUMAN RIGHTS IN BRAZIL"**

Werna Karenina Marques de Sousa, Associate Professor at UFRN (Federal University of Rio Grande do Norte) in the Law program. Ph.D. in Law with a double degree from Université Grenoble Alpes, France, and Federal University of Paraíba – UFPB (2020). Master's degree in Law from Université Grenoble Alpes, France (2014), with the degree recognized by Federal University of Minas Gerais – UFMG. Experience in the field of Law, with a focus on Legal History, Constitutional Law, International Law, International Humanitarian Law, Bioethics, and Human Rights

**EMERGING TECHNOLOGIES AND THE FUTURE OF INTERNATIONAL COOPERATION
IN CRIMINAL PROCEEDINGS: IMPLICATIONS, CHALLENGES, AND OPPORTUNITIES**

Kozhevina Olga Vladimirovna, Professor of the Department of Corporate Finance and Corporate Governance of the Financial University under the Government of the Russian Federation, Professor of the Department of Management of Moscow State Technical University. N.E. Bauman, expert of the Chamber of Commerce and Industry of the Russian Federation, Doctor of Economic Sciences

"THE PROBLEM OF TRUST IN CORPORATE LAW"

Oswaldo Pereira de Lima Jr, Doctor of Law, Professor of the Department of Law at Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), Professor of the Master's Program in Law at the Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO) (Brazil)

**"ETHICAL ISSUES AND PUBLIC POLICY MEASURES IN THE FIELD OF REGULATION
OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN BRAZIL"**

Evgeny V. Vavilin, Head of the Department of Civil Law of the Kutafin Moscow State Law University (MSAL). Doctor of Law, Professor

"THE LEGAL REGIME OF THE DIGITAL RUBLE"

Marcus Vinicius Pereira Jr, Doctor of Social Sciences – UFRN; Master of Laws – UFRN; Law Judge – TJRN; professor of law

PROTECTION OF CHILDREN'S RIGHTS DURING INTERNATIONAL ADOPTION

Gavrilenko Anatoly Grigorievich, Chairman of the Expert Council on financial literacy in the field of activities of non-credit financial organizations at the Bank of Russia)

"LEGAL LITERACY OF THE POPULATION"

Belitskaya Anna Viktorovna, Professor of the Department of Business Law, Faculty of Law, Lomonosov Moscow State University, Doctor of Law

**"TRUST IN GOVERNMENT AND BUSINESS AS THE BASIS FOR THE IMPLEMENTATION
OF THE CONSTITUTIONAL PRINCIPLE OF ECONOMIC SOLIDARITY"**

Chung Feng, Candidate of Law, Associate Professor, Department of Law, Beijing Agricultural University, Assistant Researcher, State Oceanic Administration (China)

**"USE OF AN ELECTRONIC DATA PLATFORM WHEN SEARCHING FOR LEGAL
INFORMATION: BASED ON A SUMMARY OF THE EXPERIENCE OF TEACHING
THE COURSE "SEARCHING FOR LEGAL INFORMATION"**



O App está de cara nova!
BAIXE AGORA

O evento já encerrou...

VI Congresso Nacional de Direito da Cidade - 30 de agosto de 2023

venha viver com a gente



Festas e Shows



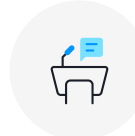
Benefícios Mastercard



Teatros e Espetáculos



Stand Up Comedy



Congressos e Palestras

Eventos para você



17 JUN > 18 JUN

Seminário: Brasil Epicentro Global de FPSOs, 17 e 18 de...

EXPO MAG - Rio de Janeiro, RJ



SAB, 24 AGO · 08:00

DevOpsDays Rio de Janeiro 2024

Espaço Costa Hall - Rio de Janeiro, RJ



23 MAI > 24 MAI

1º Congresso da RBPC Te

Forum de ciêci
Janeiro, RJ

O melhor de cada cidade

São Paulo

Belo Horizonte

Salvador

https://www.sympla.com.br/evento/vi-congresso-nacional-de-direito-da-cidade-30-de-agosto-de-2023/2134696

1/5

Evento encerrado



O App está de
cara nova!

BAIXE AGORA

gresso Nacional de Direito da Cidade - 30 osto de 2023

2023 • 10:00 > 30 ago - 2023 • 16:30

📍 Evento presencial em [Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ](#)

Descrição do evento

VI CONGRESSO NACIONAL DE DIREITO DA CIDADE

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS:

PPGD-UERJ, PPGD-UNIRIO, FÓRUM DE DIREITO DA CIDADE-EMERJ E REDE DE PESQUISA DE DIREITO DA CIDADE

COORDENADORES:

Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura (PPGD/UNIRIO e RPDC)

Prof. Dr. Marcos Alcino de Azevedo Torres (FÓRUM DE DIREITO DA CIDADE/EMERJ e RPDC)

Prof. Dr. Mauricio Jorge Pereira da Mota (PPGD/UERJ e RPDC)

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura (PPGD/UNIRIO e RPDC)

Prof. Dr. Fernanda Henrique Cupertino Alcântara (PPGD/UNIRIO)

Prof. Dr. Marcos Alcino de Azevedo Torres (FÓRUM DE DIREITO DA CIDADE/EMERJ e RPDC)

Prof. Dr. Mauricio Jorge Pereira da Mota (PPGD/UERJ e RPDC)

Profa. Dra. Taissa Salles Romeiro (PPGD/UNIRIO)

INSCRIÇÕES

Estão abertas as inscrições para o 2º dia (30/08) do Congresso Nacional de Direito da Cidade a ser realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O 1ª dia do evento (29/08) será realizado na Escola de Magistratura do Rio de Janeiro, cuja inscrição deverá ser realizada no site da instituição ([link aqui](#)).



O App está de
cara nova!

BAIXE AGORA

VI Congresso Nacional de Direito da Cidade

**A reconstrução das Políticas Públicas Urbanas
no Brasil: Direito da cidade e justiça social**

29 a 31 de agosto de 2023

RIO DE JANEIRO | EVENTO HÍBRIDO

29 DE AGOSTO - EMERJ

10h

ABERTURA

Prof. Dr. Marcos Alcino de Azevedo Torres (Presidente do Fórum Permanente de Direito da Cidade/EMERJ)
Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura (PPGD/UNIRIO)
Prof. Dr. Mauricio Jorge Pereira da Mota (PPGD/UERJ)

10h30 - 11h15

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Prof. Dr. Emilio Urbino Mendonza

11h15 às 12h30

MESA DE DEBATE - NOVO MARCO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: MINHA CASA MINHA VIDA NA LEI Nº 14.620/2023
Prof. Dra. Arícia Correia Fernandes (PPGD/UERJ)
Prof. Dr. Paulo Carmona (PPGD/UNICEUB)

14h00 às 15h30

MESA DE DEBATE - POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS DA LEI Nº 13.465/2017 PARA PROPRIEDADE PRIVADA: LOTEAMENTO, CONDOMÍNIO E LAJE
Prof. Dr. Andreas Krell (PPGD/UFAL)
Prof. Dr. Emerson Moura (PPGD/UNIRIO)
Prof. Dr. Mauricio Mota (RPDC)

15h30 às 17h

MESA DE DEBATE - MUDANÇAS NO NOVO MARCO DO SANEAMENTO BÁSICO E IMPACTOS NAS CIDADES
Prof. Dra. Adriana Schier (UNIBRASIL)
Prof. Dra. Ligia Maria (PPGD/UFCE)
Prof. Dr. Gilberto Silvestre (PPGD/UFES)
Prof. Dr. Thiago Marrara (PPGD/USP)

30 DE AGOSTO - UERJ

10h

ABERTURA

Prof. Dra. Gisela Sampaio da Cruz (PPGD/UERJ)
Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura (PPGD/UNIRIO)
Prof. Dr. Mauricio Jorge Pereira da Mota (RPDC)

10h30 às 12h

MESA DE DEBATE - TRIBUTAÇÃO NA CIDADE E ENDIVIDAMENTO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS
Prof. Dra. Luciana Grassano Melo (PPGD/UFPE)
Prof. Dra. Angela Penalva (PPGD/UERJ)
Prof. Dr. Paulo Roberto Soarez Mendonça (PPGD/UNIRIO)

13h30 às 15h

MESA DE DEBATE - PLANEJAMENTO URBANO E A RECRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIDADE
Prof. Dr. Vânia Aieta (PPGD/UERJ)
Prof. Dr. Luigi Bonizzato (PPGD/UFRJ)
Prof. Dr. Wilson Levy (PPG/UNINOVE)

15h às 16h30

Reunião da Rede de Pesquisa de Direito da Cidade - RPDC

31 DE AGOSTO - VIRTUAL

10h30 às 12h

FÓRUM DE GÊNERO E RAÇA NAS CIDADES
Prof. Alvaro Edgard Pinho Simão (Mestrando em Direito da Cidade/UERJ)
Prof. Dra. Sílvia Lopes Raimundo (UNIFESP)
Prof. Me. Hainra Asabi Alves Costa (UNIP)
Prof. Dr. Henrique Cunha Junior (UFC)
Prof. José Abílio Ferreira (Instituto Tebas),

13h30 às 17h

GRUPOS DE TRABALHO

Coordenadores:

Prof. André Bonan (Mestre em Direito da Cidade/UERJ)
Prof. Dr. Adriana da Costa Ricardo Schier (UNIBRASIL)
Prof. Dr. Bruno Magalhães de Mattos (EMERJ)
Prof. Dra. Claudia Tannus Gurgel do Amaral (UNIRIO)
Prof. Dr. Eduardo Domingues (UNIRIO)
Prof. Dr. Frederico Price (Diretor da SNA e da FIABCI RIO)
Prof. Dr. Thiago Neves (EMERJ)
Prof. Felipe Jardim (Doutorando em Direito da Cidade/UERJ)
Prof. Me. Demétrio da Costa Souza (UNESA)
Prof. Me. Rafael Cascardo (PGM-Rio de Janeiro)
Prof. Misael Ribeiro (Mestrando em Direito da Cidade/UERJ)
Prof. Pedro Henrique Barbosa (Mestrando em Direito da Cidade/UERJ)
Prof. Ana Beatriz Paz (Mestranda em Direito e Política Pública/UNIRIO)
Prof. Daniele Fernandes (Doutoranda em Direito da Cidade/UERJ)
Prof. Dra. Giovanna Bonilha Milano (UNIFESP)
Prof. Dra. Rosângela Luft (UFRJ)
Prof. Me. Caren Freitas de Lima (Mestre em desenvolvimento territorial e políticas pública/UFRJ)
Prof. Me. Carolyne Ribeiro (Doutoranda em Direito da Cidade/UERJ)
Prof. Me. Maria Isabel Pomaroli (CEPED/UERJ)
Prof. Me. Simone Salemi (Mestre em Direito da Cidade/UERJ)
Prof. Vivian Braz (Mestre em Direito da Cidade/UERJ)
Prof. Dra. Tatiana Cotta (UFRJ)

Política do evento

Cancelamento de pedidos pagos

Cancelamentos de pedidos serão aceitos até 7 dias após a compra, desde que a solicitação seja enviada até 48 horas antes do início do evento.

Saiba mais sobre o cancelamento



O App está de
cara nova!

BAIXE AGORA

participantes

editar o participante de um ingresso apenas uma vez. Essa opção ficará disponível antes do início do evento.

[editar participantes](#)

Local

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua São Francisco Xavier, 524, 7º andar - PPGD, Maracanã
Rio de Janeiro, RJ

[VER NO MAPA](#)

[Termos e políticas](#) [Denunciar este evento](#)

Sobre o produtor

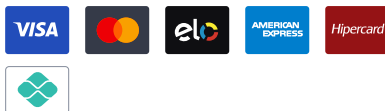
Rede de Pesquisa em Direito da Cidade

Criado no ano de 2018, a Rede de Pesquisa em Direito da Cidade tem por finalidade desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas a temas que envolvem as áreas urbanas brasileiras, através da análise do Direito da Cidade em sua transversalidade com os demais ramos do Direito e ciências do saber. O núcleo promove publicações, cursos, seminários, palestras e encontros no âmbito das suas atividades.



[Fale com o produtor](#)

Métodos de pagamento



💰 **Parcele sua compra em até 12x**



O App está de
cara nova!

BAIXE AGORA

Compre com total segurança

Os dados sensíveis são criptografados e não serão salvos em nossos servidores.



Google
Safe Browsing



Precisando de ajuda?

Acessa a nossa [Central de Ajuda](#) Sympla ou Fale com o produtor.



Fale com o produtor

COMPRE PELO APP



ENCONTRE EVENTOS

CIDADES

CATEGORIAS

PARA PRODUTORES

PLANEJE SEU EVENTO

AJUDA

[Ver todas opções](#)

[Home](#) [Sobre](#) [Blog](#) [Carreiras](#) [Termos e Políticas](#) [Ética e conduta](#) [Polí](#)



Sympla Internet Soluções S.A. © Copyright 2024 - v1.37.1